



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

**A CRISE INTERNACIONAL DE 2008 E A INTEGRAÇÃO REGIONAL: OS
EFEITOS E AS ESTRATÉGIAS ADOTADAS NO MERCOSUL E NA
UNIÃO EUROPEIA**

GOIÂNIA

2014

MARCELO MARQUES DE ALMEIDA FILHO

**A CRISE INTERNACIONAL DE 2008 E A INTEGRAÇÃO REGIONAL:
OS EFEITOS E AS ESTRATÉGIAS ADOTADAS NO MERCOSUL E NA
UNIÃO EUROPEIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciência Política, sob a orientação do Professor Dr. João Carlos Amoroso Botelho.

GOIÂNIA

2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Dissertação intitulada “*A Crise Internacional de 2008 e a Integração Regional: Os Efeitos e as Estratégias Adotadas no MERCOSUL e na UE*”, de autoria de Marcelo Marques de Almeida Filho, _____ pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof^o. Dr^o. João Carlos Amoroso Botelho (Orientador) - PPGCP - UFG

Prof^a. Dr^a. Telma Ferreira do Nascimento Durães - PPGCP - UFG

Prof^o. Dr^o. Pedro Araújo Pietrafesa - PPGEPS - PUC-GO

Prof^a. Dr^a. Andrea Freire de Lucena - Suplente - PPGCP - UFG

Goiânia, ____ de Setembro de 2014.

O homem nasceu livre e em toda parte se encontra sob ferros. Acredita-se de tal modo senhor dos outros que não deixa de ser mais escravo que eles.

JEAN-JACQUES ROUSSEAU

Agradeço primeiramente a Deus, por me guardar e me proteger e me fazer acreditar quando nem mesmo eu achava que podia.

À minha mãe, Divina Odete, minha musa inspiradora, por seu carinho, companheirismo e por todos os ensinamentos que me transmitiu durante toda a vida, seu amor é inestimável, e ao meu irmão, Matheus, pela confiança em mim depositada, por ser tão companheiro e meu confidente. Ao meu pai, por me dar o dom da vida e pelo apoio. Vocês são tudo para mim, obrigado por toda a força e paciência comigo em toda esta jornada.

Agradeço especialmente ao meu orientador Professor Dr. João Botelho, por me emprestar todo o seu vasto conhecimento, pela paciência, presteza e por me permitir chegar tão longe no mestrado, muitíssimo obrigado, serei eternamente grato por toda a sua ajuda.

À minha madrinha e segunda mãe, Eli Moreira, obrigado por todos os ensinamentos que me conferiu e por todo o apoio e carinho. E à minha avó, Diva, por todo o amor e suporte.

Aos meus melhores amigos, Ícaro Felipe, pela amizade inestimável de mais de 20 anos, pelo companheirismo e por sua preocupação, e Paula Tatiane, minha preciosa e querida amiga, vocês são tão importantes para mim que não sei o que faria se perdesse sua amizade, meus irmãos de outras mães, trago vocês do lado esquerdo do peito. Sou grato por estarem presentes nos momentos cruciais da minha vida, me dando força, alegrias e incentivos, mesmo que não estivessem presentes fisicamente.

Deninson, a você um agradecimento especial. Sem sua ajuda, ingressar no mestrado não me teria sido possível, obrigado por ser meu amigo e por toda a força que me deu.

Agradeço a alguns amigos especiais, Paulinha Vasconcelos, Mylena, Sérgio Henrique, Paulinny, Renata Priscila, Ana Paula Vila Nova, Arissa, João Pedro, Natália Laurias, Sanderson, Raphael, Diego, Alexandre, vocês trouxeram luz para minha vida e tem me dado força para crescer como pessoa e lutar por meus objetivos.

Aos professores do mestrado, sobretudo à professora Telma Nascimento e ao professor Pedro Pietrafesa pelas colaborações e avaliação criteriosa, professores da graduação, principalmente ao meu orientador de monografia Paulo Ribeiro e à professora Lúcia Lobo, e aos meus professores do ensino fundamental e médio, que contribuíram fortemente à minha formação intelectual e desenvolvimento como pesquisador. Agradeço ainda aos colegas de mestrado, onde pude fazer bons amigos, as discussões em sala de aula me permitiram avançar meu projeto e suas sugestões e apoio me deram forças para aguentar a árdua caminhada. Por fim, agradeço a meus familiares, amigos, colegas e a todos que contribuíram para o desfecho de mais esta jornada.

A todos vocês, dedico o resultado expresso nesta dissertação de mestrado.

LISTA DE SIGLAS

AELC	Área Europeia de Livre Comércio
ALALC	Área Latino Americana de Livre Comércio
ALADI	Área Latino Americana de Desenvolvimento e Integração
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
BCE	Banco Central Europeu
BENELUX	Bloco Econômico formado por Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo
BIRD	Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CAN	Comunidade Andina de Nações
CE	Comunidade Europeia
CECA	Comunidade Europeia do Carvão e do Aço
CEE	Comunidade Econômica Europeia
CEPAL	Comissão Econômica Para a América Latina e Caribe das Nações Unidas
Unidas	
ECU	<i>European Currency Unit</i>
EEE	Espaço Econômico Europeu
EUA	Estados Unidos da América
EURATOM	Comunidade Europeia de Energia Atômica
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FMI	Fundo Monetário Internacional
GATT	<i>General Agreement of Tariffs and Trade</i>
G8	Grupo dos Oito da Organização Mundial do Comércio
G20	Grupo dos Vinte da Organização Mundial do Comércio
IBCE	Instituto Boliviano de Comércio Exterior
IED	Investimento Externo Direto
INDEC	Instituto Nacional de Estatísticas e Censos da Argentina
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul

NCM	Nomenclatura Comum do MERCOSUL
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
OPA	Operação Pan-Americana
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PAC	Política Agrícola Comum da União Europeia
PACTO DO ABC	Tratado de Cordial Inteligência Política e Arbitragem
PEI	Política Externa Independente
PESC	Política Externa e de Segurança Comum da União Europeia
PIB	Produto Interno Bruto
PICE	Programa de Integração e Cooperação Econômica Brasil - Argentina
PIIGGS	Portugal, Irlanda, Itália, Grécia, Grã Bretanha e Espanha
PIIGS	Portugal, Irlanda, Itália, Grécia e Espanha
SEBC	Sistema Europeu de Bancos Centrais
TEC	Tarifa Externa Comum
UE	União Europeia
UNASUL	União das Nações Sul Americanas

RESUMO

ALMEIDA FILHO, Marcelo Marques de. **A Crise Internacional de 2008 e a Integração Regional: Os Efeitos e as Estratégias Adotadas no MERCOSUL e na União Europeia.** 2014. (109 p.) f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

O presente trabalho tem como proposta estudar os impactos da crise econômica de 2008 no MERCOSUL e na UE até 2013 e indicar as principais estratégias econômicas adotadas pelos dois blocos para combater a crise. Serão também avaliados os efeitos e as estratégias tomadas pelos sul-americanos Brasil e Argentina e pelos europeus Alemanha e Grécia, visto que as decisões criadas nos blocos não são unânimes e cada país tem procurado soluções diferentes internamente, fazendo com que os reflexos sejam distintos conforme o caso. Será feito um apanhado sobre o que são as crises econômicas internacionais e como afetam os processos de integração. Levando em conta que os regimes internacionais e os estudos sobre cooperação influenciam as análises sobre integração, estes serão úteis às explicações sobre o que são crises econômicas internacionais. A hipótese de trabalho é que o efeito mais visível da crise de 2008 no MERCOSUL e na UE foi a retração, conforme a expectativa teórica de que os blocos regionais reduzem os processo de decisão com base no princípio de soberania partilhada nos períodos de crise econômica. No MERCOSUL, as posturas foram contraditórias, visto que o protecionismo cresceu, sobretudo entre Argentina e Brasil, ao mesmo tempo em que o bloco tem trabalhado para incorporar mais membros e abrir novos mercados consumidores. Na UE, tampouco os países foram capazes de chegar a um consenso sobre as medidas anticrise, o que colaborou para que a recessão persista. O trabalho se utiliza do método qualitativo de análise, bem como da revisão histórica da formação dos blocos e das relações entre eles. Em termos teóricos, o estudo aproveita contribuições do neofuncionalismo e do intergovernamentalismo liberal para identificar padrões de comportamento dos blocos enfocados em momentos de crise.

Palavras-chave: Crise econômica de 2008, MERCOSUL, UE, integração regional, efeitos/estratégias.

ABSTRACT

ALMEIDA FILHO, Marcelo Marques de. **The International Crisis and the Regional Integration: The Effects and Strategies Adopted in MERCOSUR and the European Union.** 2014. (109 p.) f. Dissertation (Master's Degree on Political Science) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

This study aims to analyze the impacts of the economic crisis of 2008 in the MERCOSUR and the EU until 2013 and set out the main economic strategies adopted by the two integration schemes to combat the crisis. The effects and strategies adopted by South Americans Brazil and Argentina and Europeans Germany and Greece will also be assessed, as the decisions are not unanimous in the processes and each country has sought different solutions internally, changing the reflects of the crisis according to the case. The study will weave an overview about what are the international economic crisis and how they affect integration schemes. Considering that international regimes and studies on cooperation influence the integration, the analysis of these fit into explanations of what are international economic crises. The hypothesis is that MERCOSUR and EU retract as the main effect of the economic crisis of 2008, fitting with the theoretic expectation that integration processes retract during economic crises. Meanwhile, the reaction of the two largest economies of MERCOSUR and the process as a whole is contradictory, as Argentina and Brazil rose protectionism among them, at the same time that the scheme has worked to include more members and open up new consumer markets. In the EU, nor the countries were able to reach a consensus on anti-crisis measures and, therefore, the recession persists. Aiming to test the hypotheses, the study use a qualitative method of analysis and promote a historical reconstitution of the formation of the integration processes and the relationships between them. In theoretical terms, both neofunctionalism and liberal intergovernmentalism provide contributions to identify patterns of behavior adopted by the two schemes in relation to crises.

Keywords: Economic crisis of 2008, MERCOSUR, EU, regional integration, effects/strategies.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO I - OS PROCESSOS NO MERCOSUL E NA UE E AS TEORIAS DA INTEGRAÇÃO REGIONAL.....	13
1.1. A CRISE INTERNACIONAL DE 2008.....	18
1.2. TEORIAS DA INTEGRAÇÃO: ALGUMAS DEFINIÇÕES.....	24
1.2.1. FUNCIONALISMO, NEOFUNCIONALISMO E NEONEOFUNCIONALISMO.....	29
1.2.1.1 NEOFUNCIONALISMO.....	31
1.2.1.2. NEONEOFUNCIONALISMO.....	39
1.3. TEORIA INTERGOVERNAMENTALISTA	42
1.3.1 INTERGOVERNAMENTALISMO LIBERAL.....	45
CAPÍTULO II - EVOLUÇÃO DO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO NO MERCOSUL E NA UE E ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	50
2.1. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA UE.....	50
2.2. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA: MERCOSUL....	58
2.3. RELAÇÕES MERCOSUL - UE.....	68

CAPÍTULO III - AS ESTRATÉGIAS ADOTADAS E OS EFEITOS DA CRISE DE 2008.....	73
3.1. REFLEXOS DA CRISE INTERNACIONAL NO MERCOSUL.....	74
3.1.1. OS EFEITOS E AS ESTRATÉGIAS NA ARGENTINA E NO BRASIL.....	79
3.2. REFLEXOS DA CRISE INTERNACIONAL NA UE.....	96
3.2.1. OS EFEITOS E AS ESTRATÉGIAS NA ALEMANHA E NA GRÉCIA.....	89
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	94
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	98
REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS.....	102

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo analisar o comportamento do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e da UE (União Europeia) após a crise financeira de 2008, as estratégias econômicas adotadas nos dois casos e as reações de países selecionados desses blocos frente à recessão internacional, bem como os reflexos nas relações internas. Especificamente, serão identificados e avaliados padrões de comportamento em momentos de crise no MERCOSUL e na UE, avanços e recuos nos processos e assimetrias internas, sempre tratando de explorar os efeitos da crise em cada caso e as políticas econômicas e externas para reagir a ela, em uma análise que contempla essas duas dimensões.

Com o estudo, se busca responder à seguinte questão: Quais são os efeitos da crise de 2008 no MERCOSUL, na UE e em alguns dos seus países-membros e quais estratégias têm sido adotadas para a contenção da situação?

A hipótese de trabalho é que o efeito mais visível da crise de 2008 no MERCOSUL e na UE foi a retração, conforme a expectativa teórica de que os blocos regionais se retraem nos períodos de crise econômica. A reação do MERCOSUL e das suas duas maiores economias à crise foi dúbia, pois, se por um lado, Argentina e Brasil têm imposto barreiras protecionistas entre si, por outro, o bloco têm trabalhado para agregar países, como a Venezuela, que já foi incorporada, a Bolívia, que está em fase de adesão, e o Equador, que negocia para aderir. Na UE, não foi possível chegar a consensos sobre medidas conjuntas para superar a crise, o que tem levado o bloco a continuar enfrentando dificuldades na área econômica.

Este estudo é uma análise qualitativa, apoiada nas teorias da integração regional e na literatura sobre os casos enfocados. Para estudarmos os efeitos e as estratégias adotadas em relação à crise econômica de 2008 em cada um dos blocos, também são utilizados indicadores, sobretudo, de crescimento econômico e comércio internacional dos mecanismos de integração e dos países selecionados. É importante esclarecer que não se trata de um trabalho comparativo, já que os blocos e os países são avaliados em separado. Outra questão importante que deve ser levantada é que este trabalho, por mais que considere o fator social da integração importante para um estudo sobre os efeitos e estratégias adotados pelos dois blocos em relação à crise, não se aprofundará nesta dimensão de análise.

As teorias de integração regional que fornecem o arcabouço teórico para a análise do MERCOSUL e da UE e de como estes têm se comportado frente à recessão internacional são o neofuncionalismo e o intergovernamentalismo liberal, acompanhados de alguns elementos teóricos relacionados a regimes internacionais e cooperação internacional.

O primeiro capítulo introduz as explicações sobre processos de integração regional, regimes internacionais e crises econômicas. Nesse bojo, são feitas considerações acerca da influência que os regimes internacionais exercem sobre a formação de blocos regionais e sobre a importância da cooperação para esses processos. Dado o interesse nas reações à crise de 2008, é pertinente uma explicação sobre crises econômicas e algumas de suas implicações para as relações entre países e para os blocos regionais. Com esses pontos de partida, pôde-se adentrar as discussões sobre os processos de integração, desde os conceitos formulados por alguns dos principais estudiosos do tema até os pontos cruciais das teorias em que o trabalho se apoia, o neofuncionalismo e o intergovernamentalismo liberal. Essa escolha se deve ao fato de que são as teorias mais relevantes para explicar a formação de um processo de integração. Ainda que sejam correntes com preceitos opostos, elas podem ser aplicadas a um mesmo caso para explicar diferentes momentos ou resultados da integração.

O segundo capítulo trata de fazer uma síntese histórica da formação do MERCOSUL e da UE. Para tanto, explora a evolução cronológica dos dois processos, destacando alguns fatores propícios à integração, momentos importantes de cada bloco e o desenvolvimento das suas respectivas institucionalizações.

No terceiro capítulo, são apresentados os indicadores e as avaliações dos efeitos e das estratégias adotadas em relação à crise de 2008. Essa análise será feita em dois âmbitos, o dos blocos e o de dois países selecionados de cada um. A explicação para essa distinção é a de que, por mais que exista a formulação de políticas de combate à crise em âmbito regional, a implementação destas e a adoção de outras políticas destinadas ao mesmo fim são nacionais, com a influência de grupos organizados da sociedade civil. Ademais, cada política tem um processo diferente de agregação de interesses em torno de si, em decorrência da existência de um pluralismo de interesses organizados nos âmbitos regional e nacional.

A escolha dos países enfocados em cada bloco se deve a alguns critérios. No caso do MERCOSUL, a Argentina e o Brasil são as maiores economias e os líderes, de forma mais ou menos coordenada, do processo. Ademais, têm um nível alto de interdependência econômica e, por todos os motivos já mencionados, foram os centros das reações à crise. No caso da UE, a Alemanha é a maior economia do bloco e esteve à frente, em coordenação com instituições regionais e internacionais, da resposta europeia à crise. A Grécia, por sua vez, foi a principal

receptora de ajuda na UE, dada a magnitude com que a crise lhe afetou, potencializando os efeitos em outros países do bloco.

É no terceiro capítulo, então, que será feita uma análise detalhada dos dados, para sintetizar as informações que permitam analisar quais foram os principais efeitos da crise de 2008 e as estratégias adotadas tanto nos blocos enfocados quanto nos países selecionados. Nesse esforço de análise, serão aplicadas as contribuições pertinentes do neofuncionalismo e do intergovernamentalismo liberal para buscar explicar a incidência das crises internacionais sobre os processos de integração e a reação dos Estados membros a isso. Com apoio empírico e teórico, portanto, serão aprofundadas as avaliações sobre os efeitos da crise e as medidas de combate a ela que os blocos enfocados e alguns dos seus países membros têm adotado.

CAPÍTULO I - OS PROCESSOS NO MERCOSUL E NA UE E AS TEORIAS DA INTEGRAÇÃO REGIONAL

Os processos de integração regional são importantes objetos de estudo da Ciência Política, sendo também foco de análise de outras áreas do conhecimento, como as Relações Internacionais, a Economia, o Direito, a Geografia e a História. Trata-se de um processo de aproximação entre Estados pertencentes a uma mesma região do globo, ocorrendo, sobretudo, nas áreas econômica e política, com a característica de não ser um processo linear e unitário, dadas as diferenças entre os vários mecanismos integracionistas existentes, que exprimem as singularidades locais. Basicamente, estes processos são criados com a finalidade de facilitar o comércio entre os países membros e aumentar seu poder de barganha (poder político) no meio internacional. Suas políticas mais básicas são relacionadas à adoção de reduções ou isenções de impostos ou de tarifas alfandegárias e buscam, por meio da cooperação e de negociações, soluções em comum para problemas econômicos e políticos, promovendo, em muitos casos, um processo de liberalização comercial entre os membros do acordo.

A integração geralmente forma um bloco econômico ou político institucionalizado¹ que pode ser de vários tipos (zona de livre comércio, união aduaneira, mercado comum, união econômica e monetária ou união política)² (LAMBERT, 2004).

Cada bloco de integração regional também é considerado um caso impar, decorrente das diferenças históricas, regionais, materiais e das intenções³ dos processos nas diversas regiões do globo, sendo a UE considerada o modelo mais avançado de integração já visto, uma união política em construção. Os Estados, que são atores que defendem seus próprios interesses nacionais em um ambiente de anarquia internacional⁴, chegando a ser considerados

¹ O conceito de institucionalização utilizado para esta pesquisa é o de que instituições são um conjunto de regras formais ou informais que procuram prescrever, dentre outras coisas, o comportamento dos atores em determinadas situações (KEOHANE, 1994).

² Segundo Mozart Foschete (1999), anterior à Zona de Livre Comércio estaria a Zona Preferencial, em que os membros adotam mutuamente tarifas preferenciais reduzidas em relação aos valores cobrados aos países que não pertençam à zona. Um exemplo seria a antiga Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), criada em 1960.

³ 'Apesar das diferenças, há um importante elemento em comum: a conjuntura político-econômica mundial e suas crises não deixam nenhum continente ileso' (WEISSHEIMER, 2011).

⁴ Anarquia nesse sentido é entendida como a ausência de um poder central que regulamente e controle a ação dos diversos países que compõem o meio internacional, capaz de lhes impor sanções, caso violem as leis internacionais ou a integridade de algum de seus componentes (Nota do autor).

atores egoístas, se unem em um processo de integração a fim de atingir seus interesses e conseguir ganhos maiores do que conseguiriam isoladamente.

Nesse cenário, a globalização e a interdependência entre as nações comprometem o controle e a capacidade de resposta aos eventos internacionais de interesse por parte dos Estados, pois muitas vezes estes dependem do comportamento e dos resultados das políticas de outros países, bem como a troca de informações limitada e as assimetrias de poder influenciam a tomada de decisões e os resultados finais.

Dado esse contexto, os regimes internacionais se tornam importante ferramentas para a consecução de estabilidade e um ordenamento da conduta das nações em meio a um cenário anárquico, formando normas internacionalmente aceitas, por meio de acordos, tratados e consensos em áreas específicas, firmados entre os vários países do globo. Embora não exista um regime específico para os processos de integração regional, o processo sofre influências de alguns regimes já consolidados, como é o caso do regime financeiro-comercial internacional, que regulamenta as trocas cambiais e o fluxo comercial à nível internacional, do regime de combate à pobreza mundial e de desenvolvimento mútuo internacional, devido o fato de que o desenvolvimento sustentável (sociocultural, econômico, político-institucional, industrial e de outras vertentes diversas) tende a promover a redução da pobreza, entre outros. Desta forma, os Regimes Internacionais se tornam importantes ferramentas para a consecução de estabilidade e um ordenamento da conduta das Nações em meio a um cenário anárquico (LUCENA, 2012).

O estudo do significado de regimes internacionais busca explicar como os Estados nacionais se comportam em meio ao sistema anárquico internacional. De acordo com Mônica Herz (1997), os estudos de regimes internacionais voltam sua atenção para a condução política dos atores internacionais em meio à sociedade anárquica.

Em vez de propor uma ordem internacional que emergja naturalmente como decorrência de propriedades estruturais do sistema (balanço de poder, 'deterência bipolar', etc.), a teoria de regimes concentra-se em analisar a formação de normas e regras que garantam a governabilidade do sistema anárquico (HERZ, 1997: p. 2. Adaptado pelo autor.).

Sobre regimes, sua resistência depende da sua capacidade de adaptação às transformações do meio internacional e das mudanças na balança de poder mundial, e sua eficiência decorre do cumprimento eficaz dos fins para o qual foi designado. Uma das concepções mais bem aceitas de regimes internacionais é a de Stephen Krasner e advoga que os regimes internacionais são princípios, normas, regras e processos decisórios, implícitos ou

explícitos, para os quais as expectativas dos atores afluem em determinados domínios das relações internacionais (KRASNER, 1983).

Através dessa acepção princípios são crenças, normas são padrões gerais, regras são prescrições e proscições específicas e processos decisórios podem ser entendidos como regras de escolha coletiva. Dessa forma, os regimes internacionais são as medidas que equilibram a relação entre os atores das Relações Internacionais, estabelecendo um ambiente em que se possa existir o diálogo e através do consenso, guiar as interações entre os Estados e Organizações Internacionais. A definição de Krasner apresenta, portanto, uma série de itens característicos de um regime, os delimitando especificamente.

Oran Young (1986) tece três críticas ao conceito de Krasner, sendo eles : (1) a dificuldade teórica de se trabalhar a conceituação destes itens ; (2) a amplitude do conceito ; (3) dada a amplitude conceitual, não se é possível identificar um objeto de pesquisa, comprometendo ainda a elaboração de hipóteses. Segundo o autor, os regimes internacionais devem ser interpretados como instituições sociais que orientam a conduta de partes interessadas em determinado setor, constituindo-se como padrões de comportamento de fácil identificação direcionados à consecução de objetivos comuns das partes envolvidas. Esse conceito apresenta a expectativa de se superar os aspectos que compõem a formalização legal dos regimes (YOUNG, 1986).

Outro autor importante sobre regimes internacionais é Robert Keohane (1989). Conforme o autor, os regimes podem ser caracterizados como instituições detentoras de regras explícitas, que são parte de um grupo específico de questões decorrentes das relações em meio internacional e são aceitas pelos governos respectivos das comunidades nacionais. Keohane enfoca sumariamente a questão das regras, caracterizando, portanto, um conceito específico.

Uma crítica contundente aos estudos sobre regimes internacionais foi elaborada por Susan Strange (1983), apontando cinco pontos pelos quais considera confusa e controversa as discussões sobre regimes.

A primeira indaga se o estudo sobre regimes não é apenas um modismo passageiro criado por pesquisadores norte-americanos para homogeneizar as pesquisas sobre política internacional. A segunda enfatiza a imprecisão da terminologia regime. A terceira afirma que o regime é avaliado de maneira parcial, já que cada pesquisador tenta dar a sua própria conotação e significado ao termo. A quarta condena a ideia de que os regimes dão um caráter estático ao meio internacional, podendo criar, portanto, as condições favoráveis para a garantia da ordem e da estabilidade do sistema. A quinta, enfim, afirma que análises sobre regimes consideram o Estado o ator preponderante (LUCENA, 2012: p 16).

Podemos destacar que os regimes⁵ têm a função de superar os problemas de ação coletiva em meio internacional, gerando a cooperação, enfocando a produção de resultados satisfatórios decorrentes das decisões que são tomadas de forma independentes pelas diversas nações, permitindo ainda a coordenação das ações dos Estados com a intenção de se reduzir os custos de transação⁶ em meio internacional, buscando ainda o equilíbrio do sistema internacional.

Uma vez que regimes internacionais tendem a ordenar a sociedade anárquica, estes se tornam fundamentais para a regulação do processo de globalização, controle da interdependência e para o funcionamento dos processos de integração regional espalhados pelo globo, determinando muitas de suas premissas. Visto que o fenômeno da globalização influi no comportamento dos Estados-Nacionais, de seus respectivos governos e sociedades, assim como a interdependência crescente entre as Nações, tem-se propiciado o aparecimento de processos de integração em âmbito regional, mudando alguns pontos do processo de internacionalização do capital. O aumento exponencial de acordos e negociações para a consecução de vantagens comparativas mútuas tem criado terreno favorável para a formulação de acordos de integração regional, ao passo que estes regimes tem servido também para tentar conter o avanço das crises internacionais, sobretudo os regimes internacionais do comércio e finanças.

Para se conseguir um processo de integração, torna-se necessário que haja o princípio da cooperação. A cooperação nem sempre é linear e muitas vezes surge para resolver uma situação de conflito. Segundo James Dougherty e Robert Pfaltzgraff (2003: p. 641-643),

Mesmo em uma sociedade anárquica, os Estados cumprem os seus objetivos de segurança, quer através de instrumentos cooperativos, quer através de instrumentos conflituais.

[...] A cooperação pode ocorrer em resultado de ajustamentos do comportamento dos atores e em resposta, ou por antecipação a preferências de outros atores.

[...] A cooperação pode resultar de um compromisso da parte do indivíduo para com o bem-estar da coletividade, mas também do egoísmo do interesse próprio.

[...] Dado que a cooperação internacional ocorre, necessariamente, num cenário descentralizado, desprovido de instituições e de normas eficazes para regular as relações entre unidades culturalmente diferenciadas e geograficamente separadas, torna-se essencial superar os problemas que resultam de uma inadequada troca de informações acerca das motivações e intenções das várias partes.

⁵ Reconhecemos que existem outras definições relevantes sobre regimes internacionais, como a de Kenneth Waltz (1979), Donald Puchala e Raymond Hopkins (1983), Friedrich Kratochwil, (1984), dentre outros autores, porém, este trabalho não pretende se aprofundar nas questões sobre regimes internacionais, pois este não é o foco desta análise.

⁶ São custos de informação, de avaliar alternativas, de fiscalizar e fazer cumprir contratos, chaves da imperfeição do mercado internacional (LUCENA, 2012).

Assim, a cooperação internacional pode ser definida como a facilitação da ocorrência de determinadas políticas entre um grupo de Estados, visto que esta não visa estabelecer um empecilho à consecução dos interesses individuais dos Estados e muito provavelmente possibilita ou se torna facilitadora da realização dos interesses nacionais, através de um alinhamento de interesses. A cooperação é diferente da harmonia. A harmonia é um estado pacífico e igualitário que procede da cooperação. A cooperação nem sempre é harmônica, às vezes é até conflituosa. Ela se dá por meio de negociações e estabelecimento de comum benefício e suprimento mútuo de necessidades a partir do desenvolvimento dos regimes internacionais (DOUGHERTY & PFALTZGRAFF, 2003).

Dados alguns aspectos dos processos de integração regional, torna-se pertinente mencionar que existe uma série de blocos regionais espalhados pelo mundo, sendo que o mais avançado em termos de transferência de competências a instituições supranacionais é a UE, que congrega 27 países europeus e tem um contorno político-institucional mais abrangente e aprofundado do que nos demais casos. Outro bloco importante é o MERCOSUL, considerado por estudiosos de integração regional como o processo mais bem sucedido entre países em desenvolvimento. Apesar da existência de diversos processos de integração, esta pesquisa concentrará sua análise no MERCOSUL e na UE.

Como se pode observar ao longo da história, há momentos em que os processos de integração avançam consideravelmente, permitindo a formulação de acordos, sobretudo econômicos e políticos, a consecução de interesses comuns aos Estados membros e a aproximação destes. Porém, em momentos de crise, como o vivenciado atualmente no cenário econômico internacional, a integração e a formulação de políticas conjuntas tendem a diminuir consideravelmente, abrindo espaço para políticas de cunho nacionalistas e até protecionistas. Assim, os processos de integração podem passar a ter momentos de paralisia ou regressão. Quando as relações entre os Estados são mais brandas e cooperativas, o processo de integração atinge campo favorável para seu desenvolvimento e propagação. Mas, em momentos de turbulência, como nas crises econômicas dos anos 1970 e 1990 e na mais recente, a partir de 2008, o processo tende a se retrair ou até mesmo emperrar por período de tempo indeterminado, devido à insegurança e a incerteza que toma conta do meio internacional, o que pode comprometer a expansão da interdependência regional (DOUGHERTY E PFALTZGRAFF, 2003).

Com o surgimento dos processos de integração no pós-Segunda Guerra Mundial, cada vez mais os acadêmicos têm se dedicado ao estudo das singularidades dos blocos regionais formados, o que levou ao desenvolvimento das teorias de integração regional,

sobretudo após a criação da CECA (Comunidade Europeia do Carvão e do Aço), em 1951. Estas formulações buscam explicar o que são esses processos, como se desenvolvem, bem como alguns pontos específicos e singularidades inerentes a este fenômeno. É importante lembrar que as mais importantes teorias sobre a integração têm como base o estudo da UE, já que o organismo é o processo mais avançado existente, em que se pôde verificar ou refutar empiricamente muitos desses conhecimentos.

Partiremos de uma breve explanação sobre o que são as crises econômicas, dado o fato de que a dissertação enfocará as estratégias e os efeitos da crise de 2008 na UE e no MERCOSUL e posteriormente será desenvolvida a teorização sobre o que são os processos de integração regional. É importante salientar que, para esta pesquisa, as teorias do intergovernamentalismo liberal e do neofuncionalismo são as principais fontes teóricas e subsidiarão a construção textual desenvolvida. Conforme explicado anteriormente, as crises econômicas internacionais podem incidir sobre a integração regional, prejudicando ou favorecendo o processo. Faz-se impreterível, portanto, contextualizar a recessão internacional e suas características fundamentais.

1.1. A CRISE INTERNACIONAL DE 2008

Após a consagração do liberalismo, por meio da ascensão da classe burguesa capitalista, o mundo tem experimentado um fluxo comercial crescente ao longo dos anos.

Com o encurtamento das distâncias, o aprimoramento dos meios de comunicação e a contínua revolução tecnológica que surgiram no escopo do fenômeno da globalização, hoje todos os países do globo estão interligados de alguma forma, e os efeitos que acontecem isoladamente em um local podem afetar o mundo todo, fenômeno que é conhecido na Ciência Política como interdependência (KEOHANE & NYE, 1989).

Nesse contexto, o aumento expressivo do comércio internacional trouxe consigo problemas estruturais que se tornaram sérios e que tem acontecido de forma cíclica: as crises econômico-financeiras internacionais.

Alguns autores clássicos, como Karl Marx em sua obra *O Capital* (2013) e John Maynard Keynes em sua obra *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda* (1973), deram importantes contribuições para os estudos sobre crises econômicas. Marx (2013) esclareceu como o modelo de produção capitalista gera por si só crises econômicas, muitas delas de superprodução, o que caracterizam crises cíclicas. John Maynard Keynes, advogando

contra a política do *laissez-faire*⁷, pregou o intervencionismo dos Estados na economia, sempre que necessário (SHAIKH, 1983). Por mais que os dois autores e outros pesquisadores renomados sobre as teorias da crise internacional sejam fundamentais para se entender os fenômenos das crises cíclicas e instabilidades econômicas internacionais, não é o objetivo deste trabalho se aprofundar nas teorias da crise econômica e nem adentrar os debates desta discussão.

As crises geralmente tem início em setores específicos da economia de um país ou de um grupo de países e apresentam como características gerais a retração do comércio internacional, a diminuição da taxa de crescimento dos países (expressa no PIB) e de produção de bens, perdas sociais em larga escala, o reaparecimento do protecionismo por parte das nações, afetando principalmente os países mais pobres, bem como são feitas uma série de concertações a nível global, com o intuito de superá-las. O cenário internacional se torna, portanto, uma arena de desconfiança, incertezas e instabilidade.

Algumas crises econômicas são destacadas na história como as mais notórias, figurando entre elas a crise de superprodução de 1929, as crises do petróleo na década de 1970, as crises da dívida externa em muitos países em via de desenvolvimento nos anos 1980 e, atualmente, a crise imobiliária e financeira de 2008, que se iniciou nos Estados Unidos e rapidamente se espalhou pelo sistema internacional, atingindo fortemente alguns países da Europa e colocando o mundo em recessão. Alguns consideram esta como a maior crise da história, sobretudo por sua proporção.

A crise internacional de 2008, que ainda perdura, é consequência da crise imobiliária-financeira estadunidense, um reflexo da mudança da situação do país que antes era considerado o maior credor internacional para a de devedor. A crise explodiu com a erupção da bolha imobiliária, na qual os bancos altamente endividados passaram a emitir créditos podres⁸ e moeda em excesso, sendo o país atingido pelo que é conhecido pelos economistas como crises gêmeas: crise financeira (na economia) e crise cambial (no dólar) (WOLF, 2008).

A crise rapidamente passou a preocupar o mundo todo, sobretudo após a falência do Lehman Brother Bank⁹, o banco de investimentos estadunidense. Obstante, a crise trouxe a tona o fato de que a dívida internacional cresce descontroladamente, junto com o crescimento

⁷ Expressão símbolo do liberalismo econômico, que afirma que o mercado deve funcionar de forma livre, sem regulação dos Estados nacionais (Nota do autor).

⁸ Os créditos podres se assemelham a cheques sem fundos. Também conhecidos como hipotecas *subprime*, incluíam empréstimos hipotecários, cartões de crédito e aluguel de carros, além de outras formas de crédito à clientes sem comprovação de renda ou com histórico negativo de uso de créditos, provocando posteriormente uma onda de inadimplência (WOLF, 2008).

⁹ Um dos mais tradicionais bancos de investimento dos Estados Unidos, é um dos pilares financeiros de Wall Street (Nota do autor).

da falta de dinheiro na mão dos países ricos, situação que pode ser comparada somente ao período das grandes guerras mundiais. O mundo mergulhou então em mais uma crise financeira, que provocou desconfiança quanto aos bancos financeiros no mundo, sobretudo os dos países ricos. O medo de calote¹⁰ fez a economia mundial entrar em situação de recessão (LETHBRIDGE, 2010).

Para se deflagrar as crises, segundo Martin Wolf (2008), são colocados dois fatores causadores preponderantes: a má gestão da liberalização econômica em nível mundial, inclusive da globalização, e a indisciplina fiscal, quase sempre gerando inflação.

Conforme o autor, existem quatro fatores que podem levar às crises gêmeas. O primeiro diz respeito à liberalização financeira, quando feita de forma errônea, como lançamento de créditos podres no mercado, pode acarretar perda de ganhos e necessidade de empréstimos estrangeiros. Em seguida, é colocada a questão do avanço rumo à crise cambial, que ocorre quando há aumento de juros no exterior, o que reduz a acumulação em caixa e desacelera a atividade econômica e o ritmo de investimentos. Essa situação gera desconfiança nos países que estão em processo de crise, já que diminuem suas reservas e fica no ar a questão do risco moral e da seleção adversa. Em terceiro lugar, as crises cambiais, em que os especuladores começam a vender as moedas do país, os empréstimos cessam, e os credores de curto prazo recolhem o dinheiro. Finalmente, em quarto lugar, se deflagra a crise geral, ocasionada pelos fatores sequenciais anteriores, sendo os países com histórico de inflação e de calote receptores de empréstimos a curto prazo em moeda estrangeira os mais atingidos. Todos esses fatores acabam por colocar a economia afetada em profunda recessão (WOLF, 2008).

No mesmo caminho, os aspectos negativos gerados pelo sistema financeiro internacional são o fato de que as crises se expandem rapidamente para outros mercados, dados os riscos da liberalização globalizada e da ineficiência da reação dos governos importantes frente aos tumultos econômicos globais. Os empréstimos em moeda estrangeira também são problemas para as economias nacionais. A questão da incerteza dos empréstimos a outros países permanece ainda nas transações, fator esse que pela especulação e outros meios depreciativos de mercado pode levar a crises sérias, principalmente nos países pouco desenvolvidos (WOLF, 2008).

¹⁰ Lethbridge trabalha com o conceito de calote soberano, que é o calote empreendido por países que tiveram problemas com suas dívidas externas e as pagaram parcialmente, isto é, se elas foram pagas (LETHBRIDGE, 2010).

O endividamento dos Estados Unidos tem ocorrido ao longo dos anos, de acordo com Wolf (2008), por causa do excesso de capital no mundo, decorrente da ascendência de vários países no meio internacional (que, após muito sofrer com crises anteriores, passaram a gerar poupanças internas, controlar os gastos e evitar a entrada de capital especulativo em suas economias), e da questão de que alguns países querem manter o dólar valorizado frente a suas moedas, sobretudo nações da Ásia e exportadoras de petróleo.

As famílias norte-americanas têm contribuído para esse endividamento, já que de poupadoras passaram a devedoras e tomadoras de empréstimo, fazendo o fluxo reverso ao de costume, favorecendo a entrada de capital externo. O governo norte-americano também contribuiu seriamente para acentuar o endividamento com as crescentes tomadas de empréstimos internacionais, além de estar limitado pelo fato de dever e não conseguir poupar (principalmente em decorrência das atitudes econômicas da população). A crescente injeção de dólar na economia mundial pelos bancos estadunidenses, com o intuito de desvalorizar a moeda nacional e aumentar a competitividade das exportações, também tem preocupado os economistas no mundo todo, já que o dólar americano é a moeda mais importante do circuito internacional e, cada vez que se adota a política de emissão, se torna o dólar mais fraco e se oferece risco aos países que trabalham com políticas econômicas atreladas (WOLF, 2008).

Outra questão é que as duas últimas guerras nas quais os Estados Unidos estiveram envolvidos (Iraque e Afeganistão) contribuíram consideravelmente para o endividamento do país (WOLF, 2008).

Segundo Wolf (2008), não só houve o aumento da oferta de poupança e dinheiro no cenário internacional por parte dos países em desenvolvimento, como, em contrapartida, a redução da poupança dos países ricos. Mesmo sendo os Estados Unidos o principal destino, outros países desenvolvidos, sobretudo os países da Europa e o Japão, têm absorvido o excesso de divisas e aumentado suas dívidas externas. O sistema econômico-financeiro, conforme o autor, tem demandado essa atitude dos países ricos para se manter, mas esse modelo tem se mostrado insustentável.

Devido à aproximação entre os vários países do globo, no âmbito da globalização e da interdependência, as crises, uma vez iniciadas, se espalham rapidamente pelo globo, atingindo todos os países, de uma forma ou outra. Alguns países, como as nações sul-americanas e outros países em via de desenvolvimento, após diversas vezes em que se viram afetados pelos problemas da conjuntura internacional, reformaram sua ação econômica, o que lhes proporcionou (ao menos inicialmente) sofrer com menos impacto os efeitos da crise, caso do Brasil. Algumas das medidas tomadas foram formação de poupança e liquidez interna,

acúmulo de divisas estrangeiras, contenção da entrada de capital especulativo, favorecimento de Investimentos Externos Diretos (IED), aumento das exportações e da amplitude das relações comerciais, entre outras medidas (WOLF, 2008).

Inicialmente, puxado pelo crescimento da China e de alguns países emergentes, como os demais membros do Grupo BRICS (Brasil, Rússia, Índia e África do Sul), o crescimento da economia internacional diminuiu em menor escala, sendo estes países menos afetados que muitas Nações desenvolvidas. Na ocasião, pela primeira vez após o Acordo de Bretton Woods em 1944¹¹, as discussões sobre a economia mundial, encabeçadas pelo G8, grupo das sete maiores economias mundiais mais a Rússia, deu lugar ao G20, que conta com as vinte maiores economias globais, muitos deles emergentes. O Grupo BRICS também advoga que é hora de se reformar a governança global para incluir as potências emergentes¹² a se começar pelo Fundo Monetário Internacional, que historicamente beneficia os Estados Unidos e a Europa, tornando-o mais legítimo e representativo. Contudo, após a forte retração da economia estadunidense e da UE, sobretudo os países da zona do euro, os problemas típicos das crises internacionais colocaram o mundo em recessão, agravado pela diminuição do crescimento chinês e seu potencial de investidor, e, conseqüentemente, abalando a liquidez internacional e o crescimento da economia mundial, bem como dos países do globo, sobretudo os emergentes (REUTERS, 2013a).

Essas turbulências internacionais tendem a refletir seriamente nos processos de integração regional, dado o fato de que a grande maioria destes processos tem natureza primordialmente econômica. Acompanhando as tendências internacionais, as trocas econômicas tendem a se contrair, bem como a taxa de investimentos, devido à insegurança gerada. Em alguns casos, o processo emperra, já que esse cenário de incerteza tende a gerar nos países o receio pela expansão comercial durante o período recessivo, quando algumas nações adotam medidas protecionistas ou restrições comerciais de toda ordem, inclusive. Entretanto, deve-se levar em consideração que estes períodos podem também promover a

¹¹ Resultado da Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas, realizada em julho de 1944, em Bretton Woods (New Hampshire, Estados Unidos), com representantes de 44 países, incluindo o Brasil, para planejar a estabilização da economia internacional e das moedas nacionais prejudicadas pela Segunda Guerra Mundial. Houve na ocasião a criação formal do sistema financeiro internacional, que consagrou os Estados Unidos como o centro econômico do mundo e o dólar estadunidense como a principal moeda do sistema internacional. Foram criados em Bretton Woods instituições como o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), hoje Banco Mundial, um mecanismo financeiro e monetário e o Fundo Monetário Internacional (FMI), no âmbito comercial, além de se iniciarem as negociações do GATT (*General Agreement of Trade and Tariffs*), atual Organização Mundial do Comércio (OMC) para uma maior liberalização do comércio mundial e uma eventual tentativa de se derrubar as barreiras tarifárias e alfandegárias entre as Nações, assim como construir normas e acordos para uma livre concorrência e práticas justas de mercado (SANDRONI, 2001).

¹² Que ainda contam com México, Argentina, Polônia, Chile, entre outras nações (Nota do autor).

cooperação, como tentativa de se erradicar o quadro recessivo, em um processo de coordenação política. Dentro dos blocos regionais, uma série de medidas são adotadas para combater momentos de crise, buscando a retomada das trocas comerciais crescentes entre os membros do acordo, bem como a ampliação dos destinos das exportações dos participantes de um bloco.

Pelo ponto de vista econômico, a crise mundial de 2008 afetou seriamente a UE. Os efeitos nocivos nos países membros do bloco perduram até os dias atuais, atingindo algumas de suas vulnerabilidades econômicas e colocando contra a parede a seguridade da eurozona. Não foi só a instabilidade que se criou em torno da moeda, dado o risco de abandono do euro por parte da Grécia e dos rebaixamentos das notas de confiabilidade econômica de alguns dos países da zona do euro por instituições internacionais de avaliação de risco de investimento. Iniciou-se um processo de estagnação produtiva e de consumo em muitos países, aumentando os índices de pobreza e reduzindo drasticamente a geração de empregos formais. Com vistas a conseguir financiamento externo para cobrir seus déficits orçamentários, os países considerados como de risco têm adotado uma série de medidas de austeridade, cortando gastos em diversos setores e tomando medidas recessivas, o que tem prejudicado a manutenção do estado de bem estar social e desagradado suas respectivas populações. Vale ressaltar que essas medidas que atualmente são recomendadas a países europeus já foram bastante aplicadas aos países latino-americanos, que parecem ter aprendido com as crises passadas, sobretudo o Brasil.

Em relação ao MERCOSUL, houve também uma série de consequências, sendo uma delas a redução do crescimento econômico dos países do bloco, no âmbito da recessão internacional que ainda perdura. No caso do MERCOSUL tem ocorrido uma série de reuniões, com vistas a aumentar os fluxos comerciais intrabloco, e tentativas de negociar reduções no protecionismo adotado com a insegurança no cenário internacional. Ao mesmo tempo, tem havido estímulos ao consumo interno, como no Brasil, com a adoção de medidas tributárias favoráveis tanto aos produtores como para os consumidores.

Se levarmos em conta as teorias de integração regional exploradas, as crises econômicas caracterizam um grande desafio às teorias neofuncionalista e neointergovernmentalista, posto que envolvem pressões externas, redução do fluxo comercial e, em alguns casos mais drásticos, estagnação do processo integracionista.

1.2. TEORIAS DA INTEGRAÇÃO: ALGUMAS DEFINIÇÕES

Dada a ocorrência do processo de integração regional em várias partes do mundo e considerando-se que as ações de cooperação demandam que os Estados ajam conjuntamente, criou-se a necessidade da avaliação dos benefícios e malefícios que são gerados pelo sistema de soberania partilhada. Algumas nações têm mais facilidade em se inserir nesse processo por sua situação político-econômica privilegiada, e outras já adentram de forma mais tímida, ou até mesmo periférica, na formação de organizações ou regras que defendam interesses de todos ali representados e que proporcionem o ambiente ideal de cooperação. Assim, várias teorias sobre integração regional e cooperação internacional foram criadas a fim de se decodificar esses fenômenos e responder às questões referentes ao processo de integração regional e suas vertentes derivadas. Dessa forma, por meio da cooperação e da coordenação política (em alguns casos existe, também a cessão de parcelas de soberania às instituições criadas pelo processo), conseguem, em conjunto, atingir de forma mais efetiva seus objetivos, aumentando, em alguns casos, seu poder de negociação no meio internacional e as transações comerciais com os parceiros de bloco.

Conforme Ernest Haas (1961), um dos expoentes da teoria neofuncionalista, os processos de integração regional conduzem, em última instância, à formação por parte dos Estados de instituições regionais, às quais diversos agentes de diferentes nacionalidades transferem, mediante incentivos e perspectivas, parcela de suas lealdades, para fins específicos. Para Antje Wiener e Thomas Diez (2004), esta definição é ampla, englobando um processo social (a transferência de lealdade) e outro político (criação de instituições políticas capazes de sobrepor ao menos sobre uma parcela das responsabilidades dos Estados-membros). Segundo João Botelho (2013), o problema dessa definição é seu alto grau de exigência. Seguidos os critérios prescritos por Haas, haveria poucos casos além da UE que poderiam ser tomados como objetos empíricos, pois a transferência de lealdade a um organismo que se sobreponha aos Estados-membros é rara, dado que a maioria dos blocos adota o modelo intergovernamental de integração. De acordo com Maria Mallmann (2010), a definição de Haas “se reporta muito mais a situações já consolidadas de integração do que a processos que, por mais avançados que estejam, não permitem inferir desfechos prováveis”.

Outra definição, conforme Mônica Herz e Andrea Hoffman (2004: p. 168), é a de que integração é “um processo dinâmico de intensificação em profundidade das relações entre atores levando a criação de novas formas de governança político-institucionais de escopo regional”. As autoras destacam que os atores envolvidos em um processo de integração regional podem ser governamentais ou não governamentais (podendo ser atores nacionais, subnacionais ou transnacionais), que geram um sistema político comum de tomadas de

decisões, o que compreende a criação de organizações internacionais formais, sediadas nos países membros do acordo, acordo este instituído por meio de um tratado constitutivo. Para Herz e Hoffman, as instituições criadas pelos processos de integração regional não se restringem às formais, incorporando também normas, práticas e instituições informais, tacitamente aceitas. O enfoque desta análise se centra na formação de organizações internacionais físicas (não excluindo os aspectos institucionais informais do processo) e na definição de indicadores para se observar a intensidade das trocas regionais, que varia de bloco para bloco.

Corroborando algumas destas ideias, segundo Marcelo Mariano e Karina Mariano (2002), os processos de integração fazem parte da estratégia dos Estados e recebem deste os impulsos necessários para o seu surgimento, mas à medida que estes evoluem, criam impactos que superam os governos nacionais, refletindo diretamente no cotidiano das sociedades respectivas que se integram, principalmente as unidades governamentais subnacionais (prefeituras, governos estaduais).

Para Botelho (2013: p. 34), a integração pode ser definida como

A constituição gradual de instituições políticas que estabelecem alguma delimitação territorial e temática à cooperação entre Estados, aspiram integrar regras e políticas, levam os países membros a ter que se adaptar a um novo contexto e podem chegar a se impor sobre os governos nacionais ou não ter a pretensão de fazê-lo [tradução própria].

Essa definição parte de critérios menos exigentes sobre o que são processos de integração, podendo ser aplicada à análise de diferentes blocos, e não só os que implicam na transferência de soberania às instituições regionais.

Acerca do processo de integração e das teorias sobre esse processo, Dougherty e Pfaltzgraff (2003: p. 648-649) argumentam que

As teorias da cooperação e integração internacional propõem-se a explicar o comportamento num contexto descentralizado em que os Estados enfrentam problemas que exigem soluções que ultrapassam o próprio Estado. Isto inclui setores funcionais específicos como a política comercial, para a qual se acredita existir a necessidade de promover comportamentos cooperativos. [...] Os teorizadores da integração partilham geralmente um interesse comum pela compreensão do processo de transferência da lealdade de um centro para outro, da unidade local para uma entidade política mais vasta ou mais numerosa, da tribo para a Nação ou da Nação para uma unidade supranacional.

Dessa forma, vê-se a integração como um meio de se resolver os problemas de ordem superiora às nações em estado individual, através da formação de organismos no qual elas possam participar ativamente de forma conjunta, visando atingir soluções de divergência e benefícios de todas as ordens por meio da cooperação. Nesse processo, os Estados podem ou

não abrir mão de uma parcela da sua soberania, em favor de uma situação em que a decisão conjunta, guiada por regras pré-estabelecidas nas cartas constituintes dos organismos regionais, possibilite a ocorrência do que é conhecido como soberania partilhada¹³.

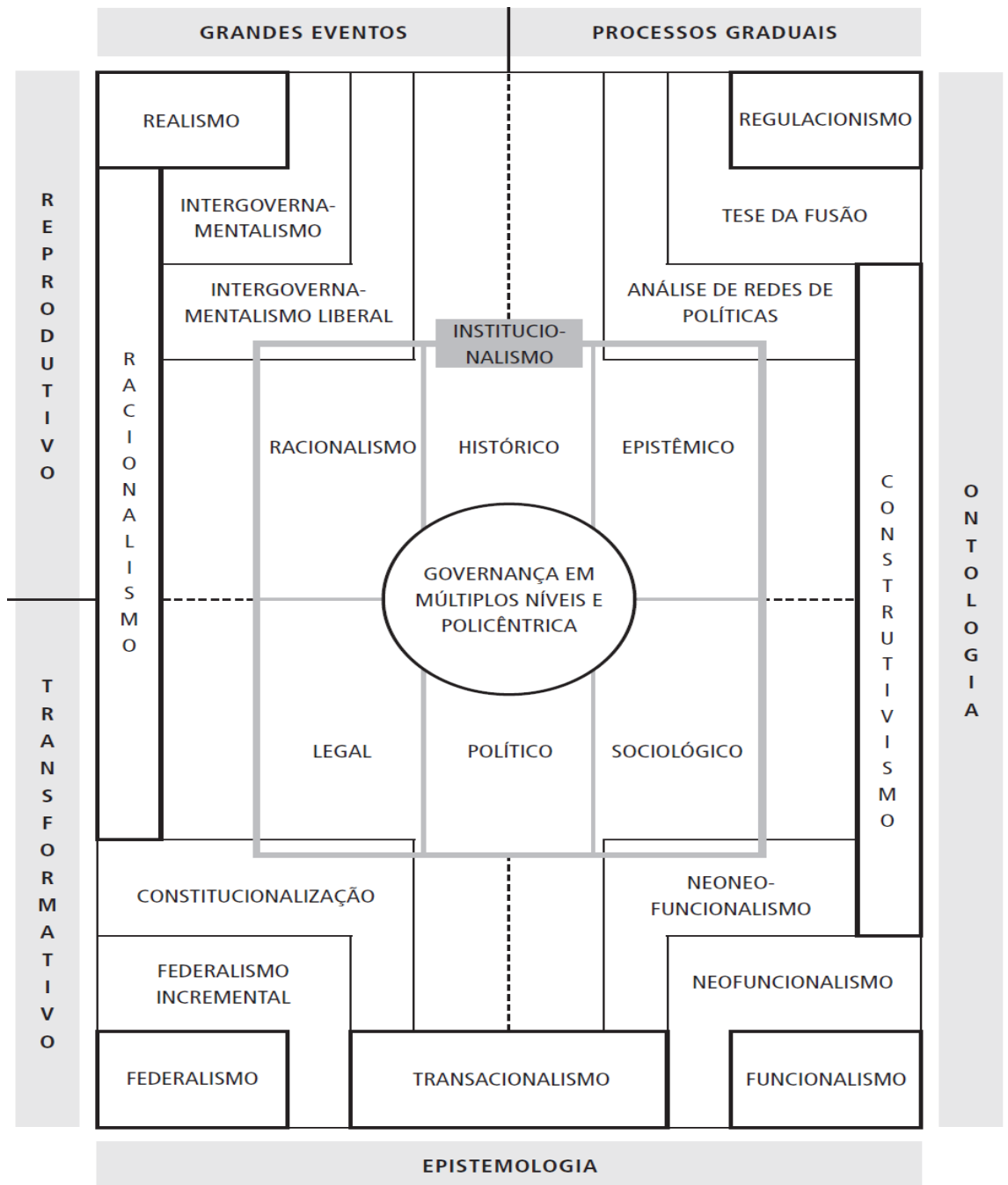
Várias correntes de pensamento se propuseram a avaliar os processos de integração regional, o que deu origem às teorias de integração regional. Em destaque, as formulações clássicas do funcionalismo, do intergovernamentalismo, do institucionalismo e do federalismo, bem como a reformulação posterior de algumas delas (as neo-teorias), a exemplo do neofuncionalismo (e do neoneofuncionalismo), do intergovernamentalismo liberal e do neoinstitucionalismo, e ainda o construtivismo social, têm tentado oferecer respostas aos dilemas levantados pelos processos de integração, se tornando as principais teorias sobre o tema.

As correntes de pensadores neoliberais também promoveram estudos sobre o desenrolar dos processos de integração, como pode ser observado na teoria do cosmopolitismo, em que os valores e o comportamento político surgem a partir de uma fonte universal, superior ao próprio Estado, formando uma sociedade de Estados. Surge ainda o interesse das correntes neorrealistas quanto ao processo de integração, por meio de teorias como o comunitarismo, em que os Estados são os principais atores do processo e este ocorre por meio da vontade de suas respectivas comunidades, estabelecendo, assim, as funções e instituições correspondentes, por meio de uma comunidade de Estados (DOUGHERTY & PFALTZGRAFF, 2003).

Philippe Schmitter (2010) sistematiza as teorias da integração regional conforme o seguinte esquema:

¹³ A soberania compartilhada é caracterizada pela concessão soberana de parcelas de poder decisório dos Estados-membros de algum bloco regional aos órgãos comunitários deste, que propiciam a tomada de decisões conjuntas (Nota do autor).

FIGURA I – QUADRO TEÓRICO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL



Fonte: SCHMITTER, 2010, p. 10.

Wiener e Diez (2004) destacam que algumas abordagens se encarregam de tentar explicar as motivações, as características, o funcionamento e o desenvolvimento da integração, bem como pontos específicos desses processos, dividindo em três períodos as produções teóricas sobre o assunto, que se baseiam, quase exclusivamente, no caso europeu. Antes de pormenores dos três períodos, é importante destacar que os autores advogam que

existiu um período pré-integração, de caráter normativo e anterior à criação da Comunidade Econômica Europeia, havendo destaque para as teorias do funcionalismo e do federalismo. Segundo eles, a primeira fase, que se iniciou com a assinatura do Tratado de Roma, foi a produção de teorias explanatórias (entre as décadas de 1960 e 1970), que se ocupavam em explicar as razões e impulsos para se integrar, com destaque para as teorias do neofuncionalismo e do intergovernamentalismo. O segundo momento (anos 1980), considerado analítico, compreende o período em que os enfoques recaíram sobre as formas e instrumentos de governança, ocorrendo uma revisão dos marcos anteriores, com destaque para as teorias do intergovernamentalismo liberal, do neoneofuncionalismo e do neoinstitucionalismo. O terceiro período (a partir da década de 1990) destaca as perspectivas construtivistas, em que predominam as pesquisas sobre a construção da UE, ocupando-se das formas de governança do bloco e compreendendo teorias como o construtivismo, o neoinstitucionalismo e o estruturalismo. Os autores optam por não apontar uma delimitação temporal exata das etapas, partindo do pressuposto de que os aportes combinam muitas dimensões teóricas, pois se trata de fases em que ocorrem a emergência, o desenvolvimento, e por vezes, a preponderância de algumas tendências teóricas.

Existem também teorias de origem latino-americana, como o caso das prescrições da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), que prescreve a integração regional como estratégia para o desenvolvimento dos países, tendo como um dos caminhos o fortalecimento das relações empresariais em um mercado integrado, para a criação da institucionalidade sólida necessária à consolidação do processo de integração econômica na América Latina. Porém, estas prescrições não se caracterizam necessariamente como teoria específica de integração regional e seu enfoque no desenvolvimento, principalmente desenvolvimento econômico, reduz sua carga explicativa (BRAGA, 2002).

Para Karine Silva (2012), por mais que possa existir considerável concordância em torno da maioria das teorias de integração regional quando se trata do cenário e dos fatos históricos que propiciaram o acontecimento real dos processos, não existe uma única teoria capaz de explicar, de forma exata e tacitamente aceita, as dinâmicas e potencialidades futuras, bem como muitos modelos têm dificuldade de ser aplicados a outros organismos de integração que não a UE, sobretudo quando se trata da comparação entre blocos. Torna-se necessário, portanto, especificar que este trabalho não tem como objetivo confrontar as teorias de integração regional, adotando, portanto, a postura de que estas são complementares quando da resposta a algumas questões específicas e, não necessariamente, se excluem mutuamente.

Todas as teorias de integração regional têm fornecido importantes contribuições ao estudo dos processos, respondendo a temas e contextos específicos e, se tomadas em conjunto, podem fornecer melhores resultados para as pesquisas desenvolvidas sobre integração. Para efeito desta análise, as reformulações das teorias funcionalista e intergovernamentalista (neofuncionalismo, neoneofuncionalismo e intergovernamentalismo liberal) foram selecionadas para a apresentação de um panorama do campo teórico da integração regional, já que são as teorias que tentam explicar o surgimento de um processo.

O funcionalismo é uma teoria que fornece a base para a compreensão do desenvolvimento da cooperação entre as nações, baseado, principalmente, na obra de David Mitrany, em que se destacou seu escrito intitulado *A Working Peace System*, de 1943. Segundo ele, a realidade do mundo no século XX era constituída por uma tecnicização crescente de assuntos que demandavam uma resolução primordialmente cooperativa, superando as próprias decisões ocorridas dentro das fronteiras estatais. Já a teoria intergovernamentalista, que tem como seu mais expressivo expositor Stanley Hoffmann, da qual se destaca sua obra *Obstinate or Obsolete? The Fate of the Nation State and the Case of Western Europe*, supõe que os Estados são atores dotados de certa racionalidade e cujo comportamento reflete as pressões sofridas internamente, vindas de grupos presentes na sociedade, e externamente, criadas pelo próprio ambiente internacional (MITRANY, 1943; HOFFMANN, 1966).

Os intergovernamentalistas e os neofuncionalistas apontam para o fato de que a integração cria impactos sobre os Estados nacionais envolvidos, sobretudo nos aspectos econômicos, afetando os interesses dos grupos que os compõem, sejam eles organizados ou não. Essas teorias consideram prudente relativizar esses efeitos a fim de evitar uma situação em que a oposição interna a eles pudesse impedir ou gerar obstáculos ao andamento do processo (BOTELHO, 2011).

1.2.1. FUNCIONALISMO, NEOFUNCIONALISMO E NEONEOFUNCIONALISMO

Os estudos de David Mitrany são considerados altamente relevantes para a consolidação da teoria funcionalista. Partindo de premissas sobre a cooperação internacional, para Mitrany, faltavam as competências técnicas necessárias aos representantes políticos das nações. A colaboração esvaziada de conteúdo político ou conflitual eram considerações claramente distintas das dos assuntos político-militares, de alta política ou das relações de Estado para Estado. Esses problemas são urgentes e poderiam/deveriam ser tratados fora do

contexto politizado da ideologia e do nacionalismo. David Mitrany insiste nas ideias da cooperação como meio adequado para solucionar necessidades cada vez mais densas e de que ela conduz progressivamente para a formação e consolidação de regimes e instituições internacionais. Para Mitrany, quanto maior a carga de sucesso do sistema de cooperação em uma determinada pauta funcional, mais crescem os incentivos para que haja colaboração em outros campos (MITRANY, 1943).

O funcionalismo mitriano parte de uma crítica à divisão mundial em unidades políticas competitivas, ou seja, Estados soberanos, o que, segundo o autor, eram responsáveis pelos conflitos e guerras no globo. Mitrany propôs a substituição desse sistema por uma teia de organizações internacionais que portariam autoridade sobre áreas funcionais restritas, para onde ocorreria a transferência gradual das funções e da autoridade dos Estados. Dessa forma, a teoria funcionalista clássica propunha a existência da supranacionalidade das instituições internacionais, de caráter universalista. A integração funcional, partindo desses pressupostos, seria pragmática, adaptável, tecnocrática e poderia culminar em algum tipo de governo mundial, em longo prazo (MITRANY, 1943).

Mitrany coloca então a ideia de que se deve substituir as suspeitas mútuas dos estadistas e seus respectivos Estados por uma confiança crescente. Esse tipo de processo não se limitaria então só a amplificar os setores que regulamentam a cooperação, como também diminuiria gradualmente e finalmente eliminaria a possibilidade de guerra através da transformação das atitudes e da criação de normas no sentido de comportamento pacífico, regulamentado por organizações e regimes internacionais multilaterais, que, em última instância, deveriam reduzir a importância e relevância do Estado-Nação. É importante ressaltar, segundo Botelho (2013), que a teoria do funcionalismo, apesar de se aplicar às explicações sobre os processos de integração, não versa diretamente sobre o assunto, possuindo também caráter normativo.

David Mitrany e Ernest Haas retomaram o assunto, confiando nas organizações internacionais como mecanismos internacionais promissores e tomando como pressuposto a ideia “de uma economia internacional muito mais complexa, cujas redes produtivas e de circulação muitas vezes ultrapassavam fronteiras nacionais sem controle dos Estados” (NOGUEIRA & MESSARI, 2005: p. 81).

Sobre a teoria funcionalista, Daniela Calegari (2009: p. 104) coloca que esta não possuía como objetivo a erradicação das soberanias nacionais. “Apenas entendia não ter a soberania tanta relevância como, até então, havia se afirmado, principalmente no período das

guerras mundiais. A estrutura formal do Estado continuaria a existir, drenando-se, contudo, o seu conteúdo hostil”.

Segundo os fluxos teóricos da corrente funcionalista, o sucesso da cooperação em um determinado setor tende a influenciar a possibilidade da extensão do processo para outros setores e também para outros possíveis Estados signatários, caracterizando o que é conhecido na teoria funcionalista como ramificações e, após as reformulações neofuncionalistas, como *spillover* (em tradução livre, transbordamento).

Alguns teorizadores da integração destacam o efeito que o sucesso da integração num setor pode ter noutro setor, conduzindo as unidades participantes à integração. Finalmente, assume-se geralmente que a integração é um fenômeno multidimensional, político, societal, cultural e econômico. O processo integrador conduz a um sentido de identidade comum e de comunidade. A integração surge como resultado de um apoio conseguido de dentro da unidade que procede à integração, como é o caso na UE (DOUGHERTY & PFALTZGRAFF, 2003: p. 649).

Dessa forma, o processo de ramificação acontece quando a integração gera benefícios vistosos aos países que se integram inicialmente, expandindo-se para outros setores e atraindo outros países. Esse pressuposto supervaloriza ainda as organizações internacionais. O transbordamento de cooperação e integração para outras áreas específicas, dessa forma, se daria quase automaticamente. As principais críticas à teoria funcionalista, sobretudo as das correntes neorrealistas, são de que os processos de integração não são lineares e estáticos e diferem entre si, que não necessariamente o sucesso da integração em uma área se expande para outros setores e que se negligencia o papel da política e dos Estados. Corre-se o risco ainda de a integração regredir de tal forma que seja abandonada. Muitos desses fatores foram considerados nas reformulações que deram origem ao neofuncionalismo (DOUGHERTY & PFALTZGRAFF, 2003).

Quanto à teoria neofuncionalista, esta enfatiza a formação de instituições supranacionais, com o envolvimento dos mais diversos atores internacionais (Estados, organismos internacionais, organizações não governamentais, empresas transnacionais, sociedade civil organizada) na constituição desses mecanismos. Alguns neofuncionalistas afirmam que uma instituição regional pode adentrar as fronteiras do Estado e, assim, modificar as políticas de governo.

1.2.1.1 NEOFUNCIONALISMO

O neofuncionalismo baseia-se em reformulações das ideias principais do funcionalismo, revista na obra de diversos autores da corrente. Segundo Marcelo Coutinho et al. (2007), essa corrente teórica contou ainda com a inclusão de algumas premissas federalistas. A sua principal contribuição reside na elaboração, modificação e verificação de hipóteses sobre a integração dos Estados. O enfoque neofuncionalista recaiu varias vezes em estudos sobre a UE e os blocos regionais de forma geral, principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento de instituições. Os partidos políticos, grupos de interesse e elites políticas estão em foco na teoria neofuncionalista, conforme apoiam ou rejeitam os processos integracionistas.

A teoria neofuncionalista observa que quando o cenário internacional está favorável, com crescimento da produção e do comércio mundial, os negócios tendem a se tornar mais abrangentes, não somente se ramificar para outras atividades (spillover) como também se intensificar em determinados ramos onde já aconteciam relações comerciais (spill around), podendo ainda resultar no fechamento de novas parcerias e de novos negócios. Ainda podem acontecer o buildup e o retrenchment. Prevalece aqui o princípio de cooperação. Em um cenário desfavorável, princípios de ordem protecionista tendem a se sobressair. Tendências conservadoras em comércio, retração da economia, burocratização das negociações, redução dos investimentos, entre outros problemas surgem na relação entre Estados. Há ainda o risco de spill back nos blocos econômicos e a possibilidade de efeito cascata quando de problemas que envolvem algum membro do grupo, como é o caso da Grécia com os PIIGS.

Em termos intergovernamentalistas, as decisões governamentais e a orientação de cada governo tem forte impacto na hora da tomada de decisões dentro dos mecanismos de integração. Em um momento de estabilidade e em situação de governos mais focados em diplomacia, cooperação, negociações e abertura de novos mercados consumidores, a conduta dos governos tende a ser mais liberal, progressista. Em caso de um cenário de crise, os governos tendem a tomar decisões para proteger a economia de seus respectivos países, sobretudo os setores da economia que são considerados mais estratégicos ao país, em termos econômicos.

Algumas importantes contribuições da corrente neofuncionalista surgiram dos escritos de Ernest Haas (1956, 1961), Joseph Nye (1965, 2002), Philippe Schmitter (1970, 2004, 2010), Leon Lindberg (1963), entre outros.

Segundo Haas (1961), em vez de confiar em um esquema de integração que coloca motivos particulares dos Estados como conduta, é mais aceitável identificar os interesses e valores comuns por eles defendidos. De acordo com o autor, a integração se dá visando novos

mercados e lucro. Haas coloca que os Estados se politizam para responder aos objetivos técnicos iniciais, considerando assim a adoção dos instrumentos depois que o corpo institucional já está se tornando mais sólido e os resultados se mostram concretos e concordando em ceder parte da sua autonomia soberana.

O autor destaca duas apreciações: a primeira afirma que é mais fácil a eficácia de uma integração regional com suas instituições próprias do que de uma organização com representantes de todo o mundo; e a segunda trabalha com a hipótese de que é provável que os funcionários especializados que não disponham de interlocutores em nível nacional achem que as suas recomendações e desejos são ignorados. Para além da esfera governamental, se pode e deve direcionar aos agentes políticos e econômicos que em alguns casos apoiaram e em outros se opuseram à integração, conciliando os interesses dos setores público e privado e exercendo uma representação personalista de interesses nacionais. Isso se torna uma forma de resolução para posteriores problemas.

Haas (1956) identifica quatro motivações básicas para se conformar um processo de integração regional, sendo elas (1) manter e promover a segurança em uma determinada região, através de um processo de defesa conjunta contra ameaças em comum, (2) disseminar ações cooperativas com o intuito de atingir desenvolvimento econômico e ampliar o processo de bem-estar social, (3) vontade auto interessada de uma nação poderosa em dirigir e controlar aliados menos representativos (em questão de poder) através de coerção, coação ou outras técnicas persuasivas, e (4) anseio comum de unificação de comunidades nacionais em uma unidade política mais abrangente.

Haas reconhecia que nem todas as alianças regionais resultam em integração de mercado. A integração poderia se traduzir numa força armada unificada mais ampla, capaz de deter um inimigo que, isoladamente, não seria possível barrar. Essa era uma preocupação presente nos primórdios da UE, cujos integrantes sentiam-se ameaçados pela União Soviética. Contudo, com o fim da Guerra Fria, esse tipo de motivação (temor de um ataque militar) foi perdendo espaço para uma nova forma de ameaça: a competição econômica dentro de um mundo globalizado (HAAS, 1961).

Para Andrés Malamud,

A abordagem neofuncionalista salienta a interação entre integração e instituições, ao invés da entre interdependência e integração (como o intergovernamentalismo faz). No entanto, seus apoiadores não negam a mesma sequência básica: os quadros teóricos concordam sobre a ordem de precedência, apesar de sublinhar diferentes duplas de acordo com suas acepções teóricas e objetivos heurísticos [tradução própria] (MALAMUD, 2004: p. 10).

Segundo a teoria neofuncionalista, os processos de integração seriam impulsionados a partir de um núcleo central – chamado funcional – formado pelos governos que dão início às negociações, por serem atores com capacidade e poder para assumir um compromisso desse tipo e fazer com que a sociedade o respeite. Em outras palavras, a integração é impulsionada pelo núcleo funcional constituído pelos governos e as burocracias especializadas para formular sua estratégia política. A capacidade decisória estaria concentrada nesses atores (DOUGHERTY & PFALTZGRAFF, 2003).

Leon Lindberg (1963), em análise detalhada dos fatos já consolidados do processo de integração europeu até então, indica que o progresso da integração só ocorreria em razão da insuficiência dos países envolvidos de resolver determinados problemas de forma individual, sem diminuir a importância dos Estados na conformação das instituições comunitárias, entretanto.

De acordo com Calegari (2009: p. 104), para os defensores da teoria neofuncionalista, a evolução para uma federação constitui o principal objetivo dos processos de integração regional, “uma vez que defendem que a integração estabelece uma solidariedade de fato entre os Estados, que é desenvolvida originariamente por áreas específicas, alastrando-se para outras áreas através de uma expansão por pressões funcionais”. Isto porque as reformulações neofuncionalistas tiveram algumas influências da teoria federalista da integração regional.

O conceito de ramificações também evoluiu com as reformulações neofuncionalistas. Fazendo um breve estudo sobre a Comunidade Econômica do Carvão e do Aço que deu origem à UE, Haas nota que grande parte dos atores inicialmente era receosa quanto às vantagens e que só aderiram após conferir os resultados positivos. Ao conseguir sucesso em determinada área em que se fez cooperação, os estadistas e as respectivas elites políticas, segundo Haas (1961), vão promovendo a cooperação de forma mais ampla e disseminadora para outras áreas, promovendo o transbordamento. Nesse processo, as nações aumentam a necessidade de se integrar de forma mais abrangente, com o objetivo de alcançar vantagens coletivas.

Na visão neofuncionalista, é a interdependência regional crescente que fornece incentivos aos atores sociais e econômicos e aos burocratas regionais para demandar e exercer pressão pelo aumento da integração, o que faz com a institucionalização do processo se amplie (BOTELHO, 2011).

Para Calegari (2009: p. 105),

Haas, diferentemente do que entendia Mitrany, a partir de 1964 modificou parte do seu pensamento acerca da lógica expansiva do *spillover*, afirmando que ela não era predeterminada ao sucesso. Sendo um processo frágil, poderia vir a expandir-se, mas também a retroceder. Não haveria uma garantia de expansão, pois entendia que o *spillover* era probabilista. Por esta razão que os neofuncionalistas preocupavam-se muito mais com o estudo detalhado do desenvolvimento do processo integrativo, do que com a caracterização da fase final.

Schmitter (1970) contribui com mais detalhes acerca da lógica neofuncionalista da integração. Os Estados, que não seriam superados plenamente, continuariam sendo atores preponderantes do processo, definiriam os termos iniciais do acordo, mas não possuiriam exclusividade quando da determinarem da direção e do alcance das mudanças posteriores. O que ocorre é que funcionários técnicos das instituições criadas no processo, associados a múltiplos interesses organizados, aproveitariam expansões funcionais inevitáveis e consequências inesperadas que ocorreriam quando os Estados aceitam designar certo grau de responsabilidade supranacional para cumprir tarefas limitadas, descobrindo que podem satisfazer essa função tem efeitos externos sobre outras das suas atividades interdependentes.

Conforme Schmitter (2004, p. 7),

Sob um panorama interno de democracia e pluralismo, os governos nacionais estariam crescentemente estrangidos por pressões em favor da região e acabariam resolvendo seus conflitos por meio da cessão de uma gama maior de áreas de políticas e da transferência de mais autoridade para as organizações regionais que criaram. A população dos Estados membros também poderia começar a transferir cada vez mais das suas expectativas à região, o que aumentaria a probabilidade de que integração socioeconômica origine integração política.

Schmitter vê o *spillover* como uma tipologia e opções estratégicas à disposição dos atores estatais. Ele ramifica o *spillover* de diversas formas, utilizando-se dos conceitos de *spill-around* (um crescimento do âmbito das funções executadas por um bloco regional sem que, contudo, se verifique o correspondente acréscimo de autoridade), *buildup* (aumento na autonomia decisória e na autoridade de um bloco sem que, contudo, sejam integradas novas áreas), *retrenchment* (um aumento do nível da arbitragem conjunta, ao mesmo tempo em que se vê reduzida a autoridade de um bloco) e *spill-back* (o retrocesso para a situação verificada anteriormente, tanto no âmbito das funções como na autoridade de um bloco). Sendo assim, os movimentos de integração podem tanto progredir quanto regredir, variando com os interesses das elites e do cenário nacional e internacional. Schmitter afirma que um processo político construído e projetado a partir de interesses pragmáticos está, por conseguinte, condenado a ser frágil e suscetível de ser invertido, ou seja, em vez de avançar a integração, pode-se regredir ao individualismo ou protecionismo estatal (SCHMITTER, 1970).

Joseph Nye também é considerado como um importante autor do neofuncionalismo por assentar uma ideia de desenvolvimento de um modelo neofuncionalista baseado em mecanismos processuais e no potencial integrador. Nye não avaliou apenas a integração ocorrida na UE, mas também os processos ocorridos nos mais diversos blocos de integração regional possíveis, dando melhor acabamento às ideias de ramificação presentes em Mitrany e Haas.

Ele sugere sete mecanismos processuais que reformulam a teoria neofuncionalista, sendo eles: 1) Articulação funcionalista de tarefas ou o conceito de spillover: é aplicado erroneamente para englobar todo e qualquer sinal de crescimento da cooperação. Segundo ele os desequilíbrios criados pela interdependência funcional ou pelas inerentes articulações entre as tarefas podem ser uma forma que pressione os atores políticos a redefinirem as suas tarefas comuns; 2) Acréscimo de transações: A integração parte do pressuposto de um acréscimo das transações relativas ao comércio, aos movimentos de capital, etc. O aumento das transações não conduz necessariamente a um alargamento significativo no âmbito da integração, mas sim a uma intensificação da capacidade institucional central para lidar com uma tarefa particular; 3) Articulações deliberadas e formação de coligações: as ramificações são chamadas proeminentes, em que os problemas são deliberadamente associados em acordos gerais, não em função de uma necessidade tecnológica, mas devido a projeções políticas e ideológicas e às possibilidades políticas. Depende da burocracia, do poder relativo dos Estados e dos atores burocráticos e políticos nacionais; 4) Socialização das elites: O grau de participação dos burocratas nacionais irá determinar o nível da sua socialização; 5) Formação de grupos regionais: A integração regional estimula a criação, formal e informal, de grupos não governamentais ou associações transnacionais, mas, segundo Nye, tais associações continuam a ser débeis; 6) Atração ideológica e identitária: O estabelecimento de um sentido de identidade representa uma força poderosa de apoio à integração regional; e 7) Envolvimento de atores externos ao processo: realça a importância dos atores externos e o seu envolvimento ativo no mecanismo processual da integração, como governos estrangeiros e organizações internacionais que servem como catalisadores dos mecanismos de integração (NYE, 1965).

É central em Nye a ideia de potencial integrador. Por esse conceito, é necessário que os Estados estejam em uma simetria econômica, que as elites se complementem, que haja pluralismo, ou que o grupo seja diversificado, mas com ideal comum, e que os Estados membros tenham capacidade de se adaptar e responder à integração. Nye defende ainda que o potencial político dos processos de integração aumenta o poder de barganha, mas depende do poder exercido pelos Estados membros no cenário internacional (NYE, 1965).

Segundo Nye (2002), o processo de integração afeta a percepção dos agentes em pelo menos três dimensões decisivas para sua continuidade: a percepção a respeito da distribuição dos benefícios, que deverá ser a mais equitativa possível para que a percepção seja positiva; a percepção comum acerca de fatores externos – problemas econômicos, estratégicos e geopolíticos; e a percepção quanto aos custos da integração, que deverão figurar como relativamente baixos para que a percepção seja positiva.

Conforme Dougherty e Pfaltzgraff (2003, p. 658), Nye aponta quatro condições que possivelmente indicariam o desenrolar dos processos de integração ao longo do tempo, sendo elas;

1) politização - os instrumentos que permitem resolver os problemas e reconciliar os interesses opostos ou a capacidade de distribuir eficazmente os dividendos no sentido de garantir um apoio mais amplo e mais sólido; 2) redistribuição - em que a questão fulcral é o faseamento das mudanças de estatuto, poder e dividendos econômicos que afetam os diversos grupos no seio da unidade sujeita a integração (um elemento central no processo integrador é a medida em que redistribuição beneficiando umas regiões mais que outras é compensada pelo crescimento dos dividendos gerais da unidade); 3) redistribuição das alternativas - o grau de pressão que, à medida que o processo de integração se desenvolve, os decisores enfrentam para aumentarem o nível e o alcance da integração e concluíram que as alternativas à integração são menos vantajosas; 4) externalização - o grau de necessidade sentido pelos membros de uma unidade sujeita a integração de desenvolverem uma posição comum sobre certas questões no sentido de lidarem com não membros, como tem acontecido no interior da UE nos vários processos de negociação com o exterior, incluindo os Estados Unidos. Nye coloca a hipótese de que 'quanto mais avança a integração mais provável será que terceiros reajam a ela, em apoio ou com hostilidade'.

As explicações geradas pela teoria neofuncionalista obtiveram considerável sucesso e representatividade durante o início da integração europeia, mas continham pontos de insuficiência que se tornaram evidentes com o período de estagnação das Comunidades Europeias (anos 1960 e 1970), o que lhes rendeu duras críticas, sobretudo das correntes teóricas neorealistas. As críticas mais contundentes ao modelo neofuncionalista partem do fato de a teoria não tecer uma diferenciação entre *high politics* (alta política, questões essenciais para a sobrevivência de um Estado, sobretudo questões de segurança) e *low politics* (baixa política, importantes, mas não vitais para a existência de um Estado, como economia e questões sociais) e ter negligenciado a importância dos fatores externos. Durante alguns anos, a teoria chegou a ser considerada inaplicável ao caso europeu, o que fez com que Haas a decretasse obsoleta. Entretanto, após um período de ostracismo, a teoria neofuncionalista tem sido reestruturada, demonstrando vigor e adaptação às mudanças no cenário internacional (COUTINHO et al., 2007).

De acordo com Luís Lobo-Fernandes,

As expectativas iniciais associadas à Comunidade nem sempre se confirmaram; do mesmo modo, o *spillover* e a integração progressiva pareciam também não ocorrer. Os limites da teoria neofuncionalista estão bem presentes nas palavras de Harrison (citado em Holland, 1994: 18):

‘there is no evidence in the Community experience of the beguiling automaticity of step-by-step economic integration, leading eventually to political integration. What has been achieved within the Community has depended upon political leadership by national elites and by political agreements between national governments’ [sublinhado nosso].

Moravcsik refere que o relativo fracasso do neofuncionalismo não foi apenas empírico; de acordo com este autor a sua maior fraqueza foi de ordem teórica. O modelo neofuncionalista provou ser demasiado ambicioso, vago e incoerente para gerar previsões precisas adequadas para uma avaliação empírica.

Conscientes dos limites do modelo neofuncionalista, os seus proponentes aceitaram ser impossível continuar a sustentar a automaticidade do processo. Apesar das muitas críticas apontadas (o próprio Haas chegou a considerar a teoria ‘obsoleta’), o neofuncionalismo não sucumbiu demonstrando antes uma notável capacidade de revitalização, principalmente nos últimos anos. Como sublinhara igualmente Moravcsik (1998, 16), ‘with few outcomes theoretically excluded, a rule of thumb emerged in the literature on the European Community: *when integration stagnated, scholars criticized neofunctionalism; when integration progressed, they rediscovered it*’ [sublinhado nosso]. Não admira, portanto, que a seguir a um período de ‘hibernação’ a teoria neofuncionalista seja redescoberta (LOBO-FERNANDES, 2006: p. 150 - 151).

Após algumas reconsiderações sobre a teoria neofuncionalista, Schmitter e outros teóricos passaram a rever alguns prognósticos da teoria, incorporando abordagens advindas de outras correntes teóricas sobre a integração, como as teorias neoinstitucionalista, da interdependência complexa, da governança multinível e do construtivismo social. Essa reformulação, autoanálise e tentativa de adequação às transformações nos processos de integração ganhou o nome de neoneofuncionalismo.

1.2.1.2. NEONEOFUNCIONALISMO

Sobre a integração funcional, Schmitter parte da reconsideração de que a direção e o ritmo da evolução da integração são determinados pela relação entre Estados soberanos, que controlam todas as fases da integração, não sendo conferido ao processo poder capaz de alterar a natureza dos países signatários, em que o objetivo de se integrar é fortalecer os Estados membros, e não o contrário, reforçando suas respectivas soberanias. Portanto, em qualquer lugar, para se iniciar e se manter um processo de integração, se faz necessária a formalização de um acordo explícito entre governos nacionais interessados no processo. Reafirma, entretanto, que é inegável que “as instituições e esferas de competência adotadas inicialmente terão um impacto contínuo em sua trajetória subsequente” (SCHMITTER, 2010: p. 18).

O autor advoga que as transformações na teoria neofuncionalista (que convencionou chamar de neoneofuncionalismo) são necessárias e buscam adequar a teoria à realidade dos processos de integração. Para ele,

Sua ontologia é transformativa, pois ela supõe que tanto os atores como os 'jogos que eles jogam' mudarão significativamente no curso do processo de integração; sua epistemologia se enraíza na observação de trocas graduais, normais e (em termos amplos) não obstrucionistas entre uma ampla gama de atores (SCHMITTER, 2010: p. 15).

Segundo o autor, a governança europeia é um mecanismo potencial para a legitimação do processo de integração, desde os aspectos econômicos até os setores políticos, de forma consensual. Conforme o autor, na UE, existe hoje uma lacuna de legitimidade, não uma brecha democrática (SCHMITTER, 2004).

O neoneofuncionalismo é, de acordo com Schmitter (2004), uma teoria eminentemente política, que não tem se ocupado em analisar se as barreiras artificiais aos intercâmbios estão diminuindo de fato, nem se os recursos estão sendo alocados de forma mais eficiente, ou ainda se as pessoas em nível individual querem o aumento da integração, mas sim que tipo de estratégias estão propensas a serem adotadas pelos atores políticos relevantes em um contexto dado. Dessa forma, as condições econômicas e sociais de integração conformam, naturalmente, importantes elementos dentro do modelo.

De acordo com Schmitter, a ênfase do neoneofuncionalismo recai sobre a formação de uma classe internacional, nas associações setoriais e profissionais e nos questionamentos gerados pelos movimentos sociais mundiais ou regionais. O autor considera ainda que as premissas, os conceitos e as hipóteses neofuncionalistas continuam com validade (SCHMITTER, 2004).

Conforme a experiência europeia, Schmitter (2010) aponta doze lições apreendidas sobre processos de integração, em acordo com a teoria neoneofuncionalista, respectivamente;

1) A integração regional é um processo, e não um produto, sendo que a integração pode gerar efeitos secundários e terciários não previstos, não permitindo antever desdobramentos futuros do processo de integração e podendo os Estados mudar sua motivação para integrar com o passar do tempo. O sucesso e continuidade da integração, então, não são garantidos. De acordo com as condições sobressalientes dentro e fora dos Estados envolvidos, a integração pode ou não 'transbordar'. E sobre certas condições, aumentam as possibilidades de resolução dos conflitos de interesse entre os atores do processo, delegando maior autoridade às instituições supranacionais e ampliando suas tarefas. Segundo Schmitter, esse é o núcleo da abordagem neofuncionalista.

2) É necessário um ponto de partida para a integração. Atualmente, a preferência é um ponto funcional de baixa visibilidade política, que possa gerar benefícios comunitários e que também possa ser tratado de forma separada. A preferência recai sobre áreas de integração que gerem pouca discordância inicial, mas que sejam ligadas a outras áreas funcionais potenciais em que possam gerar efeitos secundários que aumentem a cooperação, funcionando como uma engrenagem. Torna-se necessário que a integração demande cooperação para resolver problemas concretos que possam gerar resultados positivos. Schmitter coloca ainda que apenas a integração em forma de liberalização comercial, sem aprofundamentos, como é caso das áreas de livre comércio, dificilmente geram *spillover*.

3) O que orienta o processo de integração são os interesses convergentes, e não necessariamente a formação de uma identidade comunitária, levando-se em conta que as regiões internacionais são produzidas e não são algo natural e espontâneo e que o processo não demanda o enfraquecimento das identidades nacionais ou a transferência de lealdades, que são efeitos secundários.

4) A integração, mesmo pacífica e voluntária, não é livre de conflitos de interesse ou mesmo linear. O processo deve evitar a politização e as influências partidárias nacionais, quando das negociações de tratados e acordos, procurando o consenso, que é algo difícil de ser atingido. Quando o sistema de voto qualificado da maioria não consegue gerar coesão, o processo de tomada de decisões tende a estagnar por período indeterminado, o que não impede que a produção de efeitos das trocas expandidas (intencionais ou não) leve os líderes nacionais a negociar.

5) É importante que a integração se inicie com um número menor de Estados, mas que esteja sempre disposta a inclusão de novos membros, havendo preferência por países proximamente interligados e que possuam intercâmbio significativo entre si. A distribuição dos ganhos também deve ser acordada de forma consensual, preferentemente. Devem ser bem escolhidas áreas funcionais e membros, para que se aumentem as trocas e possa ocorrer a atração de novos membros, mantendo ainda os ganhos já adquiridos e conservando as obrigações mútuas já acordadas, em detrimento dos novos interesses nacionais agregados, com vista a manter a coesão. Com mais adesões, as instituições aumentam seu peso, o que agrega importância simbólica ao processo.

6) Inevitavelmente, os processos de integração possuem membros de peso político, tamanhos e recursos diversos. Como se trata de um sistema voluntário, os países mais poderosos não podem simplesmente se impor sobre os menos favorecidos, gerando garantias de que estes não serão agregados aos países maiores ou simplesmente consumidos no

processo. A integração costuma exigir a sobrerrepresentação desses Estados menores nas instituições comunitárias, sendo que estes podem servir ainda de ‘Estados amortecedores’ entre os mais poderosos, o que Schmitter avalia como positivo.

7) O processo de integração requer liderança, ou seja, atores dispostos a gerar iniciativas e arcar com alguns custos destas, de forma desproporcional, sendo que os países que possuem maiores recursos de poder devem subutilizar esses recursos imediatos, com vistas a legitimar e fortalecer o processo de forma estratégica, em longo prazo.

8) O processo demanda um secretariado com atribuições supranacionais limitadas, mas potenciais, que deve controlar a agenda de integração e evitar a sobreposição dos interesses de algum dos membros, em especial, beneficiando a coletividade.

9) Sistemas democráticos são requisitos para que o processo de integração possa dar certo, pois valorizam os direitos humanos e os pressupostos do Estado de Direito, amparados por legitimidade, não uso da força para resolução de controvérsias e influência dos movimentos sociais transnacionais e de grupos de interesses organizados diversos na construção do processo. O autor considera que existem, sim, casos de não democracias em outros blocos de integração regional além da Europa. Coloca ainda que é consenso sobre a importância da democracia em todas as teorias de integração.

10) A integração se mostrou possível com países de níveis de riqueza per capita e desenvolvimento diferenciados, se adaptando e reagindo a essas incorporações. A partir da combinação de políticas de redução das assimetrias (período de adaptação e readequamento infraestrutural, fundos estruturais, subsídios, dinâmica dos mercados competitivos, etc.), os processos tendem à convergência ascendente, produzindo o desenvolvimento dos países mais atrasados, sem comprometer o nível já adquirido pelos membros mais abastados.

11) A integração é um processo majoritariamente endógeno, mas (possivelmente) vulnerável aos acontecimentos internacionais de maneira crítica, sobretudo em seu início. Para Schmitter, uma vez que os membros congregam seus interesses em um processo de integração regional, o fracasso ou sucesso do esforço integracionista depende primariamente da troca entre esses países, de maneira local e em segunda instância, de atores não estatais dentro e fora das suas fronteiras. Sobretudo no início do processo, a influência de terceiros países, como os Estados Unidos, ou organizações governamentais internacionais maiores, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), pode incidir sobre os rumos da integração. Outra questão é que quanto mais poder se delega às organizações regionais comunitárias, maior será a relevância do corpo administrativo e das lideranças.

12) Por último, Schmitter coloca que os processos de integração regional demandam segurança internacional e não costumam ser produtores desta, ao menos inicialmente. Nesse ponto, o autor afirma que os pactos regionais de defesa e os blocos de integração regional possuem naturezas amplamente diferentes. Partindo da ideia de Karl Deutsch et al. (1957), Schmitter advoga que para o sucesso da integração nesse ponto é necessária a formação de uma comunidade pluralista de segurança, que tem por objetivo evitar a resolução de desavenças entre os membros por conflitos armados, o que não requer instituições comunitárias formais, adotando um caráter de instituição informal. O sistema democrático nos membros e o respeito às regras do Estado de direito, segundo o autor, são critérios para a geração de uma garantia mútua, que é possibilitada pelas negociações e pela busca por consenso.

Schmitter considera que esta análise aplica enfoque exclusivo à experiência europeia e acrescenta, em moldes neofuncionalistas, que os outros processos têm muito a evoluir.

Consideramos que a comparação entre a UE e outros blocos é algo complexo, devido ao fato de que o processo europeu é um exemplo único de integração. Para este trabalho, adota-se ainda o pressuposto de que o objetivo de cada processo também é diferente, bem como a realidade e a natureza dos atores envolvidos.

Outra importante explicação acerca dos processos de integração regional parte das premissas da teoria intergovernamentalista. De acordo com Schmitter (2010), essa teoria é dominante entre os cientistas políticos estadunidenses, o que fez com que se tornasse conhecida como Escola de Harvard, em um período de ortodoxia realista predominante. Dessa forma, as principais considerações da teoria, que tem como um dos seus expoentes Stanley Hoffman¹⁴ (1966), são de que a integração regional será ditada pelos Estados envolvidos, em todas as suas etapas, e que os rumos do processo serão ditados de acordo com os cálculos de poder relativo e com os interesses nacionais direcionados para a negociação de cada questão específica. O processo de integração de forma alguma transformaria a natureza dos Estados envolvidos, já que o objetivo é fortalecê-los, e não enfraquecê-los. Logo, o poder estatal, somado à questão dos interesses nacionais, é preponderante.

1.3. TEORIA INTERGOVERNAMENTALISTA

¹⁴ Stanley Hoffman dedica boa parte dos seus esforços a comprovar a validade do estatocentrismo como locomotiva da integração regional. Ele vê o surgimento das Comunidades Europeias como mecanismo adequado para fortalecer as economias debilitadas dos Estados membros no pós-Segunda Guerra e para evitar a eclosão de outro conflito de igual magnitude. Dessa forma, a supranacionalidade tornou-se uma proposta exitosa nos domínios da baixa política, no terreno econômico. Já os âmbitos da alta política permanecem sob o controle nacional (SILVA, 2012: p. 48).

Tendo origem nos Centros de Pesquisas e Academias estadunidenses e sendo assentado na tradição neorrealista das Relações Internacionais e da Ciência Política, o intergovernamentalismo clássico prevê que a integração regional depende das relações entre os Estados envolvidos no processo, representados na figura de seus respectivos chefes de governo. Para esta abordagem, a questão do ‘poder’ (sobretudo o poder estatal) e do interesse nacional são fundamentais e preponderantes. Assim, os estudos intergovernamentais consideram os Estados nacionais como atores predominantes do sistema internacional, que buscam ampliar seu poder e responder aos interesses nacionais (HOFFMANN, 1966).

Desta forma, o modelo intergovernamental procura construir hipóteses sobre o papel e a ação estatal em processos de cooperação multilateral, sendo ainda uma perspectiva histórica e estática para explicar os reflexos dos interesses nacionais sobre os resultados obtidos com as políticas de integração e concentrando sua margem de análise nas negociações e barganhas realizadas pelos membros do processo de integração regional (MARIANO & MARIANO, 2002; SILVA, 2012).

O intergovernamentalismo se assenta em três premissas básicas, sendo elas o comportamento racional do Estado, a formação da preferência nacional e a negociação interestatal. Em síntese, Mariano e Mariano (2002: p. 61-62) acrescentam que, de acordo com essas premissas básicas,

A teoria intergovernamentalista supõe que os Estados são atores dotados de uma certa racionalidade e cujo comportamento reflete as pressões sofridas internamente, vindas de grupos presentes na sociedade e de pressões externas criadas pelo próprio ambiente internacional.

Quando nos referimos à ação racional do Estado, estamos supondo que ele é minimamente racional, sendo capaz de formular um conjunto de fins e objetivos com algum grau de ordenamento quanto à sua importância e de criar parâmetros para a tomada de decisões. O aspecto racional desse tipo de ação encontra-se no fato de as decisões governamentais não serem aleatórias, porque os governos possuem capacidade de avaliar as diferentes alternativas e de decidir segundo os custos e benefícios que a decisão representa.

O intergovernamentalismo considera esse modelo de comportamento racional do Estado como a base para a discussão dos constrangimentos produzidos pelas preferências nacionais.

O conflito e a cooperação internacional são processos com dois estágios sucessivos: primeiro, os governos definem um conjunto de interesses; em seguida, barganham entre si no intuito de realizá-los.

Por serem atores racionais e egoístas, os Estados procurariam sempre atingir altos níveis de satisfação e de ganhos individuais com o menor custo possível. Essa é uma forma utilitarista de entender a lógica pela qual as nações tomam suas decisões e fazem suas escolhas. Todavia, de algum modo, esse utilitarismo seria a via que possibilita a cooperação, ao eliminar parcialmente a preocupação de cada um com os ganhos dos outros. Esse é um ponto importante na fundamentação do pessimismo da teoria realista em relação à cooperação: o receio dos possíveis ganhos de seus parceiros graças à cooperação inibe o ator de cooperar.

Stanley Hoffmann (1966), um dos precursores da teoria intergovernamentalista partiu de críticas contundentes à teoria neofuncionalista, sobretudo após esta não ter sido capaz de explicar de maneira satisfatória a crise da cadeira vazia¹⁵. Para o autor, analisando o processo de integração europeu, o posicionamento dos diversos Estados se sobrepõe à questão da convergência das elites, pensamento presente na teoria neofuncionalista. Hoffmann afirma ainda que o interesse nacional é estabelecido majoritariamente conforme a posição que determinado Estado ocupa no sistema internacional.

Para Hoffman (1966), as Comunidades Europeias contemporâneas a seus estudos conformavam um processo de cooperação estatal orientado por princípios hierárquicos e de autoridade, considerando sempre a questão das interações entre os setores interno e externo. Dado o aprofundamento da interdependência generalizada entre os países, a cooperação estatal tende a evoluir para uma coordenação mais ampla expressa na forma de regime internacional, permitindo a simplificação da gestão de problemas específicos. O autor considera ainda que a soberania partilhada decorrente dos processos de cooperação não provocam o enfraquecimento ou redução da importância dos países no processo de integração, mas sim fortalece o poder das Nações que participam do processo, em contraposição ao processo de *spill-over* neofuncionalista.

Na Europa, o intergovernamentalismo foi disseminado pelos estudos de Alan Milward (2000). O autor avalia o intergovernamentalismo pela ótica da *rational choice* (escolha racional) dos Estados, pois estes tem pretensões de reduzir os custos de transação no âmbito do sistema internacional de economia aberta. Para ele a integração europeia seria uma ação coletiva que tem por fim aumentar exponencialmente os ganhos de cada Estado-parte.

O autor refuta a ideia de os Estados abrirem mão de uma parcela de sua soberania ao criarem instituições e se aglutinarem na Comunidade Europeia, sendo a integração a saída encontrada pelos países para se recuperarem (individualmente) da destruição decorrente da Segunda Guerra Mundial. Dessa forma, Milward reduz a integração regional puramente ao aspecto econômico do processo, desconsiderando a importância dos outros aspectos, sobretudo as questões que contrapunham os países europeus e os motivos que culminaram na

¹⁵ A partir de Julho de 1965, opondo-se a um conjunto de propostas da Comissão relativas, designadamente, ao financiamento da política agrícola comum, a França deixou de participar nas reuniões do Conselho e, para retomar o seu lugar, exigiu um acordo político sobre o papel da Comissão e a votação por maioria. Este episódio da História da Europa ficou conhecido pela 'crise da cadeira vazia'. Esta crise foi ultrapassada graças ao compromisso do Luxemburgo (Janeiro de 1966), nos termos do qual sempre que estejam em causa interesses muito importantes de um ou mais países, os membros do Conselho devem procurar chegar a soluções que possam ser adoptadas por todos, respeitando os seus interesses mútuos (UNIÃO EUROPEIA, 2014).

2ª Grande Guerra, havendo um enfoque concentrado na visão estatista. Desta maneira, se formaram as Comunidades Europeias, então (MILWARD, 2010).

A teoria intergovernamentalista adquiriu considerável força durante o processo de estagnação da integração europeia, mas após a conformação do Ato Único Europeu (1986) e do aumento da integração após a queda do muro de Berlim (1989), o aprofundamento da integração e os consideráveis alargamentos do bloco forçaram a revisão dos postulados da teoria (SILVA, 2012).

Algumas críticas à corrente intergovernamentalista residem no fato de que a integração regional é tratada como cooperação multilateral, que é um processo distinto, já que a de integração promove mudanças significativas nos Estados envolvidos, de uma forma ou outra. Segundo Mariano e Mariano (2002), o intergovernamentalismo é “uma teoria parcial, útil para explicar as principais barganhas na integração, mas não o processo em si. Sob essa perspectiva, o Estado é um ator independente buscando atingir um objetivo”. Para os autores, essa visão acaba por reduzir a integração a uma forma de cooperação ou de coordenação política, com o objetivo de ajustar o comportamento dos atores envolvidos às preferências nacionais dos mesmos, uma visão estática.

O intergovernamentalismo, segundo alguns autores (MORAVICSIK, 1994; MARIANO & MARIANO, 2002; SILVA, 2012), não é uma teoria específica de integração regional e se caracteriza como um modelo teórico que pode ser aplicado de forma satisfatória à análise dos casos de integração regional.

A partir dos estudos de Andrew Moravcsik (1994 e 1998), a corrente contou com algumas contribuições advindas da teoria liberal, reformulação que ganhou o nome de intergovernamentalismo liberal. Em síntese, a diferença entre o intergovernamentalismo clássico e o intergovernamentalismo liberal é que no intergovernamentalismo liberal, os Estados expressam suas preferências e aderem aos processos de integração por motivos econômicos, sobretudo. Para Moravcsik (1998), instituições com caráter supranacional tendem a reforçar a capacidade decisória dos Estados, não o contrário.

1.3.1 INTERGOVERNAMENTALISMO LIBERAL

O intergovernamentalismo liberal segue por um eixo ao qual congrega alguns princípios clássicos, de vertente realista, com algumas reformulações neoliberais. Para Moravcsik (1998), as instituições supranacionais interessam aos Estados, sendo que os interesses econômicos determinam o curso da integração, sob o crivo dos interesses e da

aprovação dos Estados. Em Moravcsik, um ponto central é a questão do aumento da interdependência regional, requisito básico para que os processos de integração ocorram, em decorrência do aumento da demanda por mercados (exportações) e intercâmbios industriais, o que força a liberalização comercial. A teoria desenvolvida por Moravcsik avalia também os impactos que o crescente intercâmbio regional exerce sobre a capacidade unitária dos Estados de lidar com os níveis mais elevados de interação complexa e como estes se adequam às transformações sugeridas pela integração.

Consoante à lógica da teoria dos jogos, sobretudo do jogo de dois níveis de Robert Putnam¹⁶ (1993), os neointergovernmentalistas entendem a integração regional como um regime que tem como objetivo reduzir consideravelmente os custos de transação dos países envolvidos no processo, desenvolvendo caráter legal (capacidade de aplicar sanções), nos moldes do direito internacional.

Segundo Tullo Vigevani (1999), a teoria intergovernamentalista se distanciou da teoria realista, sobretudo no que diz respeito à sua postura majoritariamente racionalista, adotando uma postura de otimismo quanto à possibilidade de cooperação entre as Nações do sistema internacional, isto é, os Estados passam a perceber que a cooperação no âmbito da integração regional é uma maneira de expandir seus ganhos individuais absolutos e abrir novas oportunidades, sobretudo nos aspectos de mercado.

Conforme Moravcsik (1998), os governos nacionais continuam dotados de centralidade na condução dos processos de integração regional. Em temas específicos ligados aos interesses nacionais, sobretudo os mais estratégicos, quanto mais poderosos os Estados envolvidos, maior seria a pressão por se gerar resultados que os beneficiem nas negociações. Ele aponta que a crescente interdependência regional é que gera os processos de integração regional. Coloca ainda que os grupos sociais, ao se organizar em torno de um interesse comum, conseguem influenciar as decisões estatais, dentro ou fora de suas fronteiras.

É central em Moravcsik a ideia da influência dos atores sociais, deixando claro que os Estados não são unitários e (necessariamente) estáveis a nível interno, ou seja, não existe

¹⁶ De acordo com Putnam (1993), as atividades dos Estados são desenvolvidas e influenciadas simultaneamente pelas arenas interna e internacional, o que se convencionou chamar de 'jogo de dois níveis'. Assim, as estratégias adotadas pelos entes estatais devem considerar as questões internas e externas quando da tomada de decisões. Dessa maneira, se conformam dois processos distintos de negociação, que são interligados, entretanto. Segundo Putnam, os acordos e compromissos internacionais devem passar pelo crivo da aprovação interna, se quiserem se tornar efetivos, o que demanda negociação e apoio internos, para a conformação de uma base de sustentação à implementação das decisões tomadas. Conforme essa lógica, as relações exteriores de qualquer país são consideravelmente mais dinâmicas e complexas que as relações internas, dado o fato de que demandam um diálogo constante em duas frentes (nacional e internacional) e a acomodação permanente dos interesses de outras nações envolvidas em um processo de negociação.

um sentimento nacional único e homogeneizante, havendo a coexistência de vários grupos com interesses diversos e percepções distintas sobre a integração, como partidos políticos, empresários, movimentos da sociedade organizada, sindicatos, dentre outros. Dado que essa situação pode gerar disputas constantes por poder e conflitos de interesses dos mais diversos, torna-se necessário que ocorram negociações e mediações entre as partes envolvidas frequentemente (MORAVCSIK, 1998).

O autor enfoca três pontos, sendo eles, a criação de preferências internas nos países como resposta à interdependência crescente, as negociações interestatais e as causas que levam os atores a delegar poder decisório a instituições supranacionais ou promover o processo de soberania partilhada. Moravcsik (1998) afirma que, quanto à criação das preferências internas, em contraposição à interdependência, há sobreposição dos interesses econômicos sobre os estratégicos, visto que essa ideia se encontra difundida entre grupos de pressão internos, com apoio dos governos; quanto às negociações interestatais, ocorre um processo de interdependência assimétrica, medido de acordo com a prioridade que cada governo possui no processo de integração e nos temas negociados, bem como sua capacidade de buscar favorecimento nos resultados (em acordo com seu poder político), o que se sobrepõe ao controle das instituições supranacionais; e quanto às motivações dos Estados em promover integração, é possível cessão de poder.

Moravcsik advoga que isso permite que os compromissos assumidos com a integração se tornem mais confiáveis, em detrimento às opções de administração tecnocrática neofuncionalista e conformação de uma federação de Estados. Dessa forma, os governos, racionais e defensores de interesses e demandas sociais (como as econômicas), definem as ações tomadas, negociam as diferenças com outros países de acordo com suas demandas e condições de poder e se comprometem em gerar meios para garantir o cumprimento dos acordos firmados no âmbito da integração regional, por meio de regras e da conformação de instituições supranacionais ou do processo de soberania partilhada, reduzindo, dessa forma, os riscos de transação. Ademais, a preocupação principal por parte dos governos é a de se manterem no poder (MORAVCSIK, 1998).

A partir da lógica de jogo de dois níveis, a cooperação é um princípio importante para a relação entre Estados, sendo um meio eficaz na busca de objetivos por parte dos Estados e garantindo a satisfação das demandas internas. Parte-se ainda da questão de que os ganhos entre as partes são relativos, mas que se torna necessário que uma das partes não ganhe em demasiado e outra ganhe muito menos, desestabilizando a relação de poder entre os

países envolvidos em um processo cooperativo, aumentando os custos de transação e possivelmente levando a uma situação conflituosa (PUTNAM, 1993).

Para o intergovernamentalismo liberal, cooperar e receber menos do que o esperado é preferencial a não cooperação, visto que os atores envolvidos tendem a perder ganhos comunitários (em escala maior ou menor), bem como essa situação pode levar à formação de uma relação conflituosa (MARIANO & MARIANO, 2002).

De acordo com Mariano e Mariano (2002), com base na teoria intergovernamentalista, os governos são constantemente coagidos a buscar medidas e soluções para os desafios e impactos negativos advindos da conformação de um processo de integração regional. Simultaneamente, as ações dos envolvidos devem levar em conta as relações com os demais países participantes, de forma coordenada, com vistas a evitar desentendimentos que possam emperrar o processo e até mesmo fazê-lo regredir. O aprofundamento da integração gera novos temas que envolvem coordenação política entre as partes, consequências do maior envolvimento entre os países.

Quando surgem auto estímulos para a manutenção da interdependência dentro dos processos de integração regional, como resultado do aumento da participação das sociedades nacionais no processo (sobretudo dos grupos econômicos), ocorre uma realimentação automática, criando vínculos mais consistentes entre os Estados associados, o que aumenta a interdependência e a demanda por cooperação, alguns dos aspectos determinantes do sucesso e da continuidade a integração. Segundo o intergovernamentalismo liberal, grupos organizados de um país podem influenciar grupos de outros países, o que se convém chamar de ‘socialização’ (MORAVICSIK, 1998).

Para Andrés Malamud (2004), a teoria neointergovernamentalista explica de forma satisfatória a origem dos processos de integração, mas não tem a mesma taxa de sucesso quando abarca a expansão subsequente deste. De acordo com o autor, é simplista a importância delegada à busca pela extinção de entraves comerciais, a partir da ação racional dos Estados, como explicação para a ampliação e superação dos motivos iniciais do processo, que geram o aprofundamento da integração.

Conforme Correia (2004, p. 3),

Se para os neofuncionalistas, as instituições supranacionais necessariamente atuam como um elemento fundamental para garantir que isto ocorra, no caso da concepção intergovernamentalista acredita-se que num bloco regional a existência de uma estrutura intergovernamental não suprime totalmente a possibilidade de que haja uma participação efetiva de atores sociais. Neste tipo de estrutura, a coordenação política negociada poderia servir como uma forma de controle entre os participantes.

Apresentados os pressupostos das duas teorias, faz-se necessário lembrar que, por mais avançadas que sejam, as duas são insuficientes para uma explicação abrangente dos processos de integração regional. De acordo com Malamud (2004), diferentemente do intergovernamentalismo, o neofuncionalismo é pouco convincente quando da explicação do ponto de partida de um processo de integração, mas é mais eficaz para justificar as causas da posterior expansão do processo. Assim, podemos afirmar que cada teoria tem sucessos e pontos que precisam de readequação. Se tomadas em conjunto as duas abordagens, que definitivamente não são auto excludentes, há muito mais a contribuir com o entendimento dos processos de integração regional. Estas teorias, por mais que sejam referenciadas no modelo europeu de integração, podem contribuir para a análise dos processos de integração em outras partes do mundo, de uma maneira geral, desde que adaptadas aos contextos regionais, o que se tem tentado ao longo de suas reformulações, como é o caso do neofuncionalismo.

Se analisarmos a aplicação prática das teorias, no contexto atual, o MERCOSUL desempenha políticas majoritariamente intergovernamentais, aproximando-se dos preceitos da teoria intergovernamentalista liberal e a UE adota preceitos próximos aos da teoria neofuncionalista. Dado que os modelos dos dois blocos são diferentes, sendo o MERCOSUL de caráter tipicamente intergovernamental e a UE de caráter supranacional, podemos constatar ainda que os dois mecanismos de integração não seguem somente as prescrições de uma ou outra teoria. Podem ocorrer políticas de caráter neofuncionalista no âmbito da integração no MERCOSUL e, da mesma maneira, as políticas intergovernamentais tem peso na condução do processo de integração europeu, expresso, sobretudo, pela ação dos organismos políticos do bloco (Conselho de Ministros e Conselho Europeu). Em momentos de instabilidade internacional, pode-se dizer inclusive que as tendências intergovernamentais acabam se sobressaindo sobre as premissas neofuncionalistas.

Ao mesmo tempo que as teorias são importantes fontes para se explicar a integração regional e as crises, revisar a história dos processos de integração muito tem a contribuir para o debate em torno da avaliação dos efeitos e das estratégias adotadas pelo MERCOSUL e pela UE em relação à crise de 2008. Será apresentada agora, então, a formação histórica dos dois blocos, em uma tentativa de contextualizar as ações atuais desenvolvidas nestes mecanismos integracionistas em relação à crise econômica internacional. Tanto o MERCOSUL e a UE são processos e, como processos, tem historicamente evoluído, partindo de um ponto inicial histórico até o que são hoje no presente. São, portanto, construídos por etapas e, assim, esta análise se faz importante.

CAPÍTULO II - EVOLUÇÃO DO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO NO MERCOSUL E NA UE E ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Os processos de integração regional são fruto de uma interação continuada entre os Estados Nacionais que deles fazem parte. Tais etapas foram historicamente construídas e cada processo de integração percorre várias fases, conforme se amplia a carga de cooperação entre estas nações, em acordo com o contexto internacional vigente. As ampliações de cada bloco também vem acontecendo em períodos de tempo diversos, conforme surgem as demandas. O segundo capítulo será iniciado com uma síntese histórica sobre a formação dos dois processos de integração abordados, enfatizando suas etapas históricas mais relevantes.

Para chegarem ao nível em que estão hoje, a UE, um dos mais antigos processos de integração regional existentes, bem como o MERCOSUL precisaram superar rivalidades entre alguns de seus países-membros e evoluir institucionalmente. Em um primeiro momento, iremos avaliar a formação histórica da UE e seguiremos com a formação histórica do MERCOSUL.

Como forma de superar as desavenças e problemas do passado, evitando que uma nova era sangrenta e de destruição causada por conflitos entre Estados europeus vizinhos (que culminaram na Primeira e na Segunda Guerra Mundial) tornasse a se repetir, a união de Nações da Europa em termos políticos e econômicos, através dos esforços dos representantes dos Estados e da vontade popular, resultou na formação da UE, hoje com 27 membros, reforçando a importância do continente europeu na política e economia global.

O processo de integração vem se desenvolvendo desde então, e hoje se encontra bem avançado. Para melhor compreensão do fenômeno integracionista europeu, é necessária uma análise dos fatos que propiciaram o avanço da integração europeia.

2.1. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA UE

O processo de integração europeu, de forma institucionalizada, só foi possível após a adesão de alguns poucos países aos mecanismos econômicos de cooperação e integração menores, como a BENELUX (Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo), que posteriormente foi incorporada em sua totalidade à Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), gerando

ganhos econômicos bem maiores do que os Estados-parte conseguiriam isoladamente, atraindo um considerável número de países para o processo.

Segundo o sítio da UE (2014a), ela “foi criada após a Segunda Guerra, com o objetivo de garantir a paz, a estabilidade e a prosperidade na Europa”. Além da busca pela paz, os interesses estratégico-militares¹⁷, econômicos, políticos, dentre outros, bem como o período histórico vivenciado quando da formação da CECA (Guerra Fria), propiciaram e fomentaram a aproximação dos Estados para negociar os termos da integração, encabeçados, sobretudo pela ação francesa e alemã¹⁸. Este nível de interligação que hoje foi atingido pela UE demandou vontade política por parte dos governantes das respectivas Nações, bem como um longo período de tempo. Embora o processo de integração não seja linear ou definitivo, pois apresenta momentos de alta e baixa na coordenação política, a integração passou, então, de uma utopia à realidade.

Os Estados que originalmente compunham a CECA¹⁹ foram França, Itália, Alemanha Ocidental²⁰, Bélgica, Holanda e Luxemburgo. Através da instituição da CECA, o antagonismo entre França e Alemanha vinha se abrandando, mesmo não desaparecendo totalmente os temores entre ambos os países.

Assim, no âmbito da Guerra Fria e do pós Segunda Guerra Mundial:

¹⁷ [...] Pressionados pelo avanço da Bipolaridade, que fazia a Europa recuar em todos os campos enquanto voz decisiva no cenário mundial, e pelas pressões políticas, sociais e econômicas no plano interno, as elites dirigentes entenderam, desde logo, a imperiosidade de superar os acanhados quadros do Estado-Nação europeu, com suas intensas rivalidades, que já haviam levado a três grandes conflitos mundiais. É em torno de tais eixos centrais de debate que os chamados pais fundadores - os políticos que na França, Itália e República Federal Alemã lançaram-se na construção europeia - romperam com séculos de defesa da prioridade nacional e saíram em busca de uma nova arquitetura europeia.

Coube sem dúvida nenhuma a França o papel central em tal escolha estratégica. Para uma nação com a herança cultural e histórica de fundadora do Ocidente, a ideia de uma possível nova ocupação - agora soviética - e, ao mesmo tempo, de perda de autonomia, transformando-se em um peão num arranjo de poder denominado de Pacto Atlântico, parecia intolerável. A imperiosidade da construção da Europa, contudo, adquiria - em face às superpotências - um conteúdo novo, para além de Napoleão ou de Kant, em suas situações polares. A nova Europa não poderia, de forma alguma, ser a expressão de um expansionismo nacional, de uma vontade nacional única. Cabia, desde logo, pensar a Europa enquanto expressão de uma vontade coletiva, europeia, ocidental e ancorada nos valores oriundos da tradição continental dos séculos XVIII e XIX, em especial do Iluminismo e da democracia representativa (SILVA, 2010, p.4).

¹⁸ Muito provável, os interesses franceses e alemães sobre o futuro da Europa e sobre seus respectivos mercados nacionais foram preponderantes para a consolidação da UE (Nota do Autor).

¹⁹ Foi instituída em 18 de abril de 1951, através do Tratado de Paris (UNIÃO EUROPEIA, 2014).

²⁰ Após a derrota na Segunda Guerra Mundial, a Alemanha se encontrava dividida em República Federativa da Alemanha ou Alemanha Ocidental, de orientação capitalista e República Democrática Alemã, também conhecida como Alemanha Oriental, atrelada ao bloco socialista) (Nota do Autor).

A CECA, que entrou em funcionamento em 1952, demarcava uma nova base no relacionamento entre os Estados. A Alta Autoridade, sediada em Luxemburgo, materializava o enfraquecimento do princípio da soberania. Para a França, essa moldura funcionava como meio de enquadrar a RFA e bloquear o ressurgimento da ameaça alemã. Para a Alemanha Ocidental, era a oportunidade de recuperar parcialmente o estatuto de igualdade com os demais Estados europeus (MAGNOLI, 1994, p. 34).

Ao passo que a CECA apresentou bons resultados, mantendo as boas relações na Europa, o processo acabou por se frutificar, surgindo então a proposta da Comunidade Econômica Europeia (CEE)²¹ e de negociações que envolviam a questão nuclear civil, que seriam os germes do que viria a ser a Comunidade Europeia de Energia Atômica (EURATOM), constituindo o tripé comunitário sobre a qual se edificaria a UE. Surge então a Comunidade Europeia (CE), constituída pela CECA, CEE e EURATOM, firmada em 1957 pelo Tratado de Roma. Assim, estabeleceu-se a Política Agrícola Comum (PAC)²² e se firmou a União Aduaneira, quebrando as barreiras alfandegárias pouco a pouco, sendo determinado o prazo de 12 anos para que essas desaparecessem a partir do momento em que se firmou o acordo.

Até então a Grã-Bretanha só observava o movimento de integração, que inicialmente foi colocado em segundo plano pelos britânicos, o que começou a ser revisto, dadas as pressões exercidas pela parceria estratégica com os Estados Unidos e da redução significativa de sua zona de influência, decorrentes da segunda onda de independências. Paralelamente, a Grã Bretanha encabeçou o projeto da Área Europeia de Livre Comércio (AELC)²³, um típico acordo entre Estados sobre a diminuição de algumas tarifas alfandegárias e acordos comerciais bilaterais, sem aprofundações institucionais, uma visão mais próxima do atlântismo (visão decorrente da participação na Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN) do que do europeísmo (MAGNOLI, 1994).

Demétrio Magnóli (1994, p. 40) aponta que, somado a isso, havia por parte da França uma resistência à entrada da Inglaterra, na figura de Charles de Gaulle, então Presidente francês, que tinha uma visão limitada da integração, atribuindo a ela a reconstituição do equilíbrio hegemônico europeu, onde “os EUA mantinham-se isolados da Europa e, no lugar da União Soviética, existia a velha Rússia”. A visão de integração europeia

²¹ A CEE criou instruções e mecanismos de tomada de decisão que permitiam representar tanto os interesses nacionais como a visão comunitária. Passava a constituir, então, o eixo principal em torno do qual se organizaria a construção da UE (UNIÃO EUROPEIA, 2014).

²² Estipulava a livre circulação de produtos agrícolas dentro da CE, a adoção de medidas protecionistas para com os países além bloco, bem como a implantação de subsídios à produção agrícola da CEE (MAGNOLI, 1994).

²³ Era formada por Suécia, Noruega, Finlândia, Islândia e Dinamarca (os países nórdicos), além da Suíça, República da Irlanda, Portugal e Áustria e principalmente pelo Reino Unido (MAGNOLI, 1994).

era na verdade, fundamentada pela criação de uma nova ordem, onde a Europa buscava se adaptar à nova realidade do cenário internacional.

Com a renúncia de De Gaulle, em 1969, abriu-se então a passagem para a adesão britânica e o alargamento do bloco. Em janeiro de 1972, firmou-se o tratado de adesão da Grã-Bretanha à CEE, que se concretizaria no ano seguinte. Junto com ela, vieram a Dinamarca e a Irlanda (que foi o primeiro país do grupo não desenvolvido a integrar a UE), passando a nove membros na Comunidade Europeia. Essas novas adesões vieram acompanhadas da criação de novas políticas ambientais e sociais e em 1975, criou-se o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER)²⁴.

Durante os anos 1970, as Crises do Petróleo afetaram seriamente o processo de integração europeu e de uma maneira geral, todos os países do globo, sobretudo os países em via de desenvolvimento. Após a ação europeia, a crise acabou por se abrandar com a injeção de parte das reservas em dólar de alguns países europeus na economia, na forma de empréstimos a juros baixos, que ficaram conhecidos como petrodólares, o que aumentou a liquidez internacional (ARRUDA & BOFF, 2000).

Em 1979, entra em funcionamento o Sistema Monetário Europeu, que limitava o índice de flutuação das moedas nacionais em circulação na CE, com a finalidade de evitar desvalorizações acentuadas que poderiam prejudicar as relações de comércio exterior e os fluxos de capitais intrabloco, criando ainda o ECU, uma unidade de valor para o cálculo monetário, embrião de uma moeda única. Ainda em 1979, na então Comunidade Europeia, são realizadas as primeiras eleições para o Parlamento Europeu por sufrágio universal direto, realizadas no mês de junho (MAGNOLI, 1994).

Mais tarde, aderiram também Grécia (1981), Portugal e Espanha (1986), após o fim dos governos ditatoriais que os governavam²⁵, completando os requisitos para a entrada na

²⁴ É o primeiro fundo estrutural e financia o reforço da coesão econômica, social e territorial, reduzindo as disparidades regionais e apoiando o desenvolvimento estrutural e o ajustamento das economias regionais, inclusive a reconversão das regiões industriais em declínio (UNIÃO EUROPEIA, 2014).

²⁵ As condições de adesão à novos países da UE, nos aspectos jurídicos, são que os candidatos que pleitearem a vaga tem que ser por obrigação Estados europeus e seus sistemas de governo tem que se fundamentar essencialmente nos princípios democráticos. Segundo os critérios de Copenhague (1993), o Conselho Europeu estabeleceu que os novos candidatos sejam dotados de instituições estáveis que sejam capazes de garantirem o livre exercício da democracia, a manutenção do Estado de direito e dos Direitos Humanos e a proteção das minorias, uma economia de mercado competitiva e funcional e capacidade para assumir as obrigações decorrentes da integração à UE, bem como aplicar a legislação da UE e perseguir os objetivos desta. Uma vez concluída as negociações, para a entrada de um novo Estado-membro é necessária a aprovação unânime no Conselho de Ministros e o Parlamento Europeu, que deve emitir um parecer conforme por maioria absoluta. Posterior a isso, faz-se necessária a ratificação do tratado de adesão pelos Estados-membros conforme os seus respectivos meios constitucionais. Durante a fase das negociações, os candidatos recebem auxílios econômicos do bloco com a finalidade de facilitar a adequação econômica e estrutural para o cumprimento das obrigações como membro do bloco (UNIÃO EUROPEIA, 2014).

Comunidade Europeia. A Comunidade Europeia passa a contar, então, com doze membros. No mesmo período, a Turquia, que era um dos membros da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), também lançou candidatura a membro da CE, que se encontra pendente de aprovação até os dias atuais, causando um considerável desconforto na diplomacia do país à época. Os países da CEE alegaram que a Turquia era uma Nação exterior à Europa e que não respeita os princípios de democracia e proteção dos Direitos Humanos. O ano de 1986 foi também o ano em que os Estados componentes da Comunidade Europeia assinaram o Ato Único Europeu que instituiu o princípio das quatro liberdades na CE, sendo elas a livre circulação de mercadorias, de capitais, de pessoas e serviços, que se concretizaria em 1993. Assim, a CE, agora uma zona de mercado comum, passava a ser vista como um megabloco econômico, rival em potencial dos EUA e do Japão (MAGNOLI, 1994).

Posteriormente, ocorreu a queda do muro de Berlim, em 1989 e a reunificação alemã, em 1990²⁶. Houve também o colapso da União Soviética, que se desmembrou em 15 novos Estados independentes. No ano seguinte, no Conselho de Maastricht foi adotado o Tratado da União Europeia, que previa o estabelecimento de diretrizes que culminariam na Política Externa de Segurança Comum (PESC), a cooperação mais rigorosa nas áreas jurídica e de assuntos internos e se estabelece a criação de uma moeda única, o EURO. O Tratado de Maastricht foi oficialmente assinado em 1992 e entrou em vigor em 1993, substituindo juridicamente o Tratado de Roma (UNIÃO EUROPEIA, 2014).

Ainda em 1991, começam a ser formulados pela UE junto aos países remanescentes da Área Econômica de Livre Comércio, os países que se mantiveram neutros no período de Guerra Fria, sendo eles Suécia, Finlândia, Suíça e Áustria, a criação de uma zona de livre câmbio, que culminou no ano seguinte na assinatura do acordo do Espaço Econômico Europeu (EEE), contando ainda com a participação da Noruega, Islândia e Liechtenstein. Porém, por recomendação de um plebiscito popular realizado internamente, a Suíça resolveu se retirar do acordo. O EEE previa a remoção progressiva das barreiras alfandegárias e das regulamentações burocráticas que limitavam a livre circulação de mercadorias entre a UE e os demais membros do acordo, funcionando como um processo intermediário para a inclusão definitiva dos membros da AELC na UE. Em 1995, ocorre a adesão definitiva da Suécia, da Áustria e da Finlândia, consagrando o acordo do Espaço Econômico Europeu e culminando na ‘Europa dos 15’ (MAGNOLI, 1994).

²⁶ A Reunificação Alemã, devido à massiva transferência de recursos econômicos da zona que anteriormente correspondia à Alemanha Ocidental para a antiga Alemanha Oriental, extrapolou os acordos sobre austeridade fiscal e as próprias diretrizes da CEE e da Comunidade Europeia como um todo, o que causou sério desconforto dentro do bloco, ameaçando a estabilidade do processo de integração à época.

Em 1997, foi assinado o Tratado de Amsterdã, alterando o Tratado da União Europeia e o Tratado da Comunidade Europeia, sobretudo na parte burocrática. São abertas, em 1998, as negociações com 10 países da Europa central e oriental para a candidatura à membros da UE, sendo eles Polônia, República Tcheca, Hungria, Eslovênia e Estônia, em um primeiro grupo, Eslováquia, Romênia, Bulgária, Letônia, Lituânia, no segundo, além de dois Estados mediterrâneos, Chipre e Malta (d'ARCY, 2002).

No ano de 1999, foi implantado o Euro, a moeda única europeia, para facilitar no intercâmbio econômico entre os países da União, adotado inicialmente por 12 dos 15 países membros até então (adotado pela Grécia em 2001), exceto pelo Reino Unido, Suécia e Dinamarca. O Euro entrou em circulação oficialmente em 2002 e ainda prevê o equilíbrio fiscal e um controle econômico mais arrojado por parte dos países que aderiram à moeda única. Foi assinado também no ano de 2000 o tratado de Nice, instaurando reformas no sistema decisório e nas instituições, fundamentais para o bom funcionamento do bloco no pós-alargamento e foi proclamada a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia (UNIÃO EUROPEIA, 2014).

Prosseguindo os fatos, em maio de 2004, aconteceram a adesão de mais 10 Nações à UE, sendo eles Polônia, Hungria, República Tcheca, Chipre, Lituânia, Malta, Eslováquia, Letônia, Eslovênia e Estônia, subindo para 25 o número de membros da UE. Ainda em 2004, são negociados os termos de uma possível Constituição Europeia. Ela chegou a ser elaborada, mas foi recusada em referendo popular pela França e pelos Países Baixos em 2005. Completando o quadro de Estados Membros, em 1º de Janeiro de 2007, aderem à UE a Bulgária e a Romênia, totalizando as atuais 27 Nações participantes. Em 2007, foi também assinado o Tratado de Lisboa²⁷, que prioriza aumentar a democracia, a eficácia e a transparência da UE e, deste modo, torná-la capaz de enfrentar os desafios globais contemporâneos. Nesse ano, a Eslovênia também passou a integrar a zona do euro. No ano seguinte, Chipre e Malta também adotam o euro e também a Eslováquia, em 2009. Em 2011, no auge da turbulência internacional, a Estônia adotou o euro como moeda. No início de 2014 a Letônia se tornou o 18º membro da zona do euro e a Lituânia já fechou acordo para adotar a moeda única no começo de 2015 (UNIÃO EUROPEIA, 2014).

²⁷ O sistema intergovernamental na tomada de decisões anterior à assinatura do Tratado de Lisboa mostrou que tem pontos falhos graves, que emperram o bom andamento das negociações, o que foi confirmado pela inicial rejeição irlandesa em plebiscito deste Tratado. O dilema do 'asno de Buridan' também foi levantado, segundo Ricardo Poletto (2008), como referência ao processo de integração europeu, que parece indeciso se caminha para a frente ou regride, após as várias conquistas adquiridas ao longo dos anos. Conforme o autor, o momento vivenciado atualmente pela União é uma prova de fogo, onde será necessária a tomada de decisões acertada, de forma a que o processo de integração europeu não estagne e entre em decadência, aprofundando a coordenação política e promovendo maior participação popular.

A UE é naturalmente uma forma distinta das outras categorias jurídicas clássicas conhecidas. Sendo assim, não é uma confederação de Estados ou um Estado Federal. Esse sistema tem evoluído desde a criação da CECA e é fundamentado basicamente nos Tratados que foram firmados dentro do processo de integração e conta com uma arquitetura que possui elementos de supranacionalidade. Em nível hierárquico, a tomada de decisões na UE envolve as quatro principais instituições que foram criadas pelos tratados consagrados desde a CECA. São eles o Conselho da UE, o Conselho Europeu, o Parlamento Europeu e a Comissão Europeia. Também são órgãos fundamentais o Tribunal de Justiça Europeu e o Tribunal de Contas. Além destes, a UE conta com órgãos consultivos como o Comitê Econômico e Social Europeu e o Comitê das Regiões e órgãos econômicos como o Banco Central Europeu, o e o Banco Europeu de Investimento, além de agências especializadas. Pelo sistema de institucionalização da União, é perceptível que ocorrem tanto políticas de cunho intergovernamentalista, como também políticas neofuncionalistas (UNIÃO EUROPEIA, 2014).

Além dos ganhos econômicos (aumento das transações comerciais, abertura de novos mercados, maior poder de negociação dos Estados europeus com outras Nações, ‘solidariedade’ em momentos de instabilidade, outros), houveram também conquistas políticas, sociais, culturais e muitas outras, advindas do processo de soberania partilhada, tais como a livre circulação da população dos países signatários da UE pelos outros membros do bloco, podendo trabalhar, em condições igualitárias, em outro Estado membro, sem distinção de nacionalidade, no âmbito do Acordo Schengen²⁸, a implantação de políticas de bem-estar social de amplo escopo, a defesa de questões relacionadas aos direitos humanos, a ligação infraestrutural e várias outras conquistas. Esses acontecimentos deixam claro que a integração vivenciada na Europa vai bem além dos ganhos puramente econômicos e que esses ganhos são compartilhados (em parte) com a população, com uma política sociocultural ampla.

Através do processo integracionista, aconteceu ainda a consecução de ganhos consideráveis para os diversos Estados membros da UE, principalmente aqueles que conseguiram se avançar seu processo de desenvolvimento via integração regional, como Irlanda, Portugal, Espanha e Grécia, através do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional. A UE é vista, portanto, como um ator internacional de peso que conseguiu amplo processo de integração entre seus membros, superando a integração puramente econômica e se propagando nos setores político, social, monetário, entre outros. Além disto, nota-se a

²⁸ Prevê a livre circulação e livre residência de pessoas dentre os países europeus signatários e de estrangeiros em situação legal (UNIÃO EUROPEIA, 2014).

importância da UE no cenário internacional, como um ator político de grande porte, com dois membros permanentes no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) e formada por países considerados desenvolvidos, que detém boa parte do PIB mundial.

Atualmente, a crise econômica internacional tem afetado seriamente o processo de integração na Europa, o que demonstra uma necessidade crescente de uma releitura do processo de integração, no intuito de se superar a instabilidade internacional e promover o crescimento sustentável de seus membros e da economia mundial. Em razão da crise do *subprime* de 2008, alguns países europeus altamente endividados e em desequilíbrio fiscal, principalmente os PIIGS (Portugal, Irlanda, Itália, Grécia e Espanha) ²⁹, têm passado por sérios problemas recessivos. Dessa forma, a crise internacional atingiu fortemente a UE, sobretudo a *eurozone* e os países-membros do Leste Europeu, comprometendo o crescimento da economia mundial, bem como criando a necessidade de uma concertação internacional para solucionar a recessão que se estabeleceu.

Por mais que ainda o processo de integração que culminou na UE esteja longe da perfeição, sobretudo pela força do intergovernamentalismo nas tomadas das principais decisões do bloco ³⁰, os avanços europeus na área de integração influenciaram todo o mundo e, a partir de então, vários outros blocos se conformaram nas várias regiões do globo, tendo como ponto comum o privilégio dos assuntos econômicos. Assim como a UE, o MERCOSUL tem um processo de formação que evoluiu das interações econômicas (e de outras vertentes) entre um grupo específico de países sul-americanos e tem aumentado gradualmente a interdependência entre seus membros, abrindo possibilidades de expansão da integração regional.

A interação no âmbito do MERCOSUL denota, sobretudo, a evolução das relações entre Argentina e Brasil, tendo como impulsor o avanço do processo de industrialização brasileiro. Desde a independência dos dois países, conformou-se um intenso processo de rivalidade e em alguns momentos históricos esta relação tendia a conflitos armados, o que não se concretizou, mudando a natureza das interações bipolares, posteriormente. Somado a isto, na América Latina surgiu a visão de que o Brasil procurava estabelecer um processo de sub-

²⁹ Países considerados desenvolvidos, mas que em comparação aos países mais poderosos da Europa, são potências menores. Ultimamente tem sido designado um grupo distinto desses países, sendo eles Portugal, Irlanda, Itália, Grécia e Espanha, que foram apelidados de PIIGS, fazendo analogia ao inglês *pig*, termo pejorativo que significa porco, o suíno que chafurda na lama. É um termo criado pela imprensa econômica de língua inglesa para se referir ao grupo de países europeus que apresentam alguns problemas estruturais semelhantes, como dívida externa elevada e altas taxas de endividamento público, acima dos padrões da UE e da zona do euro e o desenvolvimento 'recente' com os fundos europeus. Alguns economistas recentemente tem incluído o Reino Unido (Great Britain) neste grupo de países, reformulando o termo para PIIGGS (Nota do autor).

³⁰ As instituições da UE detém elevado poder supranacional, mas as decisões principais são tomadas pelos Chefes de Estado e Governo, subordinadas aos interesses nacionais, portanto (Nota do autor).

imperialismo hegemônico na América do Sul, se constituindo como um país-chave nas mãos dos Estados Unidos, desconfiança que foi dissipada ao longo da evolução da história da América Latina, dando espaço à aproximação entre as nações sul-americanas e a conformação do processo de integração como fomento à inserção internacional dos países da América do Sul e busca pelo desenvolvimento, sobretudo após a queda dos regimes ditatoriais nas várias Nações americanas e o desmantelamento da Guerra Fria.

2.2. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA: MERCOSUL

Antes de se adentrar ao processo de formação do MERCOSUL, é importante salientar que as políticas externas da Argentina e do Brasil permaneceram por muitas décadas voltadas para os Estados Unidos e países europeus, em detrimento da América Latina. No século XX, sobretudo, esta realidade começou a se alterar consideravelmente dada a instabilidade internacional e o adensamento do processo de industrialização dos dois países.

Importantes aproximações sucessivas entre eles, como as decorrentes do Pacto do ABC³¹ e suas reformulações, do varguismo no Brasil e do peronismo na Argentina (que propiciaram o avanço do processo de industrialização em ambos no âmbito do nacional desenvolvimentismo), a Operação Pan Americana (OPA) do Governo Juscelino Kubitschek, das interações no cerne da Política Externa Independente (PEI) dos Governos Jânio Quadros e João Goulart, mediações de conflitos entre países da América Latina, acordos no âmbito dos governos militares, esforços conjuntos para promoção do livre comércio na América Latina como a antiga Área Latino Americana de Livre Comércio (ALALC, atual Área Latino Americana de Desenvolvimento e Integração (ALADI), conformação do Acordo Tripartite³² (entre Argentina, Brasil e Paraguai), assinatura de diversos acordos de cooperação em áreas múltiplas, entre outras aproximações marcaram a evolução histórica das relações internacionais do Brasil e da Argentina com a América Latina, havendo ainda momentos de choques de interesse e divergências entre estes países durante este período. Não é interesse

³¹ Tratado de Cordial Inteligência Política e Arbitragem de 1915. Envolve o Brasil, a Argentina e o Chile (CERVO & BUENO, 2002).

³² O Brasil negociou e assinou o Tratado de Itaipu com o Paraguai, em 1973, antes de resolver seus problemas com a Argentina, referentes ao aproveitamento hidroelétrico do Rio Paraná e de recursos hídricos em toda a Bacia do Prata, o que ampliou a sensação de ameaça que o Brasil emanava. Nesta situação, o Brasil, impôs a Argentina o ajuste de seus interesses para corroborarem com os desígnios brasileiros. A visão era de que se o Brasil fora capaz de impor custos à Argentina e esta não dispunha de poder e meios de retaliação, não se fazia necessária a negociação com a mesma. Isto gerou intenso desconforto diplomático entre os dois países, mas que foram resolvidos através de diplomacia, culminando na assinatura do Acordo Tripartite em 1979 (CERVO & BUENO, 2002).

desta pesquisa fazer uma revisão histórica aprofundada das relações internacionais da América Latina, sobretudo das relações bilaterais Brasil-Argentina, mas consideramos importante mencionar que estas vêm de longa data e contam com importantes momentos de aproximação dos dois países que outrora nutriam uma relação conflitiva, sendo que tanto o Paraguai como o Uruguai tem participação importante nesta interação, fornecendo, assim, uma sucinta contextualização de como estas se desenrolaram e de como os fatos se encaixaram para, mais tarde, propiciar a formação do MERCOSUL.

A política externa brasileira vai cada vez mais se voltando à América Latina e para os países em desenvolvimento, sobretudo por se tratar da ascensão das diretrizes de política externa brasileira que privilegiam a universalização das relações exteriores e ampliação das relações sul-sul, decorrente da dificuldade de inserção internacional pela qual o Brasil e a Argentina estavam passando, derivada das crises econômicas e financeiras que recaíram sobre o Terceiro Mundo na metade dos anos 1980, conhecidas como as crises da Dívida Externa, voltando suas atenções para a América Latina, onde o Brasil consagrou a Argentina como principal parceiro comercial na região. Uma vez deteriorada a imagem negativa que encobria o Brasil aos olhos da América Latina, houve o crescimento político brasileiro na região, visíveis nos efeitos do crescimento brasileiro para o contexto sul-americano, no aumento da participação do Brasil nos mecanismos regionais multilaterais, os investimentos e projetos de cooperação desenvolvidos com os vizinhos latinos, dentre vários outros aspectos e, no plano econômico, o crescimento das trocas comerciais crescentes, que proporcionaram ao Brasil um balanço favorável neste período. Pode-se afirmar, portanto, que os interesses brasileiros em se aprofundar a integração regional com os países do Cone Sul, sobretudo com a Argentina, foram preponderantes para alavancar as negociações que culminaram na formação do processo de integração institucionalizado (BRUM, 2005).

A partir dos anos 1980, torna-se evidente o enfraquecimento dos instrumentos de liberalização do comércio regional na América Latina, dada a vontade política limitada quanto à integração. Surge então uma corrente de pensamento que sugere um projeto de integração mais realista e adequado à nova realidade mundial. Devido à existência do perigo de uma marginalização ainda maior da América do Sul e as constantes mudanças do sistema internacional, a pauta de integração regional passou a circular em torno da valorização da interdependência ativa entre os países da região, propiciando um contexto de crescente abertura internacional e de liberalização econômica interna, o que veio acompanhado do enfraquecimento dos regimes ditatoriais e da retomada de governos democráticos em uma onda de democratização da América Latina (CERVO & BUENO, 2002).

Diante das mudanças na estrutura e no funcionamento do sistema econômico mundial e em face de uma evidente perda de espaço comercial, da redução do fluxo de investimentos e de dificuldades de acesso a tecnologias de ponta, Brasil e Argentina viram-se diante da necessidade de redefinirem sua inserção internacional e regional³³. A integração passa a ter papel importante na criação de um maior espaço comercial, na obtenção de maior eficiência com vista à competição no mercado internacional e na própria transformação dos sistemas produtivos nacionais. No Brasil, a liberalização comercial também foi feita gradualmente, ao passo que se mudavam as ideias sobre os perigos da interdependência e crescia a necessidade de se integrar aos acontecimentos internacionais da modernidade (ABDENUR, 2007).

No início da década de 1980 ocorreram dois eventos que marcaram a ampliação do processo de cooperação, a construção da confiança mútua e a articulação política entre os dois países latinos: (1) a concretização do Acordo Nuclear com a Argentina (1980), restrito à utilização deste como fonte energética, com fins pacíficos, marcando a construção da confiança mútua entre as duas Nações, de característica estratégico-militar e (2) o apoio brasileiro à Argentina na Guerra das Malvinas (1982) contra o Reino Unido (CERVO & BUENO, 2002).

A partir de 1985, os Presidentes da Argentina e do Brasil decidem tomar a decisão política de iniciar um processo real de integração econômica, que não mais estaria subordinado ao ritmo dos esforços multilaterais regionais, mas seria condicionado pela própria vontade e determinação dos dois países em fazer avançar no terreno prático a relativa complementaridade já existente entre as duas economias. Neste ano, os Presidentes José Sarney³⁴ e Raúl Alfonsín assinaram a Ata de Iguazu, que no ano seguinte passou a ser denominada como Programa de Integração e Cooperação Econômica Brasil-Argentina (PICE), com protocolos complexos e institucionalizados, considerado o embrião do MERCOSUL. Este programa se fundamentava nos princípios de gradualidade, flexibilização, equilíbrio e assimetria, adotando uma estratégia de integração crescente e gradual, sobretudo pelos setores industriais, onde a complementaridade econômica dinâmica se tornava o núcleo

³³ Nesse contexto, circunstâncias de natureza política, econômica, comercial e tecnológica, decorrentes das grandes transformações da ordem econômica internacional, exerceram papel relevante no aprofundamento ainda maior da integração brasileiro - argentina, dentre elas, a expansão da globalização econômica, o advento de um novo padrão industrial e tecnológico, a formação de megabloco econômicos, como a UE e a tendência à regionalização do comércio, os impasses do multilateralismo econômico prevaletentes em certas fases do processo de negociação da Rodada Uruguai do GATT (*General Agreement of Tariffs and Trade* ou Acordo Geral de Tarifas e Comércio, que futuramente se tornaria a Organização Mundial do Comércio), o protecionismo e o esgotamento do modelo de desenvolvimento baseado na substituição de importações, entre outros fatores (CERVO & BUENO, 2002).

³⁴ Após a morte de Tancredo Neves, o então Vice-Presidente José Sarney tomou posse em seu lugar, caracterizando o primeiro governo civil após um longo período ditatorial no Brasil (Nota do autor).

deste processo de integração. Os resultados foram satisfatórios para ambos os lados, sobretudo no que diz respeito às trocas bilaterais, pois estas vinham de um declínio na primeira metade dos anos 80, aumentando progressivamente após os atos integracionistas, crescendo em torno de 12% ao ano. Na sequência do processo, em 1988 é conferida nova dinâmica ao processo de integração bilateral, através da assinatura do Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, que previa a criação de um espaço econômico comum no prazo de uma década, que contaria com a eliminação de todos os obstáculos alfandegários e não alfandegários (que aconteceria gradualmente) e o aprofundamento da liberalização comercial bilateral (BRUM, 2005).

Após a restauração da democracia nos diversos países latino-americanos, nos anos 1990, a onda neoliberal toma conta da região. As políticas promovidas abrangiam diversos setores, mas influenciava principalmente os planos político e econômico, em detrimento da camada social. Em 1990, os presidentes Fernando Collor de Melo e Carlos Menem decidem acelerar ainda mais o processo de integração que vinha se desenrolando, antecipando o estabelecimento do mercado comum bilateral para 31 de dezembro de 1994 com a assinatura da Ata de Buenos Aires. É firmado também o Tratado para o estabelecimento de um Estatuto das Empresas binacionais Brasileiras e Argentinas, constituindo um importante instrumento na liberdade de estabelecimento de empresas privadas num território econômico em processos de integração. Em agosto de 1990, Paraguai e Uruguai são convidados a incorporar-se ao processo integracionista. O Uruguai e o Paraguai, preocupado em serem isolados economicamente pelas vantagens que o processo de integração proporcionava, engataram as negociações para aderir ao processo corrente. Esses passos desenhavam os primeiros contornos do que viria a ser o MERCOSUL. No mesmo ano, após intensas negociações, em ato contínuo, os representantes de Brasil e Argentina, junto à ALADI, puderam firmar um Acordo de Complementação Econômica, que passou a reger as relações econômico-comerciais bilaterais entre 1991 e 1994. O Brasil conseguiu atingir a cifra de 2,2 bilhões de dólares no comércio com a Argentina em 1990, o que demonstrou a lucratividade que o acordo Brasil-Argentina representou, estando a Argentina em posição ainda mais privilegiada, duplicando suas vendas para o Brasil e o tornando seu principal destino de exportação (superando os Estados Unidos), passando a acumular saldos comerciais favoráveis desde então (ABDENUR, 2007).

Ocorre então uma considerável mudança, no espaço de poucos meses, na geografia econômica do Cone Sul, que viria a culminar na nova entidade comunitária, o que causaria impacto em todos os sentidos da vida econômica regional, influenciando ainda a economia

mundial. Surge, através da modificação dos mecanismos de integração regional e da mudança de percepção sobre a interdependência ativa, o MERCOSUL, projeto de construção de um Mercado Comum cuja execução se encontra na fase de união aduaneira³⁵ entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, criado por meio do Tratado de Assunção de 1991, o tratado constitutivo do bloco, notadamente o processo de integração latino americano mais dinâmico, mesmo com alguns déficits estruturais. A criação do MERCOSUL não representa uma ação diplomática isolada, mas sim o resultado do longo processo de aproximação entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Nota-se, contudo, que o modelo intergovernamental se sobressaiu na organização do bloco.

O MERCOSUL possui ampla institucionalização e uma série de funções específicas delegadas pelos Estados-membros. Como organismo de integração regional, o MERCOSUL conta com uma ampla ordenação jurídica e aparatos de governança. As fontes jurídicas do MERCOSUL são o Tratado de Assunção, seus protocolos e instrumentos adicionais ou complementares, os acordos celebrados no âmbito do Tratado de Assunção e seus protocolos e as decisões do Conselho do Mercado Comum, as Resoluções do Grupo Mercado Comum e as Diretrizes da Comissão de Comércio do MERCOSUL, adotadas desde a entrada em vigor do mesmo tratado. Portanto, em sua estrutura normativa os Tratados e Protocolos apresentam papel fundamental na constituição e funcionamento da união aduaneira³⁶. São fundamentais ao funcionamento do MERCOSUL o Protocolo de Ouro Preto (1994), que desenhou institucionalmente o MERCOSUL e a competência dos órgãos gestores, e o Protocolo de Olivos (2002, reformulado em 2007), que aprimorou o sistema de resolução de controvérsias e modificou alguns aspectos institucionais, dando estatuto jurídico ao bloco e o Protocolo de Ushuaia (1998), que versa sobre o Compromisso Democrático e a instituição da zona de paz no MERCOSUL, na República da Bolívia e na República do Chile e instituiu o Observatório da Democracia (LAMBERT, 2004; CERVO & BUENO, 2002).

³⁵ A zona aduaneira é a segunda etapa de um processo de integração e constitui a manutenção dos benefícios da zona de livre comércio, abolindo a necessidade do certificado de origem, através da instituição de uma tarifa externa comum intrabloco (TEC). O processo de integração é cumulativo e na terceira etapa, o mercado comum, passa-se a acontecer a livre circulação de mercadorias, serviços, pessoas, finanças e a instauração da liberdade de concorrência e a formulação de uma política econômica comum. (LAMBERT, 2004)

³⁶ Com efeito, o MERCOSUL não se esgota na vertente econômica e comercial. O esquema institucional do MERCOSUL compreende reuniões de Ministros de Justiça, Educação, Trabalho, Saúde e Cultura, reuniões Especializadas de Ciência e Tecnologia e Turismo e subgrupos de Trabalho em Meio Ambiente, Energia, Transporte e Infraestrutura, Assuntos Trabalhistas, de Emprego e Seguridade Social. Praticamente todas as esferas de atividade de Governo. Ademais, cabe destacar o importante trabalho realizado pela Comissão Parlamentar Conjunta (órgão representativo dos legislativos) e do Foro Consultivo Econômico e Social (de caráter não governamental, reunindo representantes empresariais e sindicais), cada vez mais ativos na propositura de políticas aos Executivos. Tudo isso faz com que o MERCOSUL atualmente disponha de um amplo arcabouço legal, além de projetos conjuntos em praticamente todas as dimensões da vida pública. Hoje, há cerca de 250 órgãos, grupos ou âmbitos de negociação e consulta no MERCOSUL (SOARES FILHO, 2009).

Segundo Jairo Diniz Pinto (2009: p. 26),

A formação do MERCOSUL teve um duplo significado: para a burocracia econômica, a expectativa é de que funcionasse como um mecanismo para consolidar a abertura econômica que então se iniciava; para a diplomacia, como mecanismo defensivo e adicionador de poder de barganha internacional.

O MERCOSUL é hoje um *global trader* e, como tal, tem todo o interesse em manter um relacionamento externo amplo e variado. Seus países membros têm se preocupado constantemente em manter uma inserção comercial global pautada na cláusula de *Nação mais favorecida*³⁷ da Organização Mundial do Comércio e procurado diversificar ao máximo os mercados consumidores aos quais a produção do bloco se destina, a fim de garantir um escopo maior de atuação no cenário internacional. Suas importações e exportações distribuem-se, de forma equilibrada, entre as diversas economias do mundo. Neste sentido, é natural que o MERCOSUL pratique e respeite, dentro do possível, os princípios do regionalismo aberto, na medida em que foi, originalmente, concebido precisamente para aumentar e melhorar a participação de suas economias no mercado mundial (LEAL, 2004).

Do ponto de vista comercial, o MERCOSUL representa um mercado de crescente interesse estratégico para o Brasil. De 1991, ano da assinatura do Tratado de Assunção, até o ano de 2004, as exportações brasileiras para o MERCOSUL cresceram aproximadamente 292% enquanto as importações brasileiras advindas dos países do bloco aumentaram cerca de 325%. No decorrer desses anos, o Brasil transformou-se no principal sócio comercial da Argentina (26% de suas exportações), enquanto a Argentina tornou-se o segundo parceiro comercial (individual) do Brasil, com quase 13% das nossas exportações. A participação empresarial também é expressiva no volume de investimentos recíprocos, pois existem, atualmente, mais de 400 *joint ventures*³⁸ apenas entre companhias brasileiras e argentinas, sem considerar as associações com empresas do Paraguai e do Uruguai. Mais de 300 empresas brasileiras estão instaladas na Argentina. Ressalta-se, ademais, que a extraordinária expansão do intercâmbio sub-regional esteve sempre caracterizada por um aspecto qualitativo de suma importância para o Brasil, sendo ele a predominância de produtos de maior valor agregado em nossa pauta de exportações (acima de 90% do total das vendas brasileiras para o MERCOSUL). Em sua vertente interna, o momento atual do MERCOSUL é o da

³⁷ Tratamento igualitário no comércio com todas as Nações do globo. Um benefício comercial concedido a um determinado país sob um produto qualquer deve também ser concedido aos demais países com que se negocia o mesmo produto, sem tratamento discriminatório ou privilegiado (LAMBERT, 2004).

³⁸ Parcerias estratégicas entre duas ou mais empresas, onde os lucros e os custos são divididos igualmente, sendo uma das práticas mais utilizadas pelas empresas a fim de conseguir *know-how*, tecnologias e acesso a outros mercados (SANDRONI, 2001).

consolidação da União Aduaneira e do aprofundamento do processo de integração. O cronograma estabelecido em 1994 para a consolidação da União Aduaneira está, no essencial, sendo cumprido, através da eliminação progressiva do Regime de Adequação (tarifas intra-MERCOSUL), além da convergência para a Tarifa Externa Comum dos itens que ainda figuram nas listas de exceções dos países (LEAL, 2004; HISSA, 2007; SOARES FILHO, 2009).

Sobre o crescimento da economia do MERCOSUL, Marco Aurélio Weissheimer (2011) pesquisador do IPEA, apresenta os seguintes dados;

A economia do MERCOSUL cresceu 8% em 2010, superando todas as outras uniões aduaneiras ou associações de livre comércio do mundo. Após vinte anos de MERCOSUL, houve também um aumento significativo do intercâmbio comercial, que passou de US\$ 4,5 bilhões em 1991 para US\$ 45 bilhões em 2010.

[...] As exportações extrazona (para terceiros Estados) do bloco sul-americano aumentaram 200% entre 2002 e 2008, bem acima da média de crescimento do comércio mundial, que foi de 147%. No mesmo período, acrescenta o parlamentar brasileiro, as exportações dentro do bloco aumentaram 300% e os investimentos diretos subiram de aproximadamente US\$ 15 bilhões, em 2003, para US\$ 57 bilhões, em 2008.

Considera-se que por mais que o bloco tenha evoluído e atingido cifras impressionantes nas relações comerciais, houve alguns retrocessos dentro do processo de integração do MERCOSUL, principalmente após as crises de 1999³⁹, onde o comércio dentro do bloco sofreu redução com os abalos da recessão e o MERCOSUL acabou perdendo parte de sua efetividade. Entretanto, os governos tem procurado relançar o acordo constantemente, dando novo vigor ao processo de integração. Não obstante os referidos obstáculos e problemas, a consolidação do processo integrador trouxe claros benefícios de ordem econômica e política para os países do bloco. No campo econômico, por exemplo, verificou-se aumento significativo no comércio intrabloco, gerando oportunidades de ganhos de escala e estimulando maior fluxo de investimentos para a região. O MERCOSUL serviu também para estreitar os laços políticos e diplomáticos entre seus países, fator de especial relevância para o Brasil, que historicamente se manteve mais distante de seus vizinhos hispânicos (AVERBUG, 1999).

³⁹ Trata-se dos efeitos da Crise Argentina de 1999, devido ao encolhimento da economia do país em decorrência da queda do Produto Interno Bruto (PIB), de um acentuado grau de corrupção no governo do país, problemas ligados ao atrelamento do peso argentino com o dólar estadunidense, reflexos da crise russa de 1998 e o receio dos investidores financeiros internacionais quanto aos países subdesenvolvidos, bem como uma alta taxa de desemprego e desequilíbrio fiscal. Houve, no mesmo período, a crise brasileira, também conhecida como Crise do Real, quando ocorreu grande pressão sobre a moeda nacional e consequente desvalorização, medida corrigida com a adoção do câmbio flutuante, o que acabou por tornar o país mais competitivo, pressionando o mercado argentino, estancando o processo de desenvolvimento do MERCOSUL por anos (GALVÃO, 2007).

Após a crise argentina de 1999, o Brasil passou a ser visto, sobretudo pela gestão Duhalde, como sócio fiel. As empresas brasileiras deram mostra de visão estratégica e investiram na Argentina que se encontrava em crise, enquanto as empresas e investimentos de outros países se retiravam, contribuindo significativamente para a recuperação do país. As boas relações continuaram com a gestão Lula da Silva, que procurou reestruturar e reerguer o MERCOSUL em conjunto com a Argentina. O presidente Lula, em visita de Estado à Argentina em 2003, assinou com o presidente Nestor Kirchner o Consenso de Buenos Aires. Em 2004, ambos voltam a se encontrar no Rio de Janeiro e assinam a Ata de Copacabana. Esses documentos sublinham a necessidade de fomentar um desenvolvimento econômico com equidade e reiteram a aliança estratégica. Em 2004, os problemas comerciais, as medidas protecionistas anunciadas pelo presidente Kirchner às vésperas da Cúpula do MERCOSUL e suas críticas feitas à atuação da Petrobrás na Argentina afetaram o relacionamento bilateral, mas nada muito significativo. Apesar dessas questões setoriais, Brasil e Argentina mantiveram e mantêm alto nível de entendimento e coordenação, no âmbito do MERCOSUL, nas negociações de acordos com outros blocos como a UE, bem como do regime global de comércio na OMC (CANDEAS, 2005).

Somente após quinze anos de criação, o MERCOSUL aceitou o quinto membro, a Venezuela. O protocolo de adesão teve a participação e a assinatura dos respectivos líderes governamentais daquele momento, os presidentes Hugo Chávez, da Venezuela, Luiz Inácio Lula da Silva, do Brasil, Nestor Kirchner, da Argentina, Nicanor Duarte, do Paraguai e Tabaré Vázquez, do Uruguai. A partir da assinatura desse protocolo, a Venezuela ficou incumbida de cumprir as obrigações estipuladas em tratados anteriores, como o Tratado de Assunção e os protocolos de Ouro Preto, Olivos e Brasília. Entretanto, mesmo com a ratificação no Brasil, na Argentina e no Uruguai, o Senado paraguaio não havia ratificado a entrada do país no bloco, alegando que a Venezuela descumpra algumas cláusulas democráticas do bloco, estipuladas no Protocolo de Ushuaia (DINIZ, 2009).

No ano de 2012, com o afastamento do Paraguai como membro pleno em decorrência da rápida e obscura deposição de Fernando Lugo por impeachment impetrado pelo Senado do Paraguai (contudo, sem que o país sofresse sanções econômicas), a Venezuela pode finalmente se tornar membro pleno do MERCOSUL. O interesse em se ter a Venezuela no bloco decorre, sobretudo, pelo fato deste país caracterizar um mercado de 26 milhões de habitantes, possuir um PIB de aproximadamente 150 bilhões de dólares e fontes abundantes de gás natural e petróleo, recursos energéticos que são interessantes para os países do bloco sul-americano, bem como o país já possui uma série de acordos com a instituição, firmados,

sobretudo, quando o país foi membro pleno da Comunidade Andina de Nações, bloco que mantém estreitas relações com o MERCOSUL.

A entrada no bloco foi considerada por muitos analistas como relativamente rápida e tem feito o MERCOSUL promover adaptações em sua institucionalidade para recepcionar o novo membro e se adequar ao cenário de crise internacional. O país se encontra em fase de incorporação dos acordos e tratados, sobretudo da Tarifa Externa Comum e já tem atuado como membro pleno. Entretanto, a entrada formal da Venezuela no bloco durante o afastamento do Paraguai ocasionou desconforto diplomático, chegando a Chancelaria guarani a ameaçar se retirar do bloco. Após eleições diretas para a Presidência do Paraguai em 2013, com a posse de Horácio Cartes, o país teve seus direitos como membro pleno restituído e, após uma série de negociações, em 18 de dezembro de 2013 aprovou a entrada da Venezuela como membro pleno, procurando fortalecer as relações entre os membros do bloco e combater a crise internacional (REUTERS, 2013b).

Dessa forma, inicialmente o MERCOSUL se formou com os quatro países fundadores, com o objetivo de aumentar o fluxo comercial regional e promover o desenvolvimento conjunto entre os países do bloco, incluindo atualmente a Venezuela no processo integrador. O país que é importante produtor de petróleo e gás natural, já adentrou o bloco como sendo uma das três economias mais influentes. É fato que o processo integrador sul-americano teve bons e maus momentos, conseguindo sobreviver ao processo e encaminhando gradualmente para o aumento da interação regional. Tem angariado uma série de parceiros, sendo eles outros países ou outros blocos, que assistem ao avanço do processo de integração e muitos firmaram acordos comerciais, demonstrando que se é possível conseguir ganhos maiores com a confluência e coordenação conjunta.

As vantagens da integração para as economias do bloco decorrem não somente da possibilidade de alcançar maior eficiência no comércio e assim aumentar sua capacidade de competir no mercado mundial a partir de uma base regional maior, como de questões específicas que se referem à agricultura, aos níveis de nutrição, ao aprendizado industrial e consequente aumento de produtividade e, finalmente, à possibilidade de reduzir disparidades regionais. De outro lado, os mercados reais, específicos, de bens e serviços têm tal natureza que os países correm muito menor risco de ‘desindustrialização’ devido à abertura intra-regional, principalmente Brasil e Argentina, maiores parques industriais do bloco, inclusive pela menor diferença de eficiência entre seus respectivos setores, do que em decorrência da abertura em relação aos países altamente desenvolvidos. Portanto, o risco de especialização desfavorável para a Argentina, se existir, decorreria de abertura para terceiros e não da

integração regional. Tanto para o Brasil como para a Argentina, o principal, mais favorável e promissor destino para suas exportações de manufaturas têm sido seus mercados recíprocos e os demais mercados do MERCOSUL e da América do Sul, onde gozam de preferências e, portanto, podem melhor competir com importações procedentes de outras regiões. Assim, a integração regional, desde que planejada, contribui para o alcance de níveis superiores e mais amplos de industrialização o que permite a sociedades populosas como Brasil e Argentina aumentar a produtividade social agregando maior valor à produção, ampliar o emprego, aumentar a coesão social e atingir níveis mais elevados de cidadania e de desenvolvimento cultural (SOARES FILHO, 2009).

Em suma, pode-se dizer que o MERCOSUL é um processo que se move em equilíbrio dinâmico, provocando uma tensão permanente entre mecanismos e políticas comuns e, por outro lado, nacionais, decorrentes de sua natureza intergovernamental. Vive-se uma fase de transição entre dois tipos de integração econômica: a rasa (fronteiriça) e a profunda (de convergência das políticas nacionais). No momento, a Zona de Livre Comércio se está completando e a União Aduaneira está a caminho de deixar de ser imperfeita. Finalmente, encontra-se em andamento um processo de aproximações sucessivas para uma futura maior coordenação macroeconômica no âmbito do MERCOSUL. Hoje, o que há é uma convergência natural e espontânea de políticas macroeconômicas, em suas grandes linhas (estabilização com crescimento, num ambiente de abertura e desregulamentação), e amparada numa crescente interação entre os ministérios econômicos das partes envolvidas. O bloco está longe de possuir uma verdadeira coordenação de políticas específicas, mas já está se frutificando uma consciência generalizada dos impactos recíprocos das grandes decisões macroeconômicas internas. E, como avanço, já se discutem até políticas da fase terceira, a de um verdadeiro mercado comum na instituição (HISSA, 2007).

Deve-se também levar em conta que o MERCOSUL surgiu em outro contexto e, apesar de períodos de forte retraimento e insucesso de algumas ações, acabou por evoluir institucionalmente, mesmo que timidamente, e tem se aprimorado cada vez mais, com vistas a solidificar o processo de integração sul-americano, buscando atingir os objetivos fundamentais pelo qual o bloco foi criado. É sabido que os blocos de integração regional aumentam também o poder de negociação dos países envolvidos quando da negociação com outros países, blocos ou organismos internacionais, o que torna a integração institucionalizada um fator fundamental para os países envolvidos e permite-lhes ganhos maiores do que conseguiriam isolados, mesmo de forma limitada, acarretando uma série de vantagens decorrentes da integração regional (HUSEK, 2006).

A interação que têm ocorrido dentro do MERCOSUL entre os países parte e associados, bem como o fluxo comercial, entre outros fatores, fez com que muitos organismos internacionais, países e pesquisadores da integração regional voltassem os olhos pra América Latina. Assim, a histórica relação de rivalidade entre Brasil e Argentina acabou por dar lugar ao processo de integração regional. É consenso que o MERCOSUL aprofundou o processo de abertura comercial entre os países do bloco, o que tem sido promovido de forma gradual e se encontra em vias de evolução. O grande desafio do bloco daqui em diante é manter-se coeso diante das negociações de acordos de livre comércio com países como os Estados Unidos e a própria UE, uma vez que a diluição do MERCOSUL dentro de uma zona de livre comércio mais ampla e com a participação de países maiores e mais competitivos representaria uma grande derrota para o Brasil e para os demais membros, que perderiam força política e poder de negociação (ALMEIDA, 1998).

O MERCOSUL possui, hoje, um setor industrial dos mais importantes dentre os países em desenvolvimento, maior, inclusive, do que o de muitos países considerados desenvolvidos. O desempenho econômico da sub-região tem demonstrado que o MERCOSUL é hoje uma das economias mais dinâmicas do mundo. Soma-se aos números econômicos outro fator importante, que é a estabilidade político-econômica, visto que a hiperinflação descontrolada é apenas uma desagradável lembrança do passado, assim como os regimes ditatoriais.

Agora com um novo membro no MERCOSUL, em um contexto de recessão internacional, o bloco e a UE têm buscado superar seus problemas internos e também cessar a retração do comércio internacional, incluindo a Venezuela nos processos de negociação. Algumas de suas políticas consistem, inclusive, na atuação conjunta dos dois blocos para firmar acordos de liberalização econômica, dentre outros. Desde a fundação do MERCOSUL, a UE tem interagido e fechado uma série de acordos com o bloco americano ou mesmo parcerias bilaterais entre seus membros. É importante em um trabalho que avalia os efeitos e as estratégias adotadas sobre a crise de 2008 nos dois blocos fazer um rápido apanhado desta relação, enfatizando pontos relevantes da relação entre estes mecanismos de integração.

2.3. RELAÇÕES MERCOSUL - UE

Após a criação do MERCOSUL, firmou-se nos anos seguintes um acordo comercial intra-bloco (1995), no âmbito do Acordo-Quadro Inter-Regional de Cooperação, instrumento de transição para uma futura Associação Inter-Regional entre os dois agrupamentos regionais,

cujos pilares básicos seriam a implementação de um programa de liberalização progressiva dos fluxos comerciais recíprocos. O Acordo-Quadro, de natureza ampla e aberta, contemplava objetivos de aproximação e cooperação nas mais variadas áreas (comércio, meio ambiente, transportes, ciência e tecnologia, combate ao narcotráfico, entre outros). Nenhum tema foi excluído do Acordo em princípio, o que se alteraria, de forma relativa, com o passar do tempo (KUME et al., 2004).

Segundo Marcio Bobik Braga, com a finalidade de se facilitar o cumprimento dos objetivos previstos, foi criada uma estrutura institucional básica, composta por um Conselho de Cooperação (órgão político que supervisiona a execução do Acordo-Quadro), pela Comissão Mista de Cooperação (órgão executivo do Acordo) e pela Subcomissão Comercial (órgão técnico encarregado das negociações para a futura liberalização comercial). Foram realizados, no âmbito do Acordo-Quadro, vários encontros entre os dois agrupamentos, tanto no plano econômico (Comissão Mista, Subcomissão Comercial e Grupos de Trabalho) quanto no político (mecanismo de diálogo político). Os Chefes de Estado e de Governo do MERCOSUL e Chile e da UE, reunidos no Brasil em 1999, lançaram negociações sobre liberalização comercial entre o MERCOSUL e a UE e também entre o Chile e a UE. Destacou-se, no encontro, a aproximação de posições entre as duas regiões, que permitiu o êxito da reunião. O Comunicado emitido ao final do encontro estabeleceu alguns princípios para as negociações. Estas deveriam ser abrangentes, ou seja, cobririam os setores agrícola, industrial e de serviços (BRAGA, 2002).

Embora a UE seja um grande mercado consumidor dos produtos do MERCOSUL, é também uma das regiões do globo que mais impõem barreiras comerciais sobre produtos sul-americanos (barreiras não tarifárias, cotas, medidas antidumping e anti-subsídios e restrições ecológicas). Entre as barreiras não tarifárias, destacam-se cotas determinadas no âmbito do Acordo Agrícola da OMC, restrições de caráter sanitário e fitossanitário, cotas multilaterais para as importações de têxteis, direitos *antidumping* e compensatórios, acordos de preços, restrição voluntária e medidas de salvaguarda. No ano de 2002, a UE representou cerca de 53% das exportações do MERCOSUL, enquanto 45% das importações do bloco sul-americano de fora da América Latina vêm do continente europeu. Apesar dos obstáculos, a UE vem sendo um dos principais parceiros comerciais do Brasil e do MERCOSUL, que importa principalmente produtos manufaturados do bloco (saldo negativo de US\$ 10,6 bilhões em 1998, não obstante haver exportado US\$ 5,7 bilhões em manufaturados para a região) e para onde exporta principalmente produtos primários (saldo positivo de US\$ 6,5 bilhões) (BRAGA, 2002).

Esse cenário, conforme Braga (2002), comprova a importância de se estreitarem os laços comerciais com a UE, com o fim de eliminar o grande número de entraves impostos pelos europeus. Com base nessa realidade, encontros e fóruns vêm sendo promovidos entre autoridades europeias e sul-americanas, dos setores público e privado, com o intuito de discutir questões relacionadas ao comércio bilateral, de modo a simplificar procedimentos aduaneiros e eliminar barreiras técnicas. Além do lado comercial, procura-se também estimular os investimentos europeus no MERCOSUL, principalmente através das privatizações.

Os países do MERCOSUL e da UE têm negociado, desde meados da década de 1990, um primeiro acordo de livre comércio entre os dois blocos. Em julho de 2001, a UE apresentou uma proposta que contemplava o comércio de bens, serviços e outros, com um calendário para a eliminação de tarifas, o de serviços e compras governamentais. Não estavam incluídas, então, quotas-tarifárias para determinados produtos agrícolas, as quais, segundo os europeus, poderiam ser utilizadas para aprofundar a liberalização. Com a intenção de aumentar o fluxo de comércio cada vez mais, os dois blocos tem promovido uma série de encontros de representantes e também tem feito algumas concessões que mostraram um avanço na relação intrabloco. Segundo Honório Kume et al.

Algumas outras concessões foram ofertadas posteriormente, até que se chegou à proposta da UE de 2004, incluindo a cobertura mínima de 90% de bens, divididos em cinco grupos com cronogramas de liberalização linear de zero, 4, 7 e 10 anos, alinhamento imediato com iniciativas zero por zero para um grupo de produtos – de informática, farmacêuticos, entre outros – e para o setor químico, além de reciprocidade estrita em têxteis, vestuário e calçados. Quanto aos produtos agrícolas processados, foram oferecidas quotas-tarifárias para carne bovina, de frango e suína, etanol e milho, entre outros. Muitos permanecem excluídos; para alguns, existe a menção de concessão de uma quota-tarifária, mas sem uma definição de seu volume. Em contrapartida, o MERCOSUL melhorou sua oferta em bens, elevando de 87,8% para 90% a cobertura de produtos incluídos no cronograma de liberalização, basicamente através da incorporação de têxteis e siderúrgicos. Também houve maiores concessões na área de serviços (KUME et al., 2004, p. 2).

Porém, a UE tem se mostrado pouco maleável em relação a questões extremamente importantes, tais como a do subsídio à agricultura, que prejudica as exportações de produtos primários do MERCOSUL. As dificuldades impostas pelos europeus representam um obstáculo às negociações de uma área de livre comércio entre as duas regiões. Outro fator desfavorável é a entrada de muitos países do Leste Europeu na UE, como Polônia e Hungria, que produtivamente concorrem direto com as vendas do MERCOSUL. Entretanto, segundo Braga (2002) há indícios de que as negociações MERCOSUL-UE tendem a progredir e culminar com a assinatura de um acordo, o que, além das vantagens comerciais

diretas, colocaria o MERCOSUL em melhor situação para negociar no cenário internacional e, assim, a parceria tende a se perpetuar.

Nas negociações com a UE, o MERCOSUL deve garantir a soberania e a convergência do grupo sul-americano, procurando consolidar a união aduaneira do grupo e intensificar os esforços para a criação de um mercado comum, nos moldes acertados no Tratado de Assunção, paralelamente à negociação de outros acordos comerciais. Segundo o diplomata Paulo Roberto de Almeida (1998), o fortalecimento do MERCOSUL constitui ponto crucial para o Brasil e para a Argentina, já que negociando em bloco os países possuem mais força para defender seus interesses diante de possíveis pressões exercidas por países mais influentes⁴⁰. Ademais, o incremento comercial gerado pelo bloco, a despeito dos possíveis desvios de comércio, vem exercendo importante papel no desenvolvimento da indústria brasileira e na reestruturação da indústria argentina, que vem se desenvolvendo com o apoio brasileiro, principalmente através de ganhos de escala nos setores de produtos industrializados. Portanto, para a negociação com a UE, o MERCOSUL deve procurar equilibrar-se e coordenar a ação conjunta de seus países membros.

Dado o clima de instabilidade internacional do momento, tanto os membros do MERCOSUL como da UE tem sido influenciados incisivamente pela crise internacional que se propagou em 2008, o que tem feito o sistema econômico internacional desacelerar a escalada de crescimento e tem reduzido a oferta de crédito nos mercados internacionais, já que os países tem sofrido redução do crescimento de seu PIB e das atividades industriais, freando também o avanço da liberalização da economia mundial, em decorrência do protecionismo de alguns Estados e da redução de gastos derivada das desconfianças de mercado.

Tornou-se evidente durante a recessão internacional a força do intergovernamentalismo na formulação das medidas conjuntas para combate à recessão internacional, sobretudo por as políticas nacionais serem priorizadas sobre as políticas comunitárias e as decisões majoritariamente ficarem a cargo dos chefes de governo, o que tem impedido a formação de consensos e a tomada de medidas amplas e incisivas. Contudo, o medo da instabilidade internacional e dos efeitos de contágio dos problemas internacionais, sobretudo a recessão em alguns países e setores específicos da economia, tem levado os líderes de governo a cooperarem entre si, agindo conjuntamente para formular soluções para a recessão, seja nos blocos econômicos ou outros mecanismos multilaterais, procurando

⁴⁰ Principalmente os Estados Unidos, que anteriormente havia formulado a proposta da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), em 1994 (Nota do autor).

abrandar os efeitos da crise e recuperar a economia mundial. O diálogo entre os pressupostos intergovernamentais e funcionalistas estão em constante choque, mas são complementares, em sua essência.

Apresentados os históricos de formação da UE e do MERCOSUL, podemos visualizar o desenvolvimento destes mecanismos de integração, alguns avanços e recuos nos dois processos, bem como as teorias de integração regional se tornam mais identificáveis na vivência prática das duas instituições. Os dados sobre a formação dos processos de integração e as teorias de integração e cooperação são fundamentais para a consolidação dos objetivos de pesquisa aqui desenvolvidos. A contextualização nos permite discutir de uma maneira mais referenciada o nosso objeto de estudo, bem como a teoria nos permite identificar alguns dos padrões seguidos pelos blocos de integração regional em momentos de instabilidade internacional e também testarmos nossas hipóteses. Com base na análise dos indicadores, pareceres, resoluções, notas técnicas, protocolos, boletins e outros escritos relevantes, a coleta de dados desenvolvida a seguir enfocará os efeitos tanto da crise nos blocos como das medidas tomadas em reação à solução da mesma, na UE e no MERCOSUL, assim como em alguns países selecionados, leia-se Brasil, Argentina, Alemanha e Grécia.

CAPÍTULO III - AS ESTRATÉGIAS ADOTADAS E OS EFEITOS DA CRISE DE 2008

Conforme exposto, crises econômicas internacionais tendem a promover o levante de medidas protecionistas, afastamento comercial, retrocessos em processos de integração e a recessão produtiva, com conseqüente diminuição do fluxo comercial. Com base nos dados coletados em publicações, sítios oficiais de instituições relevantes, notícias especializadas sobre o assunto, entre outros, o trabalho poderá analisar as estratégias e os efeitos da crise de 2008 em dois níveis, o regional, dos processos de integração propriamente, e o nacional, em dois países selecionados de cada bloco.

Os países serão a Argentina e o Brasil para o MERCOSUL e a Alemanha e a Grécia para a UE. Essa divisão responde ao fato de que os processos não necessariamente adotam políticas conjuntas ou unitárias de combate à crise econômica, havendo ainda diferenciação nos efeitos da crise em cada país, nos resultados das medidas adotadas para combatê-la e na percepção local sobre a integração. A coleta de dados, portanto, enfatiza as informações sobre as estratégias e os efeitos da crise de 2008 nos âmbitos regional e nacional até 2013. Levou-se em conta ainda que as percepções, até no interior de um mesmo Estado, não são unânimes e que os interesses em disputa em cada sociedade são diferentes.

Sabe-se que a crise ocasionou a retração da economia mundial, sobretudo depois de 2009, a ascensão de medidas protecionistas, a redução da atividade industrial e do comércio internacional, inflação nos cenários internos, a queda nos preços de *commodities* no âmbito internacional, sobretudo as de matriz energética, como o petróleo, a desvalorização de ativos financeiros, o empobrecimento de muitos países e um alto custo social.

A crise tem afetado em maior ou menor grau os blocos enfocados e seus respectivos membros. O pressuposto, então, é que os efeitos e as estratégias em relação à crise de 2008 são diferentes em cada processo e divergem mais no que se refere aos seus países membros, respondendo às estruturas produtivas locais e às diretrizes de políticas econômica e externa de cada Estado e bloco.

No MERCOSUL, uma série de medidas tem sido adotadas para conter os efeitos da crise internacional, encabeçadas, sobretudo, por Argentina e Brasil.

3.1. REFLEXOS DA CRISE INTERNACIONAL NO MERCOSUL

Os efeitos da crise variaram no bloco, mudando ao longo dos seis anos de recessão. Inicialmente, o Brasil, maior economia do MERCOSUL e fundamental na condução política da integração, absorveu com menor impacto os efeitos de desequilíbrio econômico internacional. Com isso, os reflexos foram inicialmente menores no bloco. Entretanto, algumas questões, como a adoção de medidas protecionistas pela Argentina, a própria natureza da crise nesse país, anterior ao processo de recessão internacional, a redução do potencial de crescimento e investimento da China, a queda nos preços das *commodities* no mercado internacional e o aumento da inflação, acabaram afetando seriamente o MERCOSUL, sobretudo a Argentina, o Brasil e a Venezuela. Em termos políticos, ainda houve a destituição de Fernando Lugo da Presidência do Paraguai, levando à suspensão do país do MERCOSUL e da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) e à incorporação da Venezuela ao bloco do Cone Sul, bloqueada até então pelo Senado paraguaio, acontecimentos que tiveram impacto para a coordenação política do MERCOSUL.

Algumas medidas têm sido tomadas no âmbito regional para tentar conter e reverter os efeitos da crise, tais quais o alargamento do bloco, a formalização de tratados de livre comércio com territórios diversos, como Israel, Palestina e Síria, entre outros, e a busca por ampliação do comércio regional por meio de negociações e medidas como a harmonização fiscal e o pagamento em moedas locais.

Apesar disso, o MERCOSUL não conseguiu afastar os efeitos negativos da recessão internacional, expostos na diminuição do crescimento econômico e da atividade industrial dos seus Estados membros, no aumento das taxas de inflação e na dificuldade de acesso à crédito, entre outros. A própria reação dos países, com medidas protecionistas, teve impacto. Com a incorporação de mais um mercado consumidor, a Venezuela, a eleição de um novo presidente no Paraguai e os interesses de Bolívia e Equador em aderir, o bloco tenta reagir e, ao menos desde o âmbito regional, transmitir mais confiança.

O sentido atrelador do relacionamento com a Argentina para a participação do Brasil no MERCOSUL não gerou uma convergência plena com este país durante a consolidação da parceria estratégica. Ao mesmo tempo em que as vinculações econômico-comerciais se expandiram, o diálogo político revelou dificuldades e diferenças nem sempre facilmente superáveis (CERVO, 2007).

No auge da crise, em 2008, as divergências de opiniões entre Argentina e Brasil reapareceram, visto que na reunião do MERCOSUL em Brasília, no mesmo ano, a Argentina

sugeriu o aumento do protecionismo no bloco, com a elevação da Tarifa Externa Comum (TEC), visando diminuir a entrada de produtos industrializados, principalmente produtos asiáticos. A chancelaria brasileira, partindo da ideia de que essa alternativa não é adequada ao momento e não ajuda na solução do problema da crise, barrou a proposta. O Brasil ainda propôs uma reunião ampla, envolvendo os Estados associados, para a troca de experiências e a tentativa de chegar a propostas para uma política comum, já que são países que têm amplas relações comerciais com o MERCOSUL. Isso era o oposto do que a Argentina esperava da reunião, já que o país manteve a proposta de aumentar o protecionismo no bloco por meio da elevação da TEC. No mesmo ano, a Argentina impôs unilateralmente restrições não-tarifárias a mais de 21 mil produtos importados, o que incluiu alguns produtos brasileiros, causando ruído nas relações entre os dois países. Ao mesmo tempo, as relações entre Argentina e Uruguai se estremeceram mais com a discordância do governo Tabaré Vázquez em relação à indicação do ex-presidente argentino Néstor Kirchner como secretário-geral da UNASUL, reavivando a guerra diplomática decorrente do caso das indústrias papeleiras na fronteira dos dois países (CARMO & PEIXOTO, 2008).

É fundamental frisar que a adoção de uma Tarifa Externa Comum, para todo o universo tarifário, em 1994, teve como objetivo precípuo incentivar a competitividade externa dos Estados do MERCOSUL, promover economias de escala eficientes e assegurar condições equitativas de concorrência dentro do território integrado. A TEC é o símbolo de uma União Aduaneira, pois sua vigência plena deve ser o objetivo mais imediato e de maior impacto econômico nesta fase de transição para a União Aduaneira completa. Em suma, consolidar significa executar acordos já feitos ou programados (HISSA, 2007).

Segundo Soares Filho (2009), objetivou-se entre 2001 e 2005 a criação de uma agenda futura na qual a integração, em termos gerais procuraria a convergência das últimas exceções à Tarifa Externa Comum (TEC) do bloco.

A crise também trouxe outras questões problemáticas ao MERCOSUL. Para seus três países mais influentes, Argentina, Brasil e Venezuela, os problemas internos, como o aumento da inflação, a desvalorização cambial e o baixo crescimento, têm preocupado os formuladores das políticas econômica e externa, havendo ainda a queda da demanda pelos produtos que os três exportam, sobretudo as commodities⁴¹.

⁴¹ A formação de uma união aduaneira entre países pressupõe uma tarifa externa comum (TEC). A União Europeia é um exemplo, estando superada esta fase de integração e sendo esta matéria hoje de competência exclusivamente supranacional, conforme o Tratado de Lisboa. Já o Mercosul, diante de diversas exceções à TEC, é considerado uma união aduaneira imperfeita. Desta forma, existem regulamentações internacionais que tratam da tributação, no entanto, a adoção destas passa por uma decisão política dos Estados de aceitá-las. A definição

Além dos problemas na Argentina e no Brasil, a Venezuela, novo membro do bloco, tem sofrido com a redução da demanda internacional por petróleo e gás e, por consequência, com a queda nos preços desses produtos. Ao mesmo tempo, o país ainda não conseguiu desenvolver outros setores produtivos e, ao contrário, aumentou sua dependência em relação à produção e à exportação de hidrocarbonetos.

Como efeito, a moeda venezuelana tem se desvalorizado constantemente, gerando a falta de produtos básicos, que se encarecem a cada dia. Ademais, o câmbio está fortemente controlado, criando um mercado paralelo que trabalha com valores bem acima dos oficiais e pressiona mais os preços dos produtos básicos.

Uma medida adotada pelo MERCOSUL em resposta à crise é a busca de novos mercados consumidores. Em abril de 2010, em uma palestra a empresários, o então presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, anunciou a assinatura de um Tratado de Livre Comércio entre o bloco e Israel, sendo o primeiro país fora da América do Sul a estabelecer tal tipo de acordo com o MERCOSUL. O primeiro passo para a efetiva troca comercial com Israel é a redução tarifária para uma lista de produtos que figurarão na pauta comercial de cada um dos países que compõem o bloco do Cone Sul. Cerca de 8 mil itens com tarifa reduzida ao longo dos próximos oito anos compõem a pauta comercial oferecida por Israel. O MERCOSUL, por sua vez, oferece 9.424 itens com tarifa gradualmente reduzida em um prazo de 10 anos. O Brasil tem interesse nos setores de agronegócio, defesa aeroespacial, mineração, indústria têxtil, tecnologia, aviação e medicamentos (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 2014a).

De forma similar, o MERCOSUL firmou em 2010 um Tratado de Livre Comércio com o Egito, o segundo com um parceiro extrarregional, criando oportunidades comerciais concretas e demonstrando a reformulação ambiciosa que o bloco tem passado a adotar. O acordo com o Egito vem ampliar entendimentos com parceiros no Oriente Médio e no mundo árabe, abrindo oportunidades de negócios e de ampliação das exportações do MERCOSUL. O tratado prevê a redução de uma lista de produtos a tarifa zero depois de sua plena vigência (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, 2014).

do que seria um patamar razoável para a tributação está longe de qualquer consenso, variando muito de acordo com a visão predominante em cada Estado. Em linhas gerais, uma postura mais a direita no espectro ideológico tende à redução fiscal, enquanto uma à esquerda ao aumento. Há outro elemento que torna esta regulamentação ainda mais improvável. Frequentemente, os países criam benefícios de ordem tributária para setores específicos, vistos como estratégicos. Nesta linha, há uma tributação convencional, excepcionada para determinadas atividades. Até mesmo no Brasil, muitas vezes referido ironicamente como ‘inferno fiscal’, pode-se identificar tal situação. O REPETRO criou um regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e lavra das jazidas de petróleo e de gás natural. O REPETRO é um exemplo de ‘regime fiscal privilegiado’ (BARBOSA, 2013, p. 17).

Outro país que firmou um tratado comercial com o MERCOSUL foi a Síria, durante a XL Reunião do Conselho Mercado Comum, em dezembro de 2010. O acordo-quadro visa liberalizar o comércio entre o bloco e o país árabe, estabelecendo uma área de livre comércio a partir da negociação de uma pauta de produtos. O comércio da Síria com o MERCOSUL é expressivo, sobretudo com o Brasil. Em 2009, o volume do comércio entre o bloco e o país árabe foi US\$ 717 milhões, sendo que 99,2% corresponderam a exportações do MERCOSUL. É um mercado, portanto, com potencial para o bloco (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 2014b).

Em 2011, foi a vez da firma de um Tratado de Livre Comércio entre o MERCOSUL e a Autoridade Nacional Palestina, como resultado do Acordo-Quadro de Comércio e Cooperação Econômica, de 2010. O tratado está em fase de implementação, em mais uma tentativa de expandir as relações comerciais do bloco com mercados externos ao continente americano (SECEX, 2014).

Estão também em negociação um tratado de livre-comércio entre o MERCOSUL e a Índia, um acordo abrangente com países do Golfo (Arábia Saudita, Bahrein, Catar, Emirados Árabes Unidos, Kuwait e Omã), a ampliação do comércio com Jordânia e Marrocos e um tratado com a Aliança do Pacífico, integrada por Chile, Colômbia, México e Peru (SANTOS, 2010; DIÁRIO DO GRANDE ABC, 2014)

O acordo mais importante que está sendo negociado pelo MERCOSUL na atualidade é a conformação de uma área de livre comércio com a UE. Sob a liderança de Argentina e Brasil, em consulta com demais membros, o MERCOSUL tem formulado uma oferta comum ao bloco europeu, com base competitiva e arrojada. O MERCOSUL apresentará as ofertas de redução de tarifas de importação que interessam a outro lado e, em contrapartida, receberá as propostas da UE. Por parte das lideranças europeias, há demonstração de interesse em firmar o acordo, sobretudo diante do momento de recessão que o bloco vivencia. Por outro lado, a negociação desse tratado tem se arrastado por décadas. Ademais, a UE e os Estados Unidos negociam um mega-acordo comercial que pode comprometer o processo com o MERCOSUL, caso este continuem se prolongando (VERÍSSIMO, 2014).

Em relação ao alargamento do bloco, a Bolívia assinou em dezembro de 2012 o Protocolo de Adesão Formal ao MERCOSUL. Desde então, o país tem negociado os termos da sua inserção e dos acordos que serão firmados, bem como tem buscado adequar-se aos requisitos do bloco. Ao contrário da Venezuela, a Bolívia pretende aderir ao MERCOSUL

sem renunciar à sua condição de membro pleno da Comunidade Andina de Nações (CAN)⁴², da qual faz parte desde a fundação há mais de quatro décadas. A Bolívia já tem uma série de acordos complementares com os países do MERCOSUL, alguns no âmbito da CAN, sendo ainda um Estado associado ao bloco do Cone Sul. Segundo o vice-ministro boliviano de Comércio Exterior, Pablo Guzmán, seu país avalia que o convite para integrar o MERCOSUL não é um chamado para que se retire da CAN, e sim para que participe dos dois blocos, visto que o MERCOSUL e a CAN têm boas relações comerciais. Guzmán afirma que a Bolívia já usufrui de benefícios e facilidades como Estado associado e que espera aprimorá-los ao se converter em membro pleno do bloco do Cone Sul (QUIROGA, 2012).

Segundo o vice-ministro, a incorporação da Bolívia ao MERCOSUL já era esperada em La Paz desde que o presidente Evo Morales anunciou que aceitaria um convite oficial para que a Bolívia se tornasse membro pleno do bloco, ultrapassando sua posição como Estado associado e estreitando ainda mais os laços com as nações do bloco. Guzmán liderou a equipe da chancelaria boliviana que negociou os acordos iniciais de ingresso da Bolívia no bloco, que foram revisados e assinados durante a cúpula do MERCOSUL em dezembro de 2012 no Brasil. Na ocasião, o presidente boliviano disse que, ao aceitar o convite, não romperia com a CAN e garantiria a continuidade dos privilégios comerciais no âmbito do bloco andino. O documento que encerrou a cúpula do MERCOSUL recomenda que os países do bloco se esforcem para superar os efeitos da crise econômica internacional, retomar a geração de emprego e renda e estimular a complementação produtiva das suas economias (QUIROGA, 2012).

O governo Morales tem recebido críticas à sua decisão de aderir ao MERCOSUL. Setores produtivos do país se mostraram apreensivos diante dos prejuízos de uma eventual ruptura com a CAN, já que o bloco andino absorve a maior parte das exportações agrícolas bolivianas⁴³ (QUIROGA, 2012). O presidente da Associação de Produtores de Oleaginosas,

⁴² Contudo, um desafio à adesão boliviana é que as normas do MERCOSUL não permitem, a priori, a participação simultânea em outra instituição de mesma natureza, o que tem levado a Bolívia a buscar alterações nas normas do bloco para poder permanecer na CAN, pois tem forte relação comercial com os países do bloco andino, do qual é membro-fundador. Trata-se de um caso em que os dois mecanismos de integração são parceiros, porém, com códigos aduaneiros próprios, já que o MERCOSUL utiliza a Nomenclatura Comum do MERCOSUL (NCM), e a CAN, a Nandina.

⁴³ O Instituto Boliviano de Comércio Exterior (IBCE) afirmou em nota que espera que a entrada do país como membro pleno no MERCOSUL não caracterize um impedimento às negociações unilaterais e bilaterais do país e que não prejudique as manobras comerciais bolivianas com outras regiões e blocos. Segundo Gary Rodriguez, a assinatura do protocolo de adesão é um passo que 'não acarretará novas possibilidades de comércio'. Também pediu que o ingresso no bloco não afete as vendas da Bolívia na CAN, da qual é membro pleno, e que também não se imponha uma alta de tarifas para favorecer à produção do MERCOSUL em detrimento das taxas da Ásia, dos Estados Unidos e da Europa, se referindo ao caráter protecionista que o MERCOSUL tem assumido em algumas áreas. O Instituto de Comércio Exterior boliviano apontou ainda a questão das barreiras para-tarifárias e

Demétrio Pérez, manifestou preocupação em relação à produção de soja e derivados com a entrada da Bolívia no MERCOSUL, já que, como o país é o único produtor entre os membros da CAN, o principal mercado para a soja boliviana são os parceiros do bloco andino. Assim, o setor tem pressionado para que esse produto seja considerado na negociação das preferências tarifárias. Pérez ressaltava ainda que a produção de soja nos países do MERCOSUL traz risco à boliviana, dado que seus membros se utilizam de tecnologias que ainda nem foram aprovadas na Bolívia, o que otimiza suas produções (AGÊNCIA EFE, 2012).

O Equador tem uma situação parecida, já que é membro da CAN e está em processo de negociação para aderir ao MERCOSUL. O país tem promovido consultas à sociedade e estudos de adequação. No que depender da popularidade do presidente equatoriano, Rafael Correa, a chance de seu país aderir ao bloco do Cone Sul é grande, pois ele foi reeleito em 2013 e se mantém com índices altos de aprovação (GIRALDI, 2012).

Ao convidar a Bolívia e o Equador, o MERCOSUL facilita uma eventual cisão com a CAN e coloca pressão sobre a Colômbia e o Peru, que são os outros dois membros do bloco andino, tem seu Tratado de Livre Comércio com os Estados Unidos e integram agora a Aliança do Pacífico, com Chile e México.

Outra importante medida anticrise foi adotada pelo MERCOSUL já em 2008, para fortalecer o comércio regional e facilitar a inserção de micro, pequenos e médios empresários no processo de integração. Trata-se da instituição de um sistema de pagamentos em moeda local, que permite transações comerciais na moeda local dos Estados membros, similar aos sistemas comerciais nacionais, o que tem chamado a atenção de outros países. O sistema já vigora entre Argentina e Brasil e está em fase de adoção com os outros países do bloco. Com a medida, os exportadores e importadores não precisarão fazer contratos de câmbio e deixarão de estar suscetíveis às oscilações do dólar. Participam do sistema os bancos centrais nacionais e também bancos privados de cada país (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2014).

De forma geral, portanto, o MERCOSUL tem sofrido perdas comerciais com a crise econômica, reflexo comum do desequilíbrio internacional nas economias emergentes. Nas relações entre Argentina e Brasil, que são o motor do processo, houve ruídos, por conta do aumento do protecionismo de lado a lado. Ao mesmo tempo, os dois países convergiram na

não tarifárias que limitam de forma concisa o acesso de produtos manufaturados aos mercados do Brasil e da Argentina, o que tem prejudicado a produção boliviana pela falta de acesso a esses mercados, pedindo a sua suspensão. Embora o livre acesso dos produtos bolivianos ao bloco esteja supostamente garantido, produtos manufaturados e com valor agregado ‘encontram sistematicamente obstáculos alfandegários, financeiros, burocráticos e legais que impossibilitam suas exportações’. Pelo uso de tecnologias de ponta na produção e pelas vantagens no nível de desenvolvimento, Rodriguez avalia que os países do MERCOSUL são mais competitivos do que a Bolívia e fortes concorrentes comerciais, ao passo que a relação do país com a CAN teria um caráter de complementaridade (AGÊNCIA EFE, 2012).

tentativa de conquistar novos mercados consumidores, expandindo o número de membros do bloco e os acordos externos de comércio. Na negociação mais importante, com a UE, porém, o MERCOSUL ainda tem dificuldade para avançar, inclusive porque as posições de Argentina e Brasil no processo carecem de mais coordenação.

Para que uma atuação mais coordenada seja possível, pesam as medidas e políticas adotadas internamente, que serão avaliadas a partir de agora.

3.1.1. OS EFEITOS E AS ESTRATÉGIAS NA ARGENTINA E NO BRASIL

Inicialmente, o desempenho do Brasil depois da crise de 2008 foi satisfatório, dado que a situação internacional ainda favorecia o crescimento do país, o que fez com que sua economia sofresse os impactos de forma mais branda, permitindo que o ex-presidente Lula tripudiasse sobre os efeitos da crise no Brasil. Somado a isso, o aquecido e volumoso mercado interno acabou por fortalecer a posição do país frente à recessão internacional. O real também se manteve valorizado, aumentando a confiança dos investidores. O Brasil, grande exportador de commodities, sendo o maior de café, carne bovina, frango e suco de laranja, dentre outros, e também de produtos industrializados, como carros e maquinários, manteve uma taxa de crescimento razoável no início da crise. Agências internacionais de *rating*, a classificação de riscos de investimento e crédito, concederam ao país grau de investimento, demonstrando que havia confiança na economia brasileira, após décadas na situação de 'país de risco'. Em 2011, o crescimento de 2,7% do PIB nacional⁴⁴ fez com que o Brasil ultrapassasse o Reino Unido e se tornasse a sexta maior economia mundial.

Contudo, a drástica redução dos preços dos produtos primários, a retirada massiva de recursos por investidores estrangeiros e realocação destes nos países de origem, muitos em processo recessivo, com prejuízos notórios, e o aumento do protecionismo por parte dos países desenvolvidos penalizaram o real e o mercado brasileiro de ações, o que se refletiu na economia nacional como um todo. No mercado internacional, como reflexo da crise, houve forte retração do crédito, o que, por consequência, fez com que os compradores internacionais restringissem seus negócios, diminuindo a demanda e fazendo despencar o preço dos produtos básicos ofertados, bem como o lucro dos exportadores nacionais. Por mais que o Brasil tenha um parque industrial amplo, sua economia se baseia na exportação de commodities, sobretudo minério de ferro e grãos. Assim, o país acabou sofrendo os efeitos da recessão internacional.

⁴⁴ Apesar de o PIB ter crescido 7,5% no ano anterior, desacelerou em 2011, devido, em boa parte, à contenção da demanda interna para controlar a inflação e à redução da demanda internacional (MACIEL, 2012).

A produção nacional, então, foi reduzida estrategicamente para equilibrar a oferta de produtos e, dessa forma, os preços internacionais (NEVES, 2012).

As medidas que foram adotadas no Brasil a partir da deflagração da crise no cenário internacional consistem em incentivos fiscais para a indústria, nos setores automobilístico, moveleiro e de eletrodomésticos, manutenção dos gastos públicos, concessão de subsídios à agricultura, expansão de crédito por parte dos bancos públicos, redução do recolhimento de compulsório para aumentar a liquidez financeira, diminuição da taxa básica de juros, combate à inflação e aumento da poupança em divisas internacionais, como meios de estimular o consumo interno (MACIEL, 2012).

Ainda que inicialmente essas medidas tenham surtido efeitos positivos, atualmente, o crescimento econômico se estagnou, ao mesmo tempo em que a inflação e a inadimplência dos compradores cresceram, o que forçou o governo de Dilma Rousseff a aumentar de novo a taxa de juros, em contraposição ao que vinha sendo feito. As projeções para o crescimento da economia brasileira, como as do FMI, tem sido revisadas para baixo com frequência. O Brasil apresenta, então, crescimento mínimo, com retração da atividade industrial. Em contrapartida, o setor de serviços tem se expandido. É por isso que a geração de empregos ainda tem batido recordes anuais. O arrefecimento da economia brasileira advindo da recessão internacional tem afetado o crescimento de toda a América Latina, fazendo com que a região se recupere mais lentamente da crise de 2008. Para o FMI, o Brasil precisa monitorar o crescimento das dívidas familiares e do preço dos imóveis e elevar os níveis de poupança e de investimentos, já que o organismo ressalta que a expansão do consumo interno não é o suficiente para fazer a economia nacional crescer. O FMI considera que o país agiu bem para enfrentar os efeitos da crise internacional, mas adverte que o Brasil precisa elevar a taxa de investimentos, pois está abaixo do nível necessário para fazer a economia voltar a crescer (BBC BRASIL, 2012).

Logo, a estagnação do PIB brasileiro se deve sobretudo à retração dos investimentos na economia, tanto internos como estrangeiros. As exportações e importações também foram muito afetadas pela crise, principalmente por causa da adoção de medidas protecionistas por toda a parte. Os países desenvolvidos, em especial, também adotaram medidas de austeridade e controle fiscal, reduzindo os investimentos, preservando a poupança interna e priorizando a captação de divisas estrangeiras (PEREIRA, 2009).

Dado o crescimento baixo, alguns economistas têm criticado a postura do governo Dilma em manter os superávits na balança de pagamentos e o aumento das taxas de juros, o que reduz a competitividade das empresas brasileiras. Por mais que as medidas anticíclicas, primordialmente a redução de impostos, tenham estimulado a taxa de consumo das famílias, a

queda nos investimentos tem demonstrado o protelamento de decisões sobre a ampliação da capacidade investidora nacional. Até investimentos em andamento têm sido reduzidos ou suspensos, ao contrário do que se esperava.

A Argentina adotou algumas medidas similares às brasileiras no combate à recessão internacional. O governo Cristina Kirchner concedeu financiamentos públicos para estimular a produção e o consumo, investiu em obras, nacionalizou empresas de setores estratégicos e organizou a burocracia estatal de apoio ao setor produtivo, criando o Ministério da Produção, Ciência e Tecnologia, entre outras medidas de incentivos tributários, redução de retenções ao agronegócio, promoção à geração de empregos formais e repatriação de capitais.

Entretanto, a inflação está em crescimento, bem como o governo Cristina tem sido pressionado pelo setor produtivo. Recentemente, a produção de trigo foi reduzida como forma de boicote por parte dos agricultores, que exigem mais incentivos. O controle sobre os preços de alguns produtos, como os pães, também tem sido alvo de críticas dos produtores. Outra questão são as medidas restritivas da exportação de certos produtos agrícolas, o que gera uma relação conflitiva com as elites agrárias. Além de todos esses problemas, a Argentina impôs uma série de barreiras protecionistas no seu comércio exterior, impactando suas relações com os demais países do MERCOSUL.

A economia argentina tem sofrido ainda com a desvalorização do peso, o que gera uma demanda crescente por dólares e euros. Para completar o quadro difícil, o cálculo dos índices de inflação tem colocado em cheque de credibilidade do país, já que as taxas oficiais divergem das apuradas por instituições privadas. Para 2012, a inflação oficial anunciada foi de 10,8%, enquanto cálculos privados apontaram um índice de 25,6%. Com isso, a Argentina tem sido acusada de maquiar os dados sobre inflação, já que atingem diretamente a indexação dos pagamentos dos títulos da dívida pública nacional (DEUTSCHE WELLE, 2013).

No que se refere ao equilíbrio das contas públicas, uma dificuldade extra é o fato de que população argentina retira até US\$ 170 bilhões ao ano do sistema bancário e do país, para guardar em casa ou depositar em contas no exterior, segundo estudo do Instituto Nacional de Estatísticas e Censos (INDEC), também responsável pela medição dos índices de inflação. Esse valor representa o quádruplo das reservas argentinas em 2012, de US\$ 43 bilhões. Além de ser uma prática tradicional, essas atitudes são fruto da insatisfação dos argentinos com o controle sobre o câmbio e da sua desconfiança quanto à situação econômica do país.

Nas relações entre Argentina e Brasil, ainda que os contenciosos na área comercial sejam recorrentes, eles se expandem em períodos de recessão. A intensidade do protecionismo argentino, que é a base desse contencioso, foi determinada ao longo dos anos pelos ciclos

econômicos e pelos resultados mais ou menos equilibrados do intercâmbio comercial. Entre os setores sujeitos às medidas argentinas de proteção comercial⁴⁵, os de linha branca (fogões, refrigeradores e máquinas de lavar), papel e calçados apresentavam um histórico de acordos de restrição voluntária e de licenças não automáticas de importação, o que significou que, por muitos anos, as empresas negociaram acordos com limites quantitativos para as exportações brasileiras, mas não conseguiram evitar as licenças não automáticas (GALVÃO, 2007).

Em fases de crescimento econômico, o protecionismo é praticamente irrelevante nas relações bilaterais. Nos períodos de situação econômica difícil, porém, a primeira fronteira de conflitos é a balança comercial favorável ao Brasil. O passo seguinte é o aumento de medidas protecionistas por parte da Argentina, principalmente em setores tradicionais da sua indústria, levando a uma nova onda de conflitos que passa a envolver os governos e os setores privados dos dois países⁴⁶ (CANDEAS, 2005).

Para regular as discussões entre os setores privados de Argentina e Brasil, foi criada em agosto de 2003 a Comissão Bilateral de Monitoramento de Comércio⁴⁷, com o objetivo de abrir um canal de negociação entre os empresários e os governos dos dois países para adotar restrições quantitativas ao comércio bilateral dos setores com assimetrias. Desde 2003, nas reuniões dessa comissão, foram negociados acordos para eletrodomésticos da linha branca e produtos têxteis. No caso de produtos como calçados, vinho e arroz, as negociações seguem (CANDEAS, 2005).

Nos últimos anos, o tema mais importante do contencioso comercial que envolveu governos e setores privados de Argentina e Brasil foi a negociação da Política Automotiva

⁴⁵Independentemente das questões de caráter conjuntural relacionadas às diferenças de política cambial entre os dois países, que afetaram em períodos diversos a competitividade de produtos argentinos de exportação, reconhece-se que as questões de natureza estrutural têm servido de estímulo para a demanda argentina por proteção contra produtos brasileiros, desde os primórdios do MERCOSUL. Não é por acaso que os setores têxtil, de calçados, siderúrgico, de papel e celulose e de eletroeletrônicos são os mesmos que geralmente integram os contenciosos comerciais e também faziam parte do chamado Programa de Adequação. Este manteve, até o fim da década de 1990, as tarifas argentinas sobre produtos brasileiros, comprometendo a livre circulação de mercadorias no MERCOSUL (GALVÃO, 2007).

⁴⁶ Este comportamento conduz a duas percepções, segundo a Confederação Nacional da Indústria (2009), entidade representativa dos industriais brasileiros. A primeira se refere à constatação de que, como os setores alvos de medidas protecionistas são sempre os mesmos, a Argentina não avançou na competitividade e na modernização industrial em comparação com o Brasil. A segunda percepção está relacionada aos reduzidos avanços do MERCOSUL na harmonização de políticas e de instrumentos de defesa da concorrência. Para tentar conter as divergências comerciais entre os dois países, uma série de conferências e encontros governamentais passaram a acontecer, o que evidencia a importância do comércio bilateral para ambos.

⁴⁷ A Comissão de Monitoramento Bilateral administrada pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC) brasileiro e pela Secretaria de Economia e Produção da Argentina vem contribuindo para o diálogo entre os setores industriais dos dois países, trabalhando na análise caso a caso. Mesmo sem conseguir evitar a adoção de medidas unilaterais por parte da Argentina, em algumas oportunidades foi possível o estabelecimento de acordos que assumiram a forma de acordos de restrição voluntária das exportações brasileiras (CANDEAS, 2005).

Comum, com a revisão do horizonte de tempo para o livre comércio no setor. Responsável por uma parcela importante do comércio bilateral e marcado por dificuldades de adequação ao livre mercado, esse segmento vinha tendo as negociações de retirada de restrições internas adiadas com frequência. A definição de uma data para iniciar a liberalização comercial no setor automotivo foi difícil para a Argentina, preocupada em ampliar os investimentos diretos estrangeiros no segmento. Os termos da conclusão dessa negociação não foram considerados como ideais por representantes da indústria no Brasil, porém foram percebidos como o limite possível pela Argentina. Avaliou-se que para a tranquilidade do mercado e para a sustentação dos investimentos é melhor dispor de um acordo que aponte para o livre comércio no futuro e crie um horizonte de previsibilidade para as regras do comércio do que manter a situação anterior com acordos temporários sujeitos a constantes prorrogações (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA, 2009).

Ao fim do governo Lula, criou-se um grupo de trabalho para estimular o comércio entre Argentina e Brasil e agilizar a resolução de contenciosos, buscando também aumentar as transações em moedas regionais, interligar a cadeia produtiva dos dois países, criar formas alternativas de financiamento para as obras necessárias e ampliar o apoio às micro, pequenas e médias empresas. Com essas medidas, as expectativas são equilibrar o comércio bilateral, eliminando o *déficit* argentino ocasionado pelo aumento das exportações brasileiras para o país e reduzir o protecionismo em alguns setores da economia argentina, que atrapalham ou restringem a entrada de produtos brasileiros (BONIN, 2009).

Com ou sem grupo de trabalho, a Argentina não deixa de recorrer ao protecionismo quando julga necessário. O governo Cristina aumentou em 2009 a quantidade de produtos de importação com valor de referência de 600 para 800, pois considera que há concorrência desleal na invasão do mercado argentino, passando também a exigir licença prévia para uma série de produtos brasileiros. Essas medidas foram reflexos do cenário internacional de recessão gerado pela crise de 2008. Ao mesmo tempo, os dois países firmaram uma série de acordos para tentar aumentar o fluxo comercial e diminuir o *déficit* argentino, por meio de, entre outros aspectos, redução da burocracia e controle das licenças não automáticas. Foi definido ainda que os chanceleres e ministros da Indústria e Comércio de Argentina e Brasil se reuniriam a cada 45 dias para tentar evitar que o início de contenciosos (BONIN, 2009).

O Brasil também dificultou em 2009 a entrada de, no mínimo, 17 produtos da pauta exportadora da Argentina, por meio de licenças prévias, que são um dos tipos de barreiras não

tarifárias⁴⁸, medida legitimada pelo Acordo-Quadro da Organização Mundial de Comércio (OMC) sobre Procedimentos de Licenciamento, permitindo o controle nacional dos aspectos quali-quantitativos das exportações destinadas a um país (INTERNATIONAL CENTRE FOR TRADE AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT, 2009).

Ainda como reflexo da crise, a Argentina reeditou em 2011 algumas medidas protecionistas⁴⁹, por meio do estabelecimento de barreiras comerciais, que antes eram para 400 produtos e subiram para 600 na forma de licenças não automáticas, o que alertou os empresários e as autoridades brasileiras, que tomaram medidas conciliatórias em tempo hábil. O então ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Fernando Pimentel, negou que houvesse a abertura de contencioso e avaliou que as relações com a Argentina continuavam normais. Por sua vez, a então ministra argentina da Indústria, Débora Giorgi, afirmou em nota que a medida não tinha o objetivo de afetar o Brasil, já que não havia a discriminação por país de origem para as medidas restritivas, e sim de impedir a entrada de produtos de fora do MERCOSUL, sobretudo os asiáticos. Os dois ministros montaram uma comissão especial para avaliar quais produtos brasileiros acabariam por ser atingidos com a medida, buscando reduzir a burocracia das medidas que afetasse ao Brasil (BONIN, 2009).

Como forma de superar as diferenças entre os dois países, desde que Dilma se elegeu presidente e Cristina se reelegeu, as aproximações se mantiveram e até têm se aprofundado, ocorrendo constantes reuniões, que previram a revisão do acordo comercial automobilístico entre Argentina e Brasil e também que os carros fabricados nos dois países passem a ter maior composição nacional, com um mínimo de 65% de material próprio. Foi decidido ainda que se fomentaria a integração produtiva em setores estratégicos, como autopeças, gás, petróleo, indústria naval e indústria aeronáutica e de defesa, incluindo as empresas multinacionais no processo, que precisam desenvolver projetos locais (AGÊNCIA BRASIL, 2011).

As presidentes também estabeleceram um mecanismo de integração produtiva. Para isso, foram previstas a capacitação de instituições de financiamento e a criação de fundos

⁴⁸ Cada uma dessas ferramentas atua em menor ou maior grau na proteção da indústria nacional, através da restrição à entrada de itens estrangeiros muito baratos, o que em geral aumenta a demanda por produtos domésticos e, por conseguinte, mantém a indústria local aquecida e ativa. Na prática comercial, o uso moderado desses instrumentos mostra-se necessário e é aceito pelos Estados. Os problemas surgem com o recurso irrefreado a tais medidas, o que provoca entraves ao comércio e danos às economias dos parceiros comerciais (INTERNATIONAL CENTRE FOR TRADE AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT, 2009).

⁴⁹ [...] Do lado argentino, o rol de ações empregadas para limitar as exportações brasileiras abrangem cotas de exportação, medidas *antidumping*, licenças prévias e valores-critério. A medida *antidumping* constitui recurso a instrumentos comerciais legítimos para reduzir as distorções geradas pela redução artificial dos custos de produção – *dumping* – e, conseqüentemente, dos preços finais. Por sua vez, o valor-critério refere-se ao preço mínimo que deve ser fixado para determinado produto, tendo por base o preço médio de produtos equivalentes nos últimos dois ou três anos, ou o preço praticado em outros mercados (INTERNATIONAL CENTRE FOR TRADE AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT, 2009).

binacionais para privilegiar a produção de manufaturas com maior valor agregado e conteúdo tecnológico. Por parte do Brasil, se ofereceu aos provedores argentinos a abertura do sistema de compras públicas, o que seria implementado gradualmente (AGÊNCIA BRASIL, 2011).

Por mais que ainda se esteja longe do ideal, os contenciosos entre os dois países têm se resolvido gradativamente, avançando na solução de controvérsias, o que não ocorreu ainda de forma plena. A questão da soberania nacional também influi nas relações entre Argentina e Brasil, já que os dois países conduzem a relação bilateral com base nos objetivos políticos dos governos de turno e no que estes definem como os interesses nacionais, uma atuação típica das relações intergovernamentais. Isso dificulta o aprofundamento do processo de integração. A soberania partilhada no MERCOSUL ainda é um desafio para Argentina e Brasil, sobretudo pela resistência brasileira (VIGEVANI et al., 2008).

Em 2014, os dois países iniciaram entendimentos para estruturar financeiramente as linhas de crédito ao comércio bilateral, com a pretensão de concluir os trabalhos até abril de 2015. O Brasil tem apresentado algumas opções de financiamento à Argentina, buscando reduzir as incertezas e tornar o processo pragmático e ágil. O interesse brasileiro é remover as barreiras comerciais impostas pela Argentina, que têm causado uma redução considerável das exportações ao vizinho, sobretudo no setor automotivo. As linhas de crédito ofertadas são de caráter tradicional, operadas por bancos comerciais, não contando com a participação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A oferta do Brasil envolve linhas de crédito no valor de US\$ 2 bilhões, por um prazo de três meses, com renovação automática, o que funcionaria em concomitância com o Sistema de Pagamentos em Moeda Local (VERÍSSIMO, 2014).

Em síntese, a queda dos preços de produtos primários, a desvalorização das moedas nacionais, a inflação dos preços e a desconfiança dos investidores, entre outros pontos, são questões que têm afetado as economias de Argentina e Brasil. Por mais que os dois países sejam parceiros no MERCOSUL e tenham relações bilaterais profundas, em momentos de desequilíbrio econômico internacional, se concentram na defesa dos seus interesses nacionais, deixando menos espaço para a coordenação de posições, o que, por outro lado, não significa que ela se torne impossível e não tenha ocorrido em alguma medida.

3.2. REFLEXOS DA CRISE INTERNACIONAL NA UE

A UE foi o bloco mais impactado com a crise, principalmente pela dimensão dos problemas que se instauraram, com uma média de cinco países da zona do euro em recessão e

destaque para a situação da Grécia, que enfrenta uma estagnação econômica grave e ameaça a vigência da moeda comum. Alguns países desenvolvidos também foram atingidos em maior ou menor escala, sobretudo Reino Unido, França e Bélgica. A instabilidade ressoou ainda com força em muitos dos membros advindos do Leste Europeu, já que suas economias são menos competitivas e a situação grega afeta de forma negativa suas imagens.

De maneira geral, o endividamento na UE foi causado pela especulação advinda dos mercados imobiliário e financeiro dos Estados Unidos após o estouro da bolha em 2008, o que se complementou com os altos níveis de endividamento público nos PIIGS e no Reino Unido. Além disso, falta coordenação política no bloco sobre a contenção do endividamento público. Em consequência, houve uma massiva fuga de capitais dos países considerados como de risco e escassez de crédito, as economias entraram em recessão, e o desemprego atingiu níveis alarmantes (ALMEIDA FILHO, 2011).

A Grécia foi o ponto de entrada da crise na Europa, visto que o país se encontrava mergulhado na dívida pública. A instabilidade rapidamente provocou um efeito dominó, atingindo em maior ou menor grau todos os membros da UE e também os países que têm relações comerciais significativos com o bloco. Em pouco tempo, algumas das agências de *rating* internacional rebaixaram o grau de investimento de muitos países da zona do euro. Para contornar a crise, uma série de medidas de austeridade foi adotada em vários países europeus, o que gerou descontentamento generalizado nas suas populações, culminando em protestos e no fim de um período em que partidos de esquerda ou centro-esquerda administravam em boa parte da Europa, como na França, na Espanha e na própria Grécia, dando lugar a partidos de direita ou centro-direita (ALMEIDA FILHO, 2009).

Os mais sensíveis à crise na UE foram os países da *eurozone* e algumas nações em desenvolvimento do Leste Europeu. Na zona do euro, a Grécia foi o primeiro país dos PIIGS a entrar em recessão quando atingido pela crise. Conforme José Renato Salatiel (2010), os motivos do endividamento grego foram que

O país gastou muito além do que seu orçamento permitia nos últimos dez anos - em programas sociais, na folha de pagamento dos servidores públicos (um em cada três gregos é funcionário público) e em pensões ou outros benefícios. Para pagar as contas da casa, o Estado adquiriu empréstimos com instituições bancárias (SALATIEL, 2010).

Segundo Lethbridge (2010), os empréstimos contraídos posteriormente à explosão da dívida grega apenas são soluções temporárias, podendo tornar a dívida no futuro maior do que na atualidade e não surtir os efeitos esperados. O atual governo grego se comprometeu, então,

a cortar custos, aumentar a arrecadação e buscar diminuir a dívida externa, pois ultrapassava em torno de quatro vezes o teto previsto para os países da zona do euro.

Simultaneamente ao caso grego, outras nações europeias foram duramente afetadas. Houve na Irlanda uma forte recessão causada pela pressão internacional sobre os setores financeiro e imobiliário, o que mergulhou o país na crise. A Irlanda vinha de um crescimento econômico acelerado, chegando a ser conhecida como tigre celta, impulsionado, sobretudo, pelo mercado imobiliário, que, com a crise estadunidense, foi seriamente comprometido.

A Espanha, que, assim como a Irlanda, vinha de um crescimento acelerado com base, sobretudo, no mercado imobiliário, também foi muito afetada pela crise e entrou em um forte período recessivo, que ainda está tendo dificuldades de reverter. Como resposta à situação, o país privatizou várias empresas estatais e extinguiu um grande número de cargos públicos, buscando reduzir seus gastos. Apesar disso, o *déficit* orçamentário cresceu, assim como o desemprego. Hoje, a Espanha detém uma das maiores taxas da UE⁵⁰. Segundo Lethbridge, “países como Espanha e Irlanda dependiam das receitas tributárias do setor imobiliário, que passava por uma já célebre bolha. Com seu estouro, os governos ficaram pendurados, com dívidas altíssimas e pouco dinheiro para pagar” (LETHBRIDGE, 2010).

Mais um caso é o de Portugal. Ainda que o país não tivesse uma ‘bolha’ imobiliária, foi arrastado pela crise e está atualmente afetado pela recessão. O problema de Portugal é que sua economia é pouco competitiva se comparada às de outros países da UE e tem crescimento baixo, o que se agrava pela pouca arrecadação estatal (BBC Brasil, 2011b).

Segundo Wolf (2008), a crise trouxe uma série de problemas que refletem um mal preparo estrutural da UE, com dificuldades em controlar atividades e fazer cumprir os acordos pelos países membros. Há uma diferença grande na capacidade desses países em cumprir as normas do pacto de estabilização, o que tem relegado muitos deles a crises e recessões. Ainda que as ajudas financeiras surtam os efeitos esperados a médio e longo prazo e os ajustes para enxugamento do *déficit* público sejam eficazes, haverá um forte período de recessão e uma onda de desemprego e baixo perfil de crescimento das economias nacionais. Esta realidade tem sido vivenciada até os dias atuais e, ao que parece, apenas muito recentemente começou a exibir resultados modestos sobre o combate à recessão.

As medidas de austeridade têm sido amplamente questionadas pela população dos países da UE, sobretudo nos que mais duramente foram afetados pelas políticas recessivas.

⁵⁰ Para piorar a situação, o surto da bactéria *E. Coli* nos alimentos da Europa prejudicou as exportações dos produtos agrícolas espanhóis, o que foi agravado por algumas declarações do governo alemão sobre restrições a esses produtos. Isso causou mal-estar entre os dois países, levando a Alemanha a se retificar e adotar uma série de medidas compensatórias.

Uma onda de protestos e conflitos se propagou pela Europa com a adoção dessas medidas, que são onerosas às sociedades. Essa fase recessiva reflete na qualidade de vida da população e no bem-estar social, pois os custos da crise (desemprego, aumento de impostos, recessão e corte de gastos públicos) atingem mais fortemente setores populares vulneráveis. Também influencia o fato de que a população europeia tem envelhecido rapidamente, aumentando os gastos públicos com saúde e previdência (SALATIÉL, 2010).

Ao que parece até agora, os Estados membros têm enfrentado dificuldade para obter consensos na UE, sobretudo entre os que estão mais endividados e os credores dessas dívidas, como Alemanha, França e Reino Unido. Outra medida anticrise importante que tem sido negociada pelo bloco europeu é a conformação de um supertratado de livre comércio com os Estados Unidos. Os problemas, porém, perduram na UE, com o baixo crescimento econômico de uma série de países, a redução drástica das taxas de emprego em países como a Espanha e a Grécia e o corte nos benefícios sociais. Assim como no MERCOSUL, a situação de crise faz com que interesses nacionais ou subnacionais aflorem com mais força.

O bloco europeu ainda empreendeu esforços para ratificar um pacto fiscal entre seus membros, visando promover um equilíbrio fiscal nos países da UE e um sistema de sanções para os violadores do acordo. A negativa do Reino Unido em aderir ao mecanismo aumentou a crise política no bloco. Houve também uma maior participação do Banco Central Europeu (BCE) e do FMI na construção das alternativas de combate à crise e no monitoramento da situação na UE. Em 2011, o bloco conseguiu aprovar um pacote de medidas anticrise.

A UE está em fase de recuperação, buscando reavivar as economias debilitadas dos seus membros. Os líderes europeus tiveram dificuldades para formular políticas de combate à crise, o que tem levado a resultados aquém ou mesmo contrários aos esperados. Contudo, instituições como o BCE têm feito progressos na adoção de medidas mitigadoras da recessão. O banco tem implementado soluções para consolidar a união bancária e o mecanismo de supervisão das contas da UE, gerindo a liquidez e criando políticas monetárias para reduzir os riscos em caso de mudança nas condições econômicas. Por outro lado, o BCE ainda precisa ser mais ousado, dada a magnitude da situação, e aumentar a compra de títulos de dívida pública e outros ativos financeiros (DOW JONES NEWSWIRE & MANGUEIRA, 2013).

Criado em 1998, o Banco Central Europeu é a organização responsável pela gestão do euro, com a responsabilidade de garantir a estabilidade dos preços para os cidadãos usuários da moeda única (procura manter o aumento anual dos preços ao consumidor inferior ou próximo de 2% a médio prazo), bem como cuidar da gestão da política monetária da zona do euro, fixando sua definição e a executando. Para a manutenção da estabilidade dos preços

na área do euro, o BCE se utiliza de duas medidas econômicas, que são o controle da massa monetária (se está for excessiva em relação à oferta de bens e serviços, ocorre o risco de inflação), através de medidas como a fixação das taxas de juros, sua atividade mais conhecida e o acompanhamento da evolução dos preços e avaliação dos riscos destes para a estabilidade dos preços na *eurozone* (UNIÃO EUROPEIA, 2014).

Para o exercício das suas atribuições, o BCE trabalha em conjunto com o Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC), que é composto pelos 27 países da União Europeia. Os países que constituem a zona do Euro e seus respectivos bancos centrais, juntamente com o Banco Central Europeu, formam o denominado Euro-sistema. Tanto o Banco Central Europeu, como os bancos nacionais do Euro-sistema e os membros dos órgãos de decisão respectivos não podem solicitar ou receber instruções de qualquer outro órgão da UE ou dos Estados – Membros, devendo-se respeitar o princípio de não-influência. Sendo assim, o BCE funciona com total independência dentro da União. Através de estreita colaboração entre o BCE e os bancos centrais, são preparadas e executadas as decisões tomadas pelos órgãos de decisão do Euro-sistema, sendo eles o Conselho do Banco Central Europeu⁵¹, a Comissão Executiva⁵² e o Conselho Geral⁵³ (UNIÃO EUROPEIA, 2014).

Com uma moderada recuperação da economia alemã, o crescimento do PIB na zona do euro está estagnado, com previsões pouco animadoras, visto que os países que adotaram fortes medidas de austeridade fiscal crescerão em ritmo menor, quando consigam, dada a drenagem das demandas internas e do poder de compra dos cidadãos europeus. Aprisionados pela dívida soberana, países como a Grécia e a Espanha tendem a permanecer estagnados nos próximos anos. As economias do Leste Europeu têm se recuperado mais rapidamente do que as dos países da Europa Ocidental (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2011).

É importante observar em mais detalhes a partir de agora dois extremos no combate à crise. Se, de um lado, a endividada Grécia está em recessão, adotando medidas de austeridade

⁵¹ O Conselho do BCE é o órgão máximo de decisões do Banco Central Europeu. Sua composição é feita pelos seis membros da Comissão Executiva e pelos governadores de todos os bancos centrais da *eurozone* e tem como função a definição da política monetária ‘em especial a fixação das taxas de juro a que os bancos comerciais podem obter fundos junto do Banco Central’. O Conselho do BCE é também presidido pelo Presidente do Banco Central (UNIÃO EUROPEIA, 2014).

⁵² Junto ao Conselho do BCE, a Comissão Executiva é outro órgão do BCE. É responsável pela execução da política monetária que é definida pelo Conselho do BCE e pela emissão das instruções necessárias para a coordenação dos bancos centrais nacionais da UE. Prepara também as reuniões do Conselho e é responsável pela gestão das atividades correntes do Banco. A comissão é composta pelo Presidente do BCE, pelo Vice – Presidente e por quatro encarregados, nomeados em comum acordo pelos Presidentes ou Primeiros – Ministros dos países da zona do euro para um mandato não renovável de oito anos (UNIÃO EUROPEIA, 2014).

⁵³ O Conselho Geral do BCE tem a função de participar nos trabalhos de consulta e coordenação do BCE e ajudar na preparação de um futuro alargamento da zona do euro. É constituído pelo Presidente do BCE, Vice-Presidente e pelos governadores dos bancos centrais dos 27 Estados da União (UNIÃO EUROPEIA, 2014).

e fiscalizada de perto por BCE e FMI, a credora Alemanha tem retomado seu crescimento e, ainda que abaixo do necessário, contribuído para a recuperação da zona do euro.

3.2.1. OS EFEITOS E AS ESTRATÉGIAS NA ALEMANHA E NA GRÉCIA

A Alemanha tem adotado medidas anticíclicas variadas, algumas de ordem interna, outras em acordo com as recomendações do Banco Central Europeu e da UE como um todo, uma vez que o país possui influência suficiente para conseguir negociações satisfatórias, quando não é o próprio proponente de tais medidas. Algumas medidas tomadas são a desvalorização artificial do euro, a conformação do pacote de auxílio anti-crise (fundos de resgate e estabilidade) e amparo e financiamento a alguns países endividados da zona do euro.

O país tem desempenhado papel dúbio nessa crise. Se, por um lado, a mais poderosa economia europeia tem tentado ‘arcar’ com a situação, emprestando dinheiro aos países endividados, bem como tem conseguido dinheiro em organismos internacionais credores, como o FMI, buscando ainda assumir a responsabilidade em dar os passos mais importantes rumo à resolução da crise na UE, as decisões tomadas pelo país não tem exercido grande impacto, além de que o consenso no bloco não parece estar sendo atingido. O país ainda tem imposto aos países mais endividados da zona do euro fortes medidas de austeridade como condição para realizar os empréstimos, amparado ainda pela ação do Fundo Monetário Internacional. A população de alguns países para os quais foi indicada a adoção de medidas de austeridade não têm se mostrado muito receptiva com as decisões alemãs, reduzindo a popularidade do país entre as nações em recessão.

Como efeito da crise na Alemanha, a economia do país encolheu e com isto o país atingiu os piores índices desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Por mais que os alemães tenham a tradição de seguir uma rigorosa responsabilidade fiscal, a economia alemã não foi capaz de segurar os efeitos perversos da crise, sobretudo pelo fato de o país ser um grande exportador, sendo afetado seriamente pela redução da demanda internacional típica das recessões internacionais. Com a estagnação europeia, o país resolveu ainda apostar na economia nacional, injetando pacotes de estímulo na economia, como o de 63 bilhões de dólares em 2009 para aquecer o mercado. A intenção é que a Alemanha tire proveito da crise e fortaleça sua posição como potência econômica (BBC BRASIL, 2009).

Além de sofrer os efeitos externos, principalmente em relação ao fluxo das suas exportações, a Alemanha tem sofrido pressão pela instabilidade dos países da zona do euro e, conseguinte, da oscilação da moeda única. A demanda doméstica tem aumentado, entretanto,

compensando em parte os impactos negativos que o país tem vivenciado. A partir de 2013, o país tem retomado seu crescimento, mas ainda conta com uma baixa expansão do seu PIB, demonstrando que a Alemanha tem sido atingido pela crise econômica, ainda que em menor escala, sobretudo por causa da recessão em alguns parceiros do bloco europeu. A melhoria da situação alemã é fundamental para a manutenção dos índices de confiança no euro (e na *eurozone*, conseqüentemente), bem como para retomar a estabilidade da economia mundial. O país tem sido duro para tentar estabilizar a zona do euro e combater a constante estagnação dos países que adotam a moeda única europeia, conseguindo ainda uma recuperação no poder de investimento das empresas alemãs (MARSH & HUDSON, 2014).

Quanto à UE, além das intensas negociações e reuniões entre os líderes, as medidas econômicas têm sido pensadas para contornar a recessão que se instaurou em alguns países do processo europeu e tem afetado todo o bloco, com reflexo sério na economia mundial. As ações anticíclicas têm sido encabeçadas pela Alemanha e pela França. A conformação de pacotes de ajuda a alguns países endividados, a tentativa de revigorar e fortalecer o comércio intrabloco e internacional, a recomendação de medidas de austeridade e promoção de empregos aos países em situação mais precária, a criação de um fundo permanente anti-crise e outras medidas tem sido tomadas no nível regional.

É importante considerar que as dívidas dos países, sobretudo a grega, interessam diretamente os setores bancários da Alemanha e da França, pois estes são os principais credores da Grécia. Um o risco de um calote, ainda não totalmente abandonado, sugere um efeito dominó nos países em situação análoga à grega e, caso ocorra, poderá impor uma onda de falência de importantes bancos, sobretudo pelo fato dos países se encontrarem com poucos recursos financeiros para resgatá-los, na pior das hipóteses (LUBARINO et al., 2013).

O país tem apostado ainda na retomada crescimento do comércio exterior nacional, que é um fundamental para o equilíbrio da economia alemã. Com os recentes aumentos da taxa de crescimento de alguns parceiros europeus e de outras economias que possuem um fluxo comercial importante com a Alemanha, poderão surgir novas oportunidades para se acelerar o crescimento alemão. Muitas das ações anticíclicas alemãs envolvem as políticas de comércio exterior do país e boa parte se deram no âmbito da integração europeia. O país tem participado ativamente dos fóruns multilaterais e tem pregado a responsabilidade fiscal, sobretudo na zona do euro. O país tem sido fundamental no processo de recuperação da economia grega, sendo também seu principal credor, sobretudo os bancos privados alemães.

A Grécia é o país que foi considerado o gatilho da crise econômica na Europa. Após uma política econômica-fiscal amplamente desregulada e desastrosa, acabou por se endividar

seriamente. O país, profundamente dependente dos Fundos Estruturais da UE, tem um baixo desempenho em se tratando de comércio exterior e da modernização de seu parque produtivo, sobretudo em relação às outras economias desenvolvidas do bloco europeu. O problema se agravou ainda mais com a entrada dos Estados da Europa Oriental na UE que outrora pertenceram à antiga União Soviética, fatiando consideravelmente os fundos comunitários europeus para a convergência econômica e desenvolvimento. Outro problema estrutural que afetou as políticas sociais do país foi a chegada de um expressivo contingente de imigrantes e refugiados advindos de países como a Líbia, Tunísia, Egito, Iêmen e outros países árabes em conflito, no episódio que ficou conhecido como Primavera Árabe, uma série de revoluções e convulsões em alguns países árabes (ALMEIDA FILHO, 2011).

Em dezembro de 2009, a bolsa e os bônus da Grécia desabaram por causa de sua elevada dívida e dos reflexos da crise no sistema financeiro estadunidense. Somados aos problemas estruturais que o país já apresentava, uma vez declarada a crise⁵⁴, a Grécia se viu mergulhada no vermelho. Com poucas escolhas, a Grécia teve que aceitar as imposições advindas da *Troika*⁵⁵.

As medidas adotadas pelos governos gregos são uma forte reforma fiscal, privatização de empresas públicas e as conhecidas medidas de austeridade (controle e corte dos gastos, sobretudo os direcionados à manutenção do Estado de bem-estar social, demissões de funcionários públicos, aumento e criação de impostos, busca por aumento da competitividade, entre outras). Foi ainda exigido que o país acelerasse a liberalização de setores monopolizados da economia e contivesse as pressões inflacionárias, abrindo ainda seu setor energético à privatização, bem como taxar grandes fortunas.

Uma série de taxações ainda foi estabelecida, procurando aumentar a arrecadação do país. Algumas dela são,

Para ministros, parlamentares e outros cargos públicos com rendimentos superiores o imposto é de 5%; subir para 300 euros anuais os impostos para profissionais que trabalham por conta própria, como advogados, encanadores e taxistas; reduzir o mínimo isento de taxação de 12 mil euros para 8 mil euros, embora fiquem de fora os trabalhadores menores de 30 anos e os aposentados, e criar o imposto imobiliário especial para os proprietários de bens de mais de 200 mil euros; aumentar impostos sobre bens de luxo como iates, piscinas e carros potentes [...] (INFOGRÁFICOS TERRA, 2012)

⁵⁴ Os sinais mais agudos dos problemas financeiros começaram no final de 2009, quando em 7 de dezembro a agência de classificação de risco Standard & Poor's rebaixou a qualificação da dívida grega e a Fitch Ratings fez o mesmo um dia depois. A Comissão Europeia chamou a atenção da Grécia por sua possível repercussão na zona do euro e o Banco Central Europeu pediu que o país tomasse medidas (INFOGRÁFICOS TERRA, 2012).

⁵⁵ Arranjo formado pelos negociadores internacionais do FMI, UE e Banco Central Europeu para estabelecer os critérios para os empréstimos que foram concedidos à Grécia e avaliar a adoção das medidas de arrocho financeiro e fiscal (INFOGRÁFICOS TERRA, 2012).

A Grécia tem negociado e conseguido empréstimos de outros países europeus e organismos internacionais, como a Alemanha, a França e o FMI, empréstimos estes que têm sido concedidos em parcelas, conforme as medidas de ajuste das finanças públicas gregas vão sendo cumpridas.

A França conseguiu ainda abrandar os termos de empréstimo para a Grécia e também para Irlanda e Portugal, dado o risco de bancarrota destas economias, bem como fazer com que investidores privados trocassem voluntariamente bônus gregos por títulos de prazo mais longo com juros mais baixos, posto que os problemas financeiros da Grécia não diminuíram. Apesar das medidas, a Grécia ainda demonstrou fracos resultados, estando o povo grego amplamente insatisfeito com as medidas recessivas adotadas como recomendação do FMI e da Alemanha, chegando a haver conflitos entre a polícia grega e manifestantes em diversas ocasiões (LUBARINO et al., 2013).

Ao fim de 2011, a Grécia conseguiu reduzir sua dívida pública em 50%, mas manteve-se implementando o corte de gastos. Em 2012, pressionada pela UE e pelo FMI, a Grécia iniciou negociações de novos acordos com credores internacionais, sobretudo bancos privados, com o intuito de evitar a insolvência na economia.

O acordo aprovado no mesmo ano previa que

[...] Os credores privados arcarem com a maior parte da dívida grega (53,5%), os Estados-membros da eurozona repassarão os lucros que obtiverem com títulos da dívida da Grécia aos próprios gregos até 2020 e a dívida do país deverá cair de então 160% do PIB para 120,5% em 2020 (INFOGRÁFICOS TERRA, 2012).

Finalmente, em 2012, a Grécia conseguiu o perdão de parte da dívida externa com a participação de 96,9% de seus credores, o que equivale ao perdão de 106 bilhões de euros⁵⁶. Contudo, a dívida grega tornou a subir com o empréstimo contraído da UE e do FMI (130 bilhões de euros), para recuperar os bancos e pagar os juros e manutenção da própria dívida. Aumentaram então os protestos com os cortes de gastos na população, sobretudo em relação à austeridade na educação, na saúde e na previdência social, o que foi acompanhado por outros países europeus. Seguiu-se a isto um ano eleitoral que terminou com nenhum dos partidos do país conseguindo formar uma maioria eleita, fazendo com que a direção do país tivesse que articular um novo governo (LUBARINO et al., 2013).

A Grécia tem conseguido reduzir sua dívida pública a duros custos para a população. Fala-se, inclusive, em crise humanitária, devido à escalada dos índices de pobreza no país e ao

⁵⁶ “A troca foi feita por bônus depreciados a 31,5% de seu valor, mais títulos europeus a 15% de seu valor” (INFOGRÁFICOS TERRA, 2012).

descaso com o setor de saúde, alvo de uma redução drástica dos investimentos públicos. A relação com os credores pode não ser sustentável a longo prazo, visto que os objetivos do programa de redução da dívida nacional e de fomento à competitividade são conflitantes em muitos pontos. Há até um fundo próprio em que o país precisa depositar recursos para honrar os juros da dívida contraída. Os acordos fechados pela Grécia preveem ainda a vigilância constante das contas públicas gregas e a presença permanente de inspetores da UE e do FMI. O futuro do país, portanto, é incerto, ainda que as autoridades gregas se mostrem otimistas quanto à sua capacidade de cumprir o programa para reestabelecer a economia nacional, o que é de interesse não só da população grega, como também dos demais membros da UE e da comunidade internacional (LUBARINO et al., 2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou analisar os efeitos e as estratégias adotadas no MERCOSUL e na UE, bem como em alguns de seus integrantes, sobre a crise internacional que se deflagrou em 2008. Como essa crise teve efeito devastador na economia mundial, sobretudo na zona do euro, entravando o crescimento econômico de forma geral, o estudo observou que a recessão internacional incidiu de maneira significativa sobre os processos de integração enfocados, principalmente por causa da desaceleração do crescimento da riqueza no mundo.

Em termos teóricos, foi constatada a diversidade de abordagens e explicações entre as correntes da teoria da integração regional, tendo cada uma surgido com mais força em contextos específicos. O funcionalismo e o intergovernamentalismo, com suas respectivas revisões, se sobressaem sobre as demais na explicação da origem e do funcionamento de um processo de integração. Por mais que essas teorias apresentem divergências significativas, as explicações podem se complementar e ser aplicadas a diferentes momentos ou resultados de um mesmo bloco. Ademais, tais correntes têm sido revistas ao longo do tempo, tentando dar conta em alguma medida das críticas recebidas no corpo da própria teoria da integração.

O estudo também tratou de buscar na evolução histórica do MERCOSUL e da UE elementos para subsidiar e contextualizar a explanação sobre os efeitos e as estratégias adotadas pelos dois blocos em relação à crise de 2008. Apesar de que suas formações têm em comum a dissolução de rivalidades históricas entre vizinhos, geralmente polarizada entre dois ou três países, os dois casos têm evolução diferente, cada qual com seus modelos próprios de funcionamento e institucionalização.

As relações entre o MERCOSUL e a UE têm se concentrado na tentativa de firmar um acordo amplo de livre-comércio. Porém, resistências de ambos os lados têm prolongado as negociações, já que o bloco do Cone Sul está preocupado em proteger a indústria regional, enquanto os europeus não se mostram dispostos a rever os subsídios ao seu setor agrícola, gerando impasses que não permitem a evolução das negociações.

A partir da análise de dados socioeconômicos, se pode constatar que o MERCOSUL e a UE foram seriamente abalados pela crise internacional, havendo um estancamento geral do crescimento econômico e reflexos dessa situação em áreas sociais.

O caso europeu é especialmente problemático, já que muitos países adotaram, por iniciativa própria, pressão externa ou a combinação de ambas, medidas de austeridade, o que já havia sido feito no passado recente por países do MERCOSUL. Principalmente nos casos dos membros mais endividados da *eurozone*, essas medidas têm acarretado em duras penas às suas respectivas populações, bem como em resultados econômicos aquém do esperado. O resumo do que houve na UE é que se estabeleceu uma situação geral de recessão na zona do euro, afetando com mais severidade o grupo dos PIIGS. A estagnação do crescimento europeu também tem gerado reflexos na economia mundial. Na tentativa de se recuperar, a Europa tem uma dificuldade extra por causa da elevada taxa de população idosa do continente, gerando gastos elevados com seguridade social. Outro entrave ao crescimento é o aumento das taxas de desemprego nos países da UE (LUBARINO et al., 2013).

A Alemanha tem conseguido retomar seu crescimento, de maneira ainda tímida, mas sustentável, com medidas para equilibrar suas contas públicas e, ao mesmo tempo, investir no desenvolvimento nacional. O país é preponderante para a coordenação de políticas na UE e para a retomada do crescimento mundial, dada a robustez da sua economia, a terceira maior do mundo, com poder elevado de investimento. Contudo, a Alemanha precisa flexibilizar sua posição sobre a necessidade de um arrocho fiscal na Europa, pois essa medida poderá surtir efeito contrário, fazendo com que muitos vizinhos enfrentem uma estagnação séria, já que suas economias não têm a mesma robustez da alemã.

A receita da austeridade tem levado a Grécia a atuar para equilibrar suas finanças públicas, mas sob duras penas. O modelo não se mostra sustentável para o país, pois impõe cortes severos ao sistema de bem-estar social, empobrecendo a população, sem, ao mesmo tempo, ser capaz de estimular a economia grega. É necessário, então, um novo caminho que permita à Grécia equilibrar as contas públicas, se tornar mais competitiva, atrair investimentos e melhorar o desempenho econômico, sem comprometer seu Estado de bem-estar social, uma importante conquista da Europa após a Segunda Guerra Mundial.

De forma geral, as medidas recessivas na UE não têm se mostrado eficientes, dada a lentidão na recuperação das economias do bloco, o que denota a necessidade de uma revisão dessas medidas e de investimentos no setor produtivo que estimulem a geração de empregos e, por consequência, o crescimento econômico. Uma dificuldade para essa mudança de rumo é que nenhum país credor na UE, como a Alemanha, está disposto a assumir o risco de um possível calote de algum país endividado, como a Grécia.

As crises europeia e mundial tiveram reflexos, claro, na América do Sul. Os países do MERCOSUL têm dificuldade em estabelecer, internamente a cada um, consensos sobre o

processo de integração, dados o modelo intergovernamental do bloco e os níveis baixos de participação da sociedade civil e das empresas na tomada de decisões em âmbito regional. Soma-se a isso que os próprios membros do MERCOSUL divergem entre si sobre os rumos do processo. A tomada de decisões, portanto, se limita aos espaços intergovernamentais, o que tampouco é suficiente para agilizá-la.

Assim como no caso da UE, há a necessidade de reformas. A adesão da Venezuela ao MERCOSUL, em razão do peso do país como produtor de hidrocarbonetos, tende a criar um contrapeso entre Argentina e Brasil. Sem reformas na governança do bloco, no entanto, o potencial dessa nova configuração de forças em agilizar o processo não será aproveitado. As eventuais incorporações de Bolívia, em fase de adesão, e Equador, em negociação para aderir, também poderão estabelecer uma nova dinâmica ao MERCOSUL. Os desdobramentos desse eventual alargamento ainda são algo por observar.

No Brasil, por mais que o país tenha aprendido lições com choques internacionais anteriores, as políticas adotadas para enfrentar a crise não surtiram os efeitos esperados ou não foram suficientes. Se, inicialmente, seu crescimento econômico ainda não foi interrompido, conforme a recessão internacional atingiu a China, se tornou evidente o quanto o Brasil é dependente dos investimentos estrangeiros e da demanda por *commodities*.

Na Argentina, que vinha de um acelerado período de crescimento, as situações das contas públicas e da inflação têm trazido problemas à gestão econômica de Cristina Kirchner, que se vê acuada também pela pressão dos seus credores internacionais, visto que o estigma da moratória no passado permanece atrelado à imagem do país.

Um fator decisivo aos cenários econômicos no mundo e, por consequência, nos dois blocos enfocados é a retomada do crescimento nos Estados Unidos. Entretanto, por mais que o país tenha implementado uma série de medidas para estimular sua economia, estas ainda não foram suficientes para reverter a situação. As medidas têm sido vistas com ceticismo e desconfiança, sobretudo conforme os pacotes anunciados se sucedem. Só mais recentemente, os Estados Unidos têm conseguido aumentar a geração de empregos e o crescimento, o que ainda está longe do ideal (LUBARINO et al., 2013).

A liquidez no mercado internacional está baixa, o que influencia na possibilidade de financiamento para estimular a economia mundial. Com a redução da oferta de crédito, os países emergentes têm crescido menos, o que dificulta que a recuperação internacional seja mais célere. Outro fator que tem pesado, sobretudo na zona do euro, é a queda constante da taxa de emprego, o que afeta a capacidade de parte considerável da população dessa região de consumir, ter renda e fazer pequenos investimentos.

Há uma dicotomia no combate mundial à crise. Esta reside no fato de que as políticas nacionais se sobrepõem à cooperação internacional, impactando na resolução da crise. Como não se chega a um consenso em fóruns multilaterais, dos quais o G20 é o principal exemplo, muitas políticas nacionais mais têm atrapalhado do que ajudado na superação da recessão internacional. No âmbito dos processos de integração, é necessário que os países membros se empenhem em promover modelos de desenvolvimento autônomos e sustentáveis, por meio de, entre outras medidas, uma atuação coordenada no âmbito regional. Se esses blocos têm como objetivo a liberalização do comércio regional, a impressão que passam atualmente é que fazem o oposto na prática, burocratizando cada vez mais o processo.

O Relatório da ONU ‘Situação Econômica Mundial e Perspectivas’ prescreve que superar cinco desafios políticos são necessários para que se evite a dupla recessão (interna e externa) e para que a recuperação da economia mundial se dê de forma mais equilibrada e sustentável. Em resumo, trata-se de ampliar a oferta de crédito, gerar empregos e crescimento sustentável, combatendo a concentração de renda, coordenar os efeitos dos estímulos fiscais e monetários, disponibilizar financiamento para o crescimento dos países em desenvolvimento e estabelecer uma coordenação política efetiva, prática e fiduciária entre as maiores economias do globo (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2011).

Nesse contexto, os mecanismos de integração, principalmente os enfocados aqui, o MERCOSUL e a UE, têm o papel de aumentar a coordenação em âmbito interno, o que este trabalho observou que foi o oposto do que se fez até agora, para evitar uma atuação individual limitada à defesa dos interesses nacionais de cada Estado membro e aumentar a capacidade coletiva de enfrentar e superar a crise internacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDENUR, Roberto P. Ferreira Mameri. **Dicionário Histórico-Bibliográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2007.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **MERCOSUL: Fundamentos e Perspectivas**. Brasília. Editora Grande Oriente do Brasil, 1998.

ALMEIDA FILHO, Marcelo Marques. **A Consolidação da União Europeia Sob a Visão das Teorias do Comunitarismo e do Cosmopolitismo**. 2011. 115f. Monografia (Graduação em Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia.

ARRUDA, Marcos; BOFF, Leonardo. **Globalização: Desafios Socioeconômicos, Éticos e Educativos**. 3ª ed. Petrópolis. Vozes, 2000.

BOTELHO, João Carlos Amoroso. **La Creación y la Evolución de Unasur**. Curitiba. Juruá, 2013.

BRUM, Argemiro Jacob. **Desenvolvimento Econômico Brasileiro**. Petrópolis. Vozes, 2005.

CERVO, Amado Luiz. **Relações Internacionais da América Latina: Velhos e Novos paradigmas**. 2. ed. São Paulo. Saraiva, 2007.

_____.; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. 2º Ed. Brasília. Editora UNB. 2002.

d'ARCY, François. **UE: Instituições, Políticas e Desafios**. Rio de Janeiro. Editora da Fundação Konrad Adenauer, 2007.

DEUTSCH, Karl *et al.* **Political Community and the North Atlantic Area**. Princeton (USA). Princeton University Press, 1957.

DIEZ, Thomas; WIENER, Antje. **Introducing the Mosaic of Integration Theory**. In. DIEZ, Thomas; WIENER, Antje. **European Integration Theory**. Oxford (UK). Oxford University Press, 2004.

DOUGHERTY, James E. e PFALTZGRAFF, Robert L. **Relações Internacionais – As Teorias em Confronto. Um Estudo Detalhado**. Lisboa. Gradiva, 2003.

FOSCHETE, Mozart. **Relações Econômicas Internacionais**. São Paulo. Aduanas, 1999.

HAAS, Ernest. **Dynamics of International Relations**. Stanford (USA). Stanford University Press, 1956.

_____. **International Integration: The European and the Universal Process**. International Organization, Wisconsin (USA), v. 15, n. 3, p. 366-392, 1961.

HERZ, Mônica; HOFFMAN, Andrea Ribeiro. **Organizações Internacionais**. História e Práticas. Rio de Janeiro. Campus, 2004.

HOFFMANN, Stanley. **Obstinate or Obsolete?** The Fate of the Nation State and the Case of Western Europe. *Daedalus*, 1966, vol. 95, no 3, pp. 862-915.

HUSEK, Carlos Roberto. **Curso de Direito Internacional Público**. 9. ed. São Paulo. LTr, 2006.

KEOHANE, Robert O. **International Institutions: Two Approaches**. In. KRATOCHWIL, Friedrich; MANSFIELD, Edward D. (eds). **International Organization: A Reader**. New York (USA). Longman, 1994.

KEYNES, John Maynard. **The General Theory of Employment, Interest and Money**. London (UK). Macmillan Press Ltd., 1973.

KRASNER, Stephen D. **Structural Causes and Regime Consequences: Regime as Intervening Variables**. In. KRASNER, Stephen D (Ed.). **International Regimes**. Ithaca (USA). Cornell University Press, 1983.

KRATOCHWIL, Friedrich. **The Force of Prescriptions**. *International Organization*. New York, v. 38, n. 4, págs. 685-708, autumn 1984.

LAMBERT, Jean Marie. **Curso de Direito Internacional Público**. Goiânia. Kelps, 2004.

LINDBERG, Leon N. **The Political Dynamics of European Economic Integration**. Stanford (USA). Stanford University Press, 1963.

LUCENA, Andréa Freire de. **Regime Internacional: Aspectos Conceituais Relevantes**. In. LUCENA, Andréa Freire de (Org.). **Regimes Internacionais: Temas Contemporâneos**. Curitiba. Juruá, 2012.

MAGNOLI, Demétrio. **UE. História e Geopolítica**. São Paulo. Editora Moderna, 1994.

MALLMANN, Maria Izabel. **Análise Institucionalista da Integração Sul - Americana**. *Civitas*, Porto Alegre, Vol. 10, Nº 1, p. 11-22, jan. - abr. 2010.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica de Economia Política**. Livro I: O Processo de Produção do Capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo. Boitempo, 2013.

MITRANY, David. **A Working Peace System**. London (UK). Royal Institute of International Affairs, 1943.

MORAVCSIK, Andrew. **Preferences and Power in the European Community: A Liberal Intergovernmentalist Approach**. In. BULMER, Simon; ANDREW, Scott. **Economic and Political Integration in Europe: Internal Dynamics and Global Context**. Oxford (UK). Blackwell Publishers, 1994.

_____. **The Choice for Europe: Social Purpose and State Power from Messina to Maastricht.** Ithaca (USA). Cornell University Press, 1998.

MILWARD, Alan S. **The European Rescue of the Nation-State.** 2ª Ed. London (UK). Routledge Edition, 2000.

NYE Jr., Joseph. **Compreender os Conflitos Internacionais: Uma Introdução à Teoria e à História.** Lisboa (Portugal). Gradiva, 2002.

_____. **Patterns and Catalyst in Regional Integration.** International Organization, 19, pgs. 870-884, 1965.

NYE Jr., Joseph; KEOHANE, Robert. **Power and Interdependence.** 2ª ed. Boston (USA). Harper Collins Publishers, 1989.

NOGUEIRA, João Pontes & MESSARI, Nizar. **Teorias das Relações Internacionais: Correntes e Debates.** Rio de Janeiro. Elsevier, 2005.

PUCHALA, Donald J.; HOPKINS, Raymond F. **International Regimes: Lessons From Inductive Analysis.** In. KRASNER, Stephen D (Ed.). **International Regimes.** Ithaca. Cornell University Press, 1983, p. 61-91.

PUTNAM, Robert D. **Diplomacy and Domestic Politics.** The Logic of Two-Level Games. In. EVANS, P. B. *et al.* **Double-Edged Diplomacy: International Bargaining and Domestic Politics.** California (USA). University of California Press, 1993.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia.** 6ª Ed. São Paulo. Best Seller, 2001.

SCHMITTER, Philippe C. **A Experiência da Integração Europeia e seu Potencial Para a Integração Regional.** Lua Nova, São Paulo, Vol. 80, 9 - 44, 2010.

_____. **A Revised Theory of Regional Integration.** International Organization, Wisconsin (USA), 24 (4), 1970.

_____. **Neo-Neofunctionalism.** In. DIEZ, Thomas; WIENER, Antje. **European Integration Theory.** Oxford (UK). Oxford University Press, 2004.

SILVA, Karine de Souza. **Organizações Internacionais de Integração Regional: Abordagens Teórico - Conceituais.** In. SILVA, Karine de Souza; COSTA, Rogério Santos da. **Organizações Internacionais de Integração Regional: UE, Mercosul e UNASUL.** Florianópolis. Editora UFSC, 2012.

STRANGE, Susan. **Cave! Hic Dragones: A Critique of Regime Analysis.** In. KRASNER, Stephen D (Ed.). **International Regimes.** Ithaca. Cornell University Press, 1983, p. 337-354.

VIGEVANI, Tullo (coord.). **MERCOSUL: A Emergência de Uma Nova Sociedade.** São Paulo. CEDEC, 1999.

WALTZ, Kenneth N. **Theory of International Politics.** New York. McGraw-Hill, Inc., 1979.

WOLF, Martin. **A Reconstrução do Sistema Financeiro Global**. Rio de Janeiro. Elsevier, 2008.

YOUNG, Oran. **International Regimes: Toward a New Theory of Institutions**. World Politics. Princeton (USA), v. 39, n.1, p. 104-122, october 1986.

REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

AGÊNCIA BRASIL. **Brasil e Argentina Vão Mudar Acordo do Setor Automotivo**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/1019627-brasil-e-argentina-vaomudar-acordo-do-setor-automotivo.shtml>>. Acesso em: 07 abr. 2014.

AGÊNCIA EFE. **Instituto Boliviano de Comércio Exterior Critica Entrada do País no MERCOSUL**. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/mundo/noticias/0,,OI6363552-EI294,00-Instituto+Boliviano+de+Comercio+Exterior+critica+entrada+do+pais+no+MercosMe.html>>. Acesso em: 20 abr. 2013.

AVERBUG, André. **Abertura e Integração Comercial Brasileira na Década de 90**. Disponível em: <http://www.bndespar.com.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro/eco90_02.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2014.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Sistema de Pagamentos em Moeda Local – SML**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?SMLFAQ>>. Acesso em: 14 maio 2014.

BARBOSA, Marcio Roberto da Costa. Os paraísos fiscais diante da crise financeira: perspectivas em regimes internacionais. **Anais**. 37º Encontro Anual da ANPOCS, Águas de Lindoia, SP, Setembro de 2013. Disponível em: <http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=8714&Itemid=429>. Acesso em: 14 maio 2014.

BBC BRASIL. **Entenda Como a Crise Afeta Cada País do G20**. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/03/090304_g20_mapagd.shtml>. Acesso em: 29 ago. 2013.

_____. **FMI Rebaixa Previsão de Crescimento da Economia Mundial; Brasil Crescerá Menos**. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/10/121009_fmi_relatorio_lgb.shtml>. Acesso em: 20 out. 2013.

_____. **Entenda a Crise na Irlanda**. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/economia+geral-economia,entenda-a-crise-na-irlanda,43907,0.htm>>. Acesso em: 16 mar. 2014a.

_____. **Entenda Melhor a Crise Econômica de Portugal.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2011/04/entenda-melhor-a-crise-economica-de-portugal.html>>. Acesso em: 16 mar. 2014b.

BONIN, Robson. **Brasil e Argentina Criam Grupo Para Resolver Problemas Comerciais.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL1383778-5601,00-BRASIL+E+ARGENTINA+CRIAM+GRUPO+PARA+RESOLVER+PROBLEMAS+COMERCIAIS.html>>. Acesso em: 19 abr. 2014.

BOTELHO, João Carlos Amoroso. A Institucionalização de Blocos de Integração: Uma Proposta de Critérios de Mediação. **Anais.** 35º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, Outubro de 2011. Disponível em: <http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=1155&Itemid=353>. Acesso em 09 mar. 2013.

BRAGA, Márcio Bobik. Integração Econômica Regional na América Latina: Uma Interpretação das Contribuições da CEPAL. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, Vol. 29, n. 4, p. 200-220, fev. 2002. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/1345/1711> >. Acesso em: 13 abr. 2014.

CALEGARI, Daniela. Neofuncionalismo e Intergovernamentalismo: Preponderância ou Coexistência na UE? **Revista Eletrônica de Direito Internacional**, vol. 5, 2009, pp. 91-131. Disponível em: <http://www.cedin.com.br/static/revistaeletronica/volume5/arquivos_pdf/sumario/daniela_callegari.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2013.

CANDEAS, Alessandro Warley. Relações Brasil-Argentina: Uma Análise dos Avanços e Recuos. **Revista Brasileira de Política Internacional**, n. 48, vol. 1, p. 178-213, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v48n1/v48n1a07.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2014.

CARMO, Márcia; PEIXOTO, Fabrícia. **Crise Divide Brasil e Argentina Antes de Reunião do MERCOSUL.** Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2008/10/081025_mercosul_cupula_mc_fp_cq.shtml>. Acesso em 12 fev. 2014.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS INDÚSTRIAS. **Avaliação das Medidas Argentinas de Restrição às Exportações Brasileiras.** Disponível em: <<http://www.cni.org.br/portal/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A9015D02120C2C0012130F4D4AE4975>>. Acesso em: 03 abr. 2014.

CORREIA, Rodrigo Alves. Particularidades do Processo de Integração – O Caso do MERCOSUL. **Revista Urutágua** - Revista Acadêmica Multidisciplinar, Centro de Estudos Sobre Intolerância - Maurício Tragtenberg, Maringá, nº 07, Ago-Nov 2004. Disponível em: <<http://www.urutagua.uem.br/007/07correia.htm>>. Acesso em: 07 jul. 2013.

COUTINHO, Marcelo; RIBEIRO HOFFMANN, Andrea; KFURI, Regina. **Raio X da Integração Regional.** Observatório Político Sul-Americano, 2007. Disponível em:

<http://observatorio.iuperj.br/pdfs/1_estudosecenarios_Estudos_Coutinho_Ribeiro_Kfuri.pdf>. Acesso em: 09 jul. 2013.

DEUTSCHE WELLE. **MERCOSUL se Reúne em Meio a Turbulências Econômicas de Países-Membros.** Disponível em: <<http://www.dw.de/mercosul-se-re%C3%BAno-em-meio-a-turbul%C3%AAncias-econ%C3%B4micas-de-pa%C3%ADses-membros/a-16944147>>. Acesso em: 29 abr. 2014.

DIÁRIO DO GRANDE ABC. **Itamaraty: Acordo Com Aliança do Pacífico é Para Este Ano.** Disponível em: <<http://www.dgabc.com.br/Noticia/761904/itamaraty-acordo-com-alianca-do-pacifico-e-para-este-ano?referencia=minuto-a-minuto-topo>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

DINIZ PINTO, Jairo. As Causas Econômico-Políticas da Entrada da Venezuela no Mercosul, Através da Teoria do Intergovernamentalismo Liberal. **Fronteiras**, Belo Horizonte, v.8, n. 15, p. 21-40, 1º sem. 2009. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/fronteira/article/view/3869/4165>>. Acesso em: 07 mar. 2014.

DOW JONES NEWSWIRES; MANGUEIRA, Clarissa. **Itália/Ministro: Crise de 2008 na UE Foi Mais Complexa.** Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,italiaministro-crise-de-2008-na-ue-foi-mais-complexa,1040254>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

GALVÃO, Thiago Gehre. Sistema Internacional com Hegemonia das Democracias de Mercado: Desafios de Brasil e Argentina. **Revista Brasileira de Política Internacional**, IBRI, Brasília, vol. 50, n. 2, 2007, pp. 171-173. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v50n2/a13v50n2.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2014.

GIRALDI, Renata. **Em Setembro, MERCOSUL Começa a Negociar Adesão do Equador ao Bloco.** Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2012-08-05/em-setembro-mercosul-comeca-negociar-adesao-do-equador-ao-bloco>>. Acesso em: 15 jan. 2014.

HERZ, Mônica. Teoria das Relações Internacionais no Pós-Guerra Fria. **Dados**, vol. 40, n. 2, Rio de Janeiro, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52581997000200006&script=sci_arttext>. Acesso em: 13 Maio 2013.

HISSA, Carmina Bezerra. A Teoria das Relações Internacionais e a Realidade do Processo de Integração do MERCOSUL. **Centro Argentino de Estudios Internacionales**, Programa Integración Regional, Buenos Aires, 2007. Disponível em: <<http://www.caei.com.ar/sites/default/files/44.pdf>>. Acesso em: 17 abr. 2014.

INFOGRÁFICOS TERRA. **Entenda a Crise na Grécia.** Disponível em: <<http://www.terra.com.br/economia/infograficos/entenda-a-crise-na-grecia/>>. Acesso em: 10 jul. 2014.

INTERNATIONAL CENTRE FOR TRADE AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT. **Políticas Anti-Crise Argentinas Exigem Novo Arranjo do Comércio Bilateral.** Disponível em: <<http://www.ictsd.org/bridges-news/pontes/news/pol%C3%ADticas-anti-crise-argentinas-exigem-novo-arranjo-do-com%C3%A9rcio-bilateral>>. Acesso em: 29 maio 2014.

KUME, Honório; PIANI, Guida; MIRANDA, Pedro; CASTILHO, Marta Reis. Acordo de Livre Comércio Mercosul – UE: Uma Estimativa dos Impactos no Comércio Brasileiro. **Texto para Discussão n° 1054**, IPEA, Rio de Janeiro, novembro de 2004. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1054.pdf>. Acesso em: 06 mar. 2014.

LEAL, Catarina Mendes. Brasil: Alinhamentos e Interesses Recentes. **Informação Internacional**, Lisboa, Vol. I, p. 271-306, 2004. Disponível em: <https://aquila1.iseg.ulisboa.pt/aquila/getFile.do?method=getFile&fileId=193755&contentContextPath_PATH=/unidade/ss/lateral/downloads&_request_checksum_=b0b5dcc666a87c6d86ea7eac7d5f3adcb10cb40f>. Acesso: 04 maio 2014.

LETHBRIDGE, Thiago. **O Mundo no Vermelho**. Disponível em: <<http://www.controversia.com.br/index.php?act=textos&id=6598>>. Acesso em: 15 mar. 2013.

LUBARINO, Radamés Clementino da Cruz; SOUZA NETO, Luiz Lourenço de; PENA, Heriberto Wagner Amanajás. A Crise Europeia e Seus Reflexos no Brasil. **Revista Acadêmica de Economía**, Observatorio de la Economía Latinoamericana, n. 181, 2013. Disponível em: <<http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/13/crise-europeia-reflexos-brasil.html>>. Acesso em: 12 dez. 2013

MACIEL, Camila. **Medidas Anticrise Vão Tornar o País Mais Competitivo a Longo Prazo, Avalia Mantega**. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2012-07-04/medidas-anticrise-vao-tornar-pais-mais-competitivo-longo-prazo-avalia-mantega>>. Acesso em: 05 maio 2014.

MALAMUD, Andrés. Regional Integration in Latin America. Comparative Theories and Institutions. **Sociologia, Problemas e Práticas**, Lisboa, n. 44, 2004, p. 135-154. Disponível em: <<http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/pdf/spp/n44/n44a07.pdf>>. Acesso em: 07 jul. 2013.

MARIANO, Marcelo Passini; MARIANO, Karina I. Pasquariello. As Teorias de Integração Regional e os Estados Subnacionais. **Impulso**, v. 13, n° 31, 2002, p. 47-69. Disponível em: <www.unimep.br/phpg/editora/revistaspdf/imp31art02.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2013.

MARSH, Sara; HUDSON, Alexandra. **Economia Alemã Cresceu Abaixo do Esperado em 2013**. Disponível em: <<http://jornalggn.com.br/noticia/economia-alema-cresceu-abaixo-do-esperado-em-2013>>.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. **Acordo de Livre-Comércio Mercosul/Egito**. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=2716>>. Acesso em: 21 maio 2014.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL. **Mercosul – Israel**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/o-ministerio/conheca-o-ministerio/america-do-sul/dnc-i-2013-divisao-de-negociacoes-extra-regionais-do-mercosul-i/negociacoes-comerciais-mercosul-israel>>. Acesso em: 25 maio 2014a.

_____. **Negociações Comerciais Mercosul – Síria.** Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/o-ministerio/conheca-o-ministerio/america-do-sul/dnc-i-2013-divisao-de-negociacoes-extra-regionais-do-mercosul-i/negociacoes-comerciais-mercosul-siria>>. Acesso em: 25 maio 2014b.

NEVES, Victor de Sá. As Repercussões da Crise Financeira Mundial no Brasil: Entre Tsunamis e Marolinhas. **Mundorama** – Revista de Divulgação Científica em Relações Internacionais, 14/10/2012. Disponível em: <<http://mundorama.net/2012/10/14/as-repercussoes-da-crise-financeira-mundial-no-brasil-entre-tsunamis-e-marolinhas-por-victor-de-sa-neves/>>. Acesso em: 02 nov. 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Situação Econômica Mundial e Perspectivas - 2011.** Disponível em: <www.un.org/esa/policy/wess/wesp.html>. Acesso em: 13 maio 2014.

PEREIRA, José Matias. A Economia Brasileira Frente à Crise Financeira e Econômica Mundial. **Revista Acadêmica de Economía**, Observatorio de la Economía Latinoamericana, n. 116, 2009. Disponível em: <<http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/09/jmp2.htm>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

POLETTI, Ricardo dos Santos. A UE e o Asno de Buridan: Os Caminhos do Tratado de Lisboa. **Meridiano 47** - Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais, Brasília, n. 46, p. 29-31, jun. 2008. Disponível em: <<http://www.red.unb.br/index.php/MED/article/viewFile/1238/895>>. Acesso em: 06 jun. 2014).

QUIROGA, Carlos A. **Bolívia pretende ingressar no MERCOSUL sem Renunciar à Comunidade Andina.** Disponível em: <<http://br.reuters.com/article/worldNews/idBRSPE8AR00020121128>>. Acesso em: 02 jun. 2013.

REUTERS. **Brics Querem Mais Poder no FMI.** Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2013/04/02/brics-contribuiram-para-55-do-crescimento-da-economia-mundial-desde-2009.htm>>. Acesso em: 07 set. 2013a.

_____. **Congresso Paraguaio Aprova Entrada Plena da Venezuela no MERCOSUL.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/12/congresso-paraguaio-aprova-entrada-plena-da-venezuela-no-mercosul.html>>. Acesso em: 20 maio 2014b.

SALATIEL, José Renato. **Endividada, Grécia Protagoniza Drama Fiscal na Europa.** Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/atualidades/crise-grecia.jhtm>>. Acesso em: 27 mar. 2014.

SANTOS, Aurea. **Emirados Pressionam por Acordo Mercosul-Golfo.** Disponível em: <http://anba.com.br/noticia_diplomacia.kmf?cod=11133829>. Acesso em: 25 abr. 2014.

SECEX. **Acordo de Livre-Comércio MERCOSUL - Palestina.** Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=3381&refr=405>>. Acesso em: 23 mar. 2014.

SHAIKH, Anwar. Uma Introdução à História das Teorias de Crise. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, n. 4, vol. 1, p. 05-45, 1983. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/download/281/490>>. Acesso em: 15 jul. 2013.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **A UE e a Atual Crise Internacional**. Disponível em: <http://www.brasiluniao-europeia.ufrj.br/pt/pdfs/a_uniao_europeia_e_a_atual_crise_internacional.pdf>. Acesso em: 15 set. 2014.

SOARES FILHO, José. MERCOSUL: Surgimento, Estrutura, Direitos Sociais, Relação com a UNASUL, Perspectivas de sua Evolução. **Revista CEJ**, Brasília, Ano XIII, n. 46, p. 21-38, jul./set. 2009. Disponível em: <<http://www.jf.jus.br/ojs2/index.php/revcej/article/viewFile/1283/1284>>. Acesso em: 22 mar. 2014.

SOUZA, Nivaldo. **Contencioso Entre Brasil e Argentina Deve Ser Resolvido em Mesa de Negociações**. Disponível em: <<http://www.ciesp.com.br/ciesp/WebForms/interna.aspx?campo=1580>>. Acesso em: 22 mar. 2014.

UE. **Banco Central Europeu**. Disponível em: <http://europa.eu/institutions/financial/ecb/index_pt.htm>. Acesso em: 13 set. 2014.

_____. **Como Funciona a UE**. Disponível em: <http://europa.eu/abc/12lessons/lesson_4/index_pt.htm>. Acesso em: 21 mar. 2014.

_____. **Dez Etapas Históricas**. Disponível em: <http://europa.eu/abc/12lessons/lesson_2/index_pt.htm>. Acesso em 21 mar. 2014.

_____. **O Alargamento e a Política de Vizinhança**. Disponível em: <http://europa.eu/abc/12lessons/lesson_3/index_pt.htm>. Acesso em: 21 mar. 2014.

_____. **Tratados da UE**. Disponível em: <http://europa.eu/abc/treaties/index_pt.htm>. Acesso em: 21 mar. 2014.

VERÍSSIMO, Renata. **MERCOSUL e UE Irão Estudar Propostas Para Livre Comércio a Partir de Maio**. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/negocios%2cmercosul-e-ue-irao-estudar-propostas-para-livre-comercio-a-partir-de-maio%2c180140e>>. Acesso em: 10 jul. 2014.

VIGEVANI, Tullo; FAVARON, Gustavo de Mauro; RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo; CORREIA, Rodrigo Alves. O Papel da Integração Regional Para o Brasil: Universalismo, Soberania e Percepção das Elites. **Rev. Bras. Polít. Int.**, n. 51, vol. 1, p. 05-27, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v51n1/a01v51n1.pdf>>. Acesso em: 17 abr. 2014.

WEISSHEIMER, Marco Aurélio. Internacional - O que a Crise da UE Ensina ao Mercosul? **Revista Desafios do Desenvolvimento**, ano 8, ed. 67, 20 set. 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2575:catid=28&Itemid=23>. Acesso em: 04 jul. 2014.